



PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
(PROPE)



COORDENAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU (CPGSS)
ESCOLA DE GESTÃO E NEGÓCIOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM
DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO TERRITORIAL (MDPT)

**DESENVOLVIMENTO REGIONAL LOCAL, TERRITORIALIDADE E
DESTERRITORIALIDADE: CASO DO GARIMPO DE ESMERALDAS
EM SANTA TEREZINHA DE GOIÁS E CAMPOS VERDES - GOIÁS.**

FUDIO MATSUURA

GOIÂNIA
MARÇO - 2020

FUDIO MATSUURA

**DESENVOLVIMENTO REGIONAL LOCAL, TERRITORIALIDADE E
DESTERRITORIALIDADE: CASO DO GARIMPOS DE ESMERALDAS
EM SANTA TEREZINHA DE GOIÁS E CAMPOS VERDES – GOIÁS.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* – Mestrado Acadêmico em Desenvolvimento e Planejamento Territorial (MDPT), da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-Goiás), como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento e Planejamento Territorial.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Pasqualetto.

GOIÂNIA
MARÇO - 2020

Autorizo a reprodução e a divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

M434d Matsuura, Fudio

Desenvolvimento regional local, territorialidade e desterritorialidade: caso do garimpo de esmeraldas em Santa Terezinha de Goiás e Campos Verdes - Goiás / Fudio Matsuura.-- 2020.

109 f.; il.

Texto em português, com resumo em inglês.

Dissertação (mestrado) -- Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Escola de Gestão e Negócios, Goiânia, 2020

Inclui referências: f. 96-100

1. Economia regional. 2. Trindade (GO). 3. Garimpo. 4. Territorialidade humana. I. Pasqualetto, Antônio. II. Pontifícia Universidade Católica de Goiás - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Planejamento Territorial - 2020. III. Título.


CDU: Ed. 2007 -- 332(043)

Catálogo da Publicação
Sistema de Biblioteca da PUC Goiás

FUDIO MATSUURA

**DESENVOLVIMENTO REGIONAL LOCAL, TERRITORIALIDADE E
DESTERRITORIALIDADE: CASO DO GARIMPO DE ESMERALDAS EM SANTA
TEREZINHA DE GOIÁS E CAMPOS VERDES – GOIÁS.**

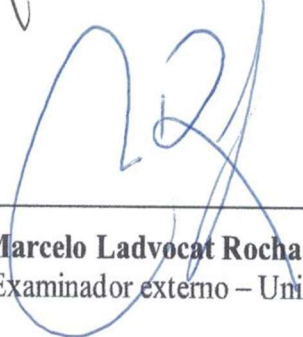
Dissertação do Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, defendida como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento e Planejamento Territorial. Aprovada em 11/03/ 2020, pela Banca Examinadora constituída pelos professores:



Dr. Antônio Pasqualetto
Orientador – PUC Goiás



Dr. Vcarim Melgaço Barbosa
Examinador interno - PUC Goiás



Dr. Marcelo Advocat Rocha Campos
Examinador externo – UniAlfa

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha nobre esposa Aparecida Elza de Lima Matsuura, pelo seu sim, pela sua paciência e dedicação em todos os momentos desta caminhada. Aos nossos filhos, Camilla, Murillo e Fernanda, pelo incentivo e reconhecimento de uma trajetória de conquistas de saberes. Ao meu pai, Nobuo Matsuura (*In Memoriam*), e a toda nossa família; e, também, ao meu sogro Antônio Dâmaso de Lima e à sua família, pelo acolhimento, aprendizado e motivação.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, que em sua infinita bondade e sabedoria soube colocar, no momento certo, as pessoas que caminharam, participaram e compartilharam comigo este momento tão especial em minha vida.

Ao Professor Dr. Antônio Pasqualetto, pela paciência, dedicação e orientação, e a toda a equipe de professores do curso de Mestrado de Desenvolvimento e Planejamento Territorial da PUC-GO, pela amizade conquistada e pelo incentivo à pesquisa científica.

Aos meus leais amigos Ubirajara e Pablo, companheiros de mestrado, a eterna gratidão pelos ensinamentos e comprometimentos nesta dissertação.

A todos os colegas do curso de mestrado, agradeço a convivência por todos os momentos que estivemos juntos, alguns deles com direito a rodadas de pizza para comemorar.

Aos amigos da cidade de Campos Verdes: Haroldo Naves Soares, Gildet M. de S. Silva, Yan dos Reis Machado e Gercino Martins da Costa Júnior. E, também, de Santa Terezinha de Goiás: Luiz Eduardo de Lima Galvão e Sebastião Lima Ferreira, que muito contribuíram para esta pesquisa.

Aos demais – e numerosos – amigos, por todo carinho, apoio e incentivo ao longo da minha vida acadêmica.

Por fim, à Pontifícia Universidade Católica de Goiás e aos docentes e funcionários dessa instituição, por tudo que me proporcionaram no decorrer do mestrado, profissional, acadêmico e pessoalmente.

“O garimpeiro é como jogar: Sua esperança está sempre no seio da grupiara, como a do jogador nas cartas de baralho, nos dedos ou no tabuleiro verde do bilhar”.

(Bernardo Guimarães)

RESUMO

Objetivou-se neste estudo analisar a relação entre territorialidade, desterritorialidade, reterritorialidade e desenvolvimento econômico local, tendo como foco o garimpo de esmeraldas nos municípios de Santa Terezinha de Goiás e Campos Verdes, ambos situados no estado de Goiás, mais especificamente na Mesorregião Norte, na Microrregião de Porangatu, a 300 km da capital do estado. A intensa atividade de extração de esmeraldas deu origem a uma ocupação desordenada nos dois municípios, a partir da década de 1980, época da descoberta das minas de esmeraldas, sendo esse considerado o período áureo do garimpo na região. O arcabouço teórico desta pesquisa teve como fundamento os conceitos de territorialidade e suas dinâmicas, bem como o de desenvolvimento local. Buscou-se, com isso, compreender a relação entre mobilidade espacial e territorialidade, com a descoberta das minas de esmeralda nesses municípios. Para tanto, os conceitos abordados foram examinados à luz das ciências humanas e sociais, passando pela Geografia, Antropologia, História e Sociologia, visto que o território consiste em uma construção social mediada por interesses humanos, voltados, sobretudo, para a energia e a informação, que, no mundo moderno, representam bens de consumo. Essa realidade aproxima território e economia, bem como territorialidade e desenvolvimento local. Assim, foi realizada uma pesquisa descritiva, de caráter qualitativo, e uma pesquisa de campo, com aplicação de questionários, a fim de observar como as populações dessas localidades percebem historicamente a territorialidade e o desenvolvimento – ou não – oriundo do garimpo. Com base nesses procedimentos metodológicos, verificou-se que o garimpeiro, devido ao caráter temporal das minas de exploração, o desenvolvimento desordenado das cidades e das regiões de garimpos, rompe com a lógica de fixação no território, gerando um esvaziamento das cidades e regiões quando o garimpo entra em crise. Além disso, ficou evidente, no processo histórico dos municípios de Santa Terezinha de Goiás e de Campos Verdes, que ambos seguem a lógica das cidades mineradoras no Brasil, que se configura pela vulnerabilidade de ocupação do território, com enfrentamento de problemas ambientais, sociais, econômicos e institucionais, além da estruturação de uma territorialidade mediada pela mineração, assim como processos de desterritorialidade e territorialidade, em virtude da decadência do garimpo. Esses processos levam ao questionamento da noção de desenvolvimento associada à atividade mineradora, já que esta apresenta caráter predatório e de alto risco ambiental, incompatíveis com o desenvolvimento.

Palavras-chave: Desenvolvimento local, Desterritorialidade, Garimpo, Territorialidade, Território.

ABSTRACT

The objective of this study was to analyze the relationship between territoriality, deterritoriality, reterritoriality and local economic development, focusing on the emerald mining in the municipalities of Santa Terezinha de Goiás and Campos Verdes, both located in the state of Goiás, more specifically in the North Mesoregion, in the Porangatu Microregion, 300 km from the state capital. The intense activity of emerald extraction gave rise to a disorderly occupation in the two municipalities, from the 1980s, when the emerald mines were discovered, this being considered the golden age of mining in the region. The theoretical framework of this research was based on the concepts of territoriality and its dynamics, as well as that of local development. This sought to understand the relationship between spatial mobility and territoriality, with the discovery of emerald mines in these municipalities. To this end, the concepts addressed were examined in the light of the human and social sciences, going through Geography, Anthropology, History and Sociology, since the territory consists of a social construction mediated by human interests, focused, above all, on energy and information, which, in the modern world, represent consumer goods. This reality brings together territory and economy, as well as territoriality and local development. Thus, a qualitative and descriptive research was carried out, as well as a field research, with the application of questionnaires, in order to observe how the populations of these locations historically perceive the territoriality and the development – or not – originating from the mining. Based on these methodological procedures, it was found that the prospector, due to the temporal nature of the mining mines, the disorderly development of the cities and the mining regions, breaks with the logic of fixation in the territory, generating an emptying of the cities and regions when gold mining is in crisis. Furthermore, it was evident, in the historical process of the municipalities of Santa Terezinha de Goiás and Campos Verdes, that both follow the logic of mining cities in Brazil, which is configured by the vulnerability of occupation of the territory, facing environmental, social problems, economic and institutional, in addition to structuring a territoriality mediated by mining, as well as processes of deterritoriality and territoriality, due to the decay of mining. These processes lead to the questioning of the notion of development associated with mining activity, since it has a predatory character and a high environmental risk, incompatible with development.

Keywords: Local development, Desterritoriality, Panning, Territoriality, Territory.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	- Região Mineradora do Norte de Goiás.....	41
Figura 2	- Vista aérea de Santa Terezinha de Goiás.....	43
Figura 3	- População de Santa Terezinha de Goiás – 1980 a 2018.....	45
Figura 4	- Vista aérea de Campos Verdes de Goiás.....	46
Figura 5	- População de Campos Verdes - Goiás – 1991 a 2018.....	47
Figura 6	- Escavação manual e o meio ambiente.....	48
Figura 7	- O Garimpo de esmeraldas e o território.....	52
Figura 8	- Vendas de esmeraldas na cidade em 2019.....	52
Figura 9	- Mapa da Mesorregião do Norte Goiano.....	55
Figura 10	- Microrregião de Porangatu.....	56
Figura 11	- Mapa do município de Santa Terezinha de Goiás.....	57
Figura 12	- Mapa do município de Campos Verdes.....	58
Figura 13	- Mapa dos municípios de Santa Terezinha de Goiás e Campos Verdes.....	59
Figura 14	- Fases da pesquisa.....	61
Figura 15	- Linha de Tempo: Santa Terezinha de Goiás.....	70
Figura 16	- Dimensão 1: A territorialidade antes do garimpo.....	71
Figura 17	- Dimensão 2: Desenvolvimento local: o território com o garimpo.....	75
Figura 18	- Dimensão 3: Desterritorialidade local: a decadência do garimpo.....	79
Figura 19	- Linha de Tempo: Campos Verdes.....	82
Figura 20	- Dimensão 1 – Territorialidade: a ocupação da fazenda.....	83
Figura 21	- Dimensão 2 – Desenvolvimento local: Campos Verdes.....	86
Figura 22	- Dimensão 3: Desterritorialidade local: A decadência de esmeraldas.....	89

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1	- Município de Santa Terezinha de Goiás (dados técnicos).....	57
Quadro 2	- Município de Campos Verdes de Goiás (dados técnicos).....	58
Quadro 3	- Santa Terezinha de Goiás – O território antes do garimpo.....	64
Quadro 4	- Santa Terezinha de Goiás – Desenvolvimento local: o território com o garimpo.....	65
Quadro 5	- Santa Terezinha de Goiás – Desterritorialidade local: a decadência do garimpo.....	65
Quadro 6	- Campos Verdes: a ocupação da fazenda.....	66
Quadro 7	- Campos Verdes – Desenvolvimento local: o território com o garimpo.....	66
Quadro 8	- Campos Verdes – Desterritorialidade local: a decadência do garimpo.....	67
Tabela 1	- Cadastro Geral de Empregados e Desempregados em Santa Terezinha de Goiás.....	80
Tabela 2	- Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – Campos Verdes.....	91

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BEG	- Banco do Estado de Goiás
CANG	- Colônia Agrícola Nacional de Goiás
CPRM	- Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
DNPM	- Departamento Nacional de Produção Mineral
GEAL	- Grupo de Estudos sobre América Latina e o Caribe
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IMB	- Instituto Mauro Borges
PIB	- Produto Interno Bruto

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
CAPÍTULO I – TERRITÓRIO, TERRITORIALIDADE E (DES)(RE)TERRITORIALIDADE: UMA ABORDAGEM TEÓRICA.....	20
1.1 Revisitando o conceito de território.....	21
1.2 Território: da dimensão material à simbólica.....	30
1.3 Territorialidade, desterritorialização e reterritorialização.....	31
1.4 Desenvolvimento local sob o enfoque do Território.....	32
1.5 Cidades mineradoras.....	35
1.5.1 O processo histórico da mineração em Santa Terezinha de Goiás...	42
1.5.2 O Garimpo: de povoado a município.....	45
CAPÍTULO II – METODOLOGIA.....	54
2.1 Caracterização da área de estudo: Santa Terezinha de Goiás e Campos Verdes.....	55
2.1.1 Santa Terezinha de Goiás.....	55
2.1.2 Campos Verdes.....	57
2.2 Etapas da Pesquisa.....	59
2.3 Finalidade, natureza e estratégia da pesquisa.....	61
2.4 Seleção da amostra, da coleta, do tratamento e análise dos dados.....	63
CAPÍTULO III – RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	69
3.1 Respostas obtidas em Santa Terezinha de Goiás.....	69
3.1.1 A dimensão 1 – A territorialidade antes do garimpo.....	72
3.1.2 A dimensão 2 – Desenvolvimento local: a territorialidade com o garimpo.....	74
3.1.3 A dimensão 3 – Desterritorialidade local: a decadência do garimpo..	79
3.2 Respostas obtidas em Campos Verdes.....	81
3.2.1 A dimensão 1 – A territorialidade: ocupação da fazenda.....	83
3.2.2 A dimensão 2 – Desenvolvimento local: Campos Verdes.....	85
3.2.3 A dimensão 3 – (Des) e (re)territorialidade local: a decadência do garimpo.....	88
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	93

REFERÊNCIAS.....	96
APÊNDICE A – Questionário aplicado em Santa Terezinha de Goiás.....	101
APÊNDICE B – Questionário aplicado em Campos Verdes – Goiás.....	105

INTRODUÇÃO

Em todos os continentes, encontram-se depósitos de esmeraldas. A sua descoberta e exploração deve-se ao grande valor e aproveitamento desse mineral como gema, que se transforma em pedra preciosa para a fabricação de joias. Em Goiás, os municípios de Santa Terezinha de Goiás e de Campos Verdes, situados na Mesorregião Norte do estado, são exemplos de importantes produtores dessa gema no Brasil e no mundo.

Esta dissertação faz uma reflexão sobre os conceitos de territorialidade e desterritorialidade no contexto de desenvolvimento regional local, tendo como foco o garimpo de esmeraldas nos dois municípios citados. Analisa-se a década de 1980, época da descoberta das minas de esmeralda, considerada o período áureo do garimpo na região. Busca-se evidenciar a relação existente entre os referidos conceitos e a dinâmica de desenvolvimento local mediante a abordagem de aspectos que envolvem territorialidade e desterritorialidade. Para tanto, considera-se alguns campos do conhecimento das ciências humanas e sociais, como a Geografia, a Antropologia, a História e a Sociologia, formando, dessa forma, o arcabouço teórico que orienta este estudo. Entende-se que isso possibilita a compreensão das territorialidades no desenvolvimento local. Apresenta-se, desse modo, um estudo de caso realizado nos garimpos de esmeraldas em Santa Terezinha de Goiás e Campos Verdes.

À época da descoberta do garimpo, Santa Terezinha de Goiás tornou-se dormitório de pessoas compradoras de esmeraldas e de donos das lavras que buscavam enriquecimento. No garimpo, moravam garimpeiros, siebeiros (garimpeiros que não possuem serviço e trabalha o xisto que compra dos donos do serviço), professores, comerciantes, mecânicos, ferreiros, entre outros profissionais (SILVA, 2006).

Campos Verdes, após a sua emancipação, concentrou o garimpo em uma das maiores jazidas de esmeraldas do mundo, segundo dados do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) de Goiás.

O presente estudo possibilita visualizar e evidenciar, por meio de pesquisa científica, as profundas mudanças na região, com influências em seu conjunto cultural, o que provocou alterações no estilo de vida de seus habitantes.

Inicialmente, levanta-se a seguinte hipótese: o garimpo de esmeralda em Santa Terezinha de Goiás e Campos Verdes estabeleceu um processo de territorialização nos dois municípios, promovendo o desenvolvimento territorial local, a despeito dos riscos ambientais.

Assim, objetiva com este estudo perceber a relação entre mobilidade espacial, territorialidade e desenvolvimento regional local nos municípios de Santa Terezinha de Goiás e Campos Verdes com a descoberta das minas de esmeraldas na década de 1980 e no início dos anos 1990.

Para a consecução desse objetivo, alguns objetivos específicos foram delineados, quais sejam:

- Evidenciar a relação entre mobilidade espacial e territorialidade em Santa Terezinha de Goiás e Campos Verdes com a descoberta do garimpo;
- Identificar o processo de chegada dos garimpeiros em Santa Terezinha de Goiás;
- Analisar o processo de territorialização do Município de Campos Verdes de Goiás;
- Identificar a contribuição do garimpeiro para a cultura local;
- Descrever o processo de exploração das esmeraldas no município de Campos Verdes;
- Articular a relação entre mobilidade espacial, territorialidade e desenvolvimento regional local no município de Campos Verdes.

Esses objetivos visam à definição da finalidade, da natureza e das estratégias adotadas na pesquisa, bem como às variáveis a serem incluídas, o procedimento para a elaboração e a formulação dos questionários e os critérios para suas aplicações às populações das duas cidades. Além disso, os objetivos específicos correspondem a três dimensões propostas na pesquisa: 1. Mobilidade espacial e territorialidade; 2. Desterritorialização; 3. Desenvolvimento regional local.

Cada uma dessas dimensões completou-se e subdividiu-se em variáveis que orientaram a elaboração do questionário de pesquisa. Foram tomados para essa orientação: a chegada dos garimpeiros em Santa Terezinha; a procedência e o perfil dos garimpeiros; a inserção deles na comunidade local; a territorialização de Campos

Verdes; a crise no garimpo; o legado dos garimpeiros para o município de Campos Verdes; a entrada das grandes empresas; e o desenvolvimento regional local.

Com base nessa perspectiva, este estudo apresenta reflexões e análises teóricas com relação a território, territorialização e desterritorialização, visto que essas categorias contribuem para descortinar o garimpo como espaço de desenvolvimento local, remetendo a discussões recentes, fortalecidas nas ciências sociais pela dimensão espacial dos fenômenos socioeconômicos.

Evidencia-se, no decorrer desta dissertação, a forma como ocorreu o dinamismo da região à época áurea do garimpo, bem como o declínio com a crise, tendo como referências as configurações espaciais e as ações empreendidas pelos diferentes atores sociais.

Assim, mediante reflexões teóricas e a problemática de fundo social, o estudo apresenta as transformações ocorridas na região de Santa Terezinha de Goiás, palco da chegada dos garimpeiros, e na cidade de Campos Verdes, fruto da exploração do garimpo. Assim, a relevância da pesquisa situa-se nas análises empreendidas com relação à ideia de território, não somente como relação de poder, mas também – e, sobretudo – como apropriação do imaginário social, referenciado nas discussões de Haesbaert (2004; 2007; 2014), Raffestin (2008), Saquet (2015), Santos (2006; 2008), entre outros autores que estabelecem a aproximação entre sujeitos, territórios e a construção da territorialidade.

Ressalta-se que, a despeito dos avanços na legislação, na organização das cooperativas, associações e dos sindicatos, o garimpeiro ainda não consolidou o sentimento de pertencimento ao espaço em que se vive; de concebê-lo como o lugar das práticas enraizadas na cultura local, das tramas de sociabilidade, constituindo o caráter de território ou a construção de vínculos de territorialidades. Assim sendo, a identidade-território, que tem como principal elemento o sentido de pertencimento do indivíduo ao seu espaço de vivência, consiste ainda em um grande desafio para as cidades mineradoras.

Por buscarem riqueza em quantidade e qualidade inesperadas – situação denominada de “bamburro” –, os garimpeiros continuam nômades, aventureiros, deslocando-se pelo país em busca da sorte em minas de ouro, esmeraldas e diamantes.

Essa realidade é retratada na pesquisa. Santa Terezinha de Goiás, no período de 1981 a 1984, possuía uma população flutuante, em torno de 35.000 habitantes, entre mantenedores de serviços (patrocinadores de unidades produtivas). Com a crise do garimpo, no ano de 2000, esse número reduziu para 12.015; em 2010, passou para 10.302; e, em 2018, a população estimada era de 8.931 habitantes (IBGE, 2018).

Campos Verdes seguiu e segue a mesma lógica. Na década de 1980, período áureo da exploração de esmeraldas, possuía uma população de aproximadamente 30.000 habitantes. Desses, 25.000 concentravam-se na zona urbana, e 4.000, na zona rural. Esse número permaneceu até meados da década seguinte (SILVA, 2006).

O censo demográfico da população de Campos Verdes só foi realizado após uma década de instalação do garimpo na região. Os números apresentados no período de 1991 a 2018 demonstram um decréscimo significativo no número de habitantes. Em 1991, a população do município era de 16.648; no ano de 2000, esse número reduziu-se para 8.057; em 2018, o município contava com apenas 2.459 habitantes (IBGE, 2018).

Com base nessa realidade, esta dissertação está dividida em três capítulos, que conversam entre si. No primeiro capítulo, é abordada a fundamentação teórica do estudo, tendo como base o conceito de território, com foco em suas dimensões material e simbólica; portanto, são abordadas também as noções de territorialidade, desterritorialização e reterritorialização. Ainda nesse capítulo é feita uma leitura sobre o entendimento das dinâmicas de desenvolvimento local, subsidiada pelos pressupostos do espaço social e das relações de poder nele existentes.

No segundo capítulo, é realizada uma leitura acerca da perspectiva história das cidades mineradoras no Brasil, tendo como foco os trabalhadores nos garimpos, isto é, os garimpeiros. Busca-se, com isso, identificar o que eles possuem em comum, ou seja, a frequente mobilidade espacial, a falta de vínculos estáveis com a terra e a forma como se deslocam na busca de oportunidades para a sobrevivência e a ascensão social. Foram identificadas como cidades mineradoras Santa Terezinha de Goiás e Campos Verdes. A partir disso, são apresentadas as variáveis, as questões referentes e o quadro-síntese das diferentes fases da pesquisa.

No terceiro capítulo, são apresentados os resultados e as discussões em torno do levantamento teórico e dos dados encontrados no decorrer da pesquisa. Por fim,

são apresentadas algumas considerações acerca dos resultados da pesquisa empreendida.

CAPÍTULO I – TERRITÓRIO, TERRITORIALIDADE E (DES) (RE)TERRITORIALIDADE: UMA ABORDAGEM TEÓRICA

Este capítulo discorre sobre o desenvolvimento regional local, explicitando a relação teórica entre os conceitos de território e territorialidade aplicados às dinâmicas de desenvolvimento local sob a perspectiva de territorialidade. Objetiva-se subsidiar o estudo dos fenômenos sociais ocorridos em Santa Terezinha de Goiás e Campos Verdes, municípios situados na Mesorregião Norte do estado de Goiás. Esses fenômenos têm relação com a descoberta de esmeraldas e a chegada de garimpeiros vindos de diversas regiões do país.

As análises com foco na dinâmica territorial do desenvolvimento local remetem a discussões recentes e são fortalecidas nas ciências sociais pela dimensão espacial dos fenômenos socioeconômicos. Além disso, evidenciam a forma como ocorre o dinamismo de determinadas regiões, bem como o declínio de outras, tendo com referências as configurações espaciais e as ações empreendidas pelos diferentes atores sociais.

A aniquilação dos limites espaciais possibilita a percepção do mundo como um sistema único. Neste sentido, é fundamental a capacidade que possui o capitalismo tardio em reorganizar a sua própria geografia e, dessa forma, produzir uma paisagem geográfica adaptada à dinâmica de acumulação, considerando a capacidade do próprio capitalismo em destruir e reconstruir essa paisagem geográfica para acomodar a acumulação posteriormente (HARVEY, 2005).

A acumulação flexível caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos e inovações no fornecimento de serviços financeiro, mercadológico, comercial, tecnológico e organizacional. Envolve, também, rápidas mudanças nos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores quanto entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego do chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais recentes em regiões até então subdesenvolvidas (HARVEY, 2005).

Assim, com essas mudanças, o território estará sempre em evidência, como assunto relevante. Harvey (2005) considera que a história da mudança social é em parte apreendida pela história das concepções de espaço e de tempo. E ainda, afirma o autor que, na acumulação capitalista em nível global, se configura um

desenvolvimento geográfico desigual, sendo que a palavra-chave para compreender esse fato não é desenvolvimento, mas “espaço”.

Com base nessa premissa, o presente estudo apropriou-se do campo da Geografia, bem como de outras ciências, como História, Antropologia e Sociologia, a fim de construir uma abordagem teórica consistente para orientar a relação entre os conceitos e a dinâmica de desenvolvimento local. Para tanto, aspectos que envolvem territorialidade e desterritorialidade são abordados, o que possibilita a compreensão do processo de desenvolvimento regional local a partir das perspectivas de território, territorialidade e desterritorialidade nos dois municípios estudados.

1.1 Revisitando o conceito de território

A reflexão sobre território e suas diferentes dimensões é fundamental para a compreensão de como ocorreu o processo de migração e emigração nos municípios de Santa Terezinha de Goiás e Campos Verdes com a descoberta do garimpo de esmeraldas.

Silva (2010), ao reconstituir a trajetória do pensamento geográfico, afirma que Haesbaert é um dos geógrafos mais relevantes no tocante à reflexão teórica sobre o território, visto que ele promove o encontro e o diálogo entre aportes das Ciências Sociais e da Filosofia. Conforme Silva (2010), Haesbaert revisita o conceito na Geografia e em áreas afins para afirmar que o território é, ao mesmo tempo, um instrumento do poder político e um espaço de identidade cultural. Neste sentido, em Haesbaert (2004), território refere-se ao domínio da terra, ao direito de posse; materializa-se por meio de relação afetiva. Essa ideia foi desenvolvida por Friedrich Ratzel, geógrafo alemão, no final do século XIX e início do XX.

A abrangência do conceito de território nas diferentes áreas das ciências sociais aponta-o como conceito central na Geografia, visto que se refere às espacialidades humanas.

Fuini (2015) discute a contribuição de autores brasileiros para a incorporação de novos elementos na constituição dos territórios. O referido autor afirma que, atualmente, os elementos econômicos, produtivos e culturais permitem a saída de uma visão do território apenas do ponto de vista político e histórico para uma concepção que internaliza “[...] a pluralidade e multiescalaridades das formas de

apropriação do espaço, considerando as territorialidades e dimensões relacionais” (FUINI, 2015, p. 139).

E ainda, o autor evidencia a relevância dos estudos de Haesbaert (2004; 2007; 2014) para a compreensão de que o território é construído como relação de poder em várias dimensões, o que incide em diferentes escalas. Neste sentido, importa caracterizar os processos que dão sentido e valor aos territórios como construções sociais e culturais amparadas por bases materiais: a inserção e apropriação, a territorialização e a desterritorialização, como desenraizamento e mobilidade, além das relações de construção de identidades múltiplas, as territorialidades.

Na Ciência Política, por exemplo, o estudo acerca da ideia de território parte do entendimento das relações de poder e do papel do Estado; o que é entendido como fonte de recursos nas Ciências Econômicas. Já a Antropologia explicita a sua dimensão simbólica. Na Sociologia, é evidenciado o papel do território nas relações sociais. Por fim, a Psicologia trata de seu caráter subjetivo e pessoal, em escala individual, refletindo a identidade do sujeito. “Essa polissemia não acaba quando se adentra a seara da Geografia” (HAESBAERT, 2004, p. 39), uma vez que, mesmo nessa ciência, ocorrem diferentes interpretações, conforme a corrente teórica ou o autor que o analisa.

De acordo com Saquet (2015), no Brasil e em outros países, nos últimos anos, estudos da Geografia, Sociologia, Economia e Antropologia, centrados nos conceitos de território e territorialidade, têm se reforçado consideravelmente. Como afirma Haesbaert (2004, p. 20), “não há como definir o indivíduo, o grupo, a comunidade, a sociedade sem inseri-los num determinado contexto geográfico, territorial”.

Ratzel (2010) propôs um estudo geográfico com base no pressuposto do homem “como ser terrestre”, ou seja, as análises baseadas nesse pressuposto deveriam ser constituídas de um substrato material, o solo – Ratzel utilizou a expressão território –, tendo o homem como ser que o habitaria e se desenvolveria por meio do trabalho. Com base nessa ideia, surgiu a necessidade de expandir os estudos para compreender os “resultados” que iriam emergir da relação homem-meio (CANDIOTTO; SANTOS, 2009).

Candiotto e Santos (2009) apontam a contribuição de Ratzel ao vincular o território como imprescindível para alcançar objetivos políticos, uma vez que teorizou a respeito de sua relevância na constituição do Estado-Nação.

Santos e Silveira (2001) demonstram que o território pode ser entendido a partir de duas conotações diferentes. Primeira, a da materialidade, em que o território está conjugado à legalidade e à política; nesse caso, à propriedade. Segunda, a simbólica, ou seja, pela apropriação, relacionada com o vivido.

Saquet (2015) entende que o território é espaço temporal produzido pelas relações de poder engendradas por determinado grupo social. Para esse autor, as forças econômicas, políticas e culturais relacionadas entre si efetivam um território.

Haesbaert (2007) amplia essa abordagem ao afirmar que o conceito de território é polissêmico, podendo ser, dessa forma, analisado pelo viés jurídico-político, cultural e econômico. Na vertente jurídico-política, o território é considerado como espaço controlado por um determinado poder; refere-se ao poder do Estado (institucional). Na cultural, o território é percebido como produto da apropriação simbólica de uma coletividade. E na econômica, o território tem a função de fonte de recursos.

Num esforço de síntese dessas várias concepções, Haesbaert (2014) propõe agrupá-las sob três dimensões:

1. Política, que se refere às relações entre espaço e poder em geral, assim como as já institucionalizadas jurídico e politicamente, em que o território se constitui em um espaço delimitado, com fronteiras definidas, vinculado, principalmente, ao poder político estatal;
2. Cultural ou simbólico-cultural, em que o território é analisado a partir da dimensão simbólica e subjetiva, como resultado da apropriação e da valorização do espaço vivido;
3. Econômica, em que o território é visto como fonte de recursos e incorporado aos conflitos das classes sociais e à relação entre capital e trabalho.

Conforme Haesbaert (2014), para organizar o raciocínio em termos mais amplos e a partir de fundamentação filosófica, é necessário discutir a conceituação de território sob duas perspectivas: a) o binômio materialismo-idealismo (que se desdobra nas visões parciais e nas integradoras do território); e b) o binômio espaço-tempo (em dois sentidos, quanto ao seu caráter absoluto ou relacional e quanto a sua historicidade e geograficidade).

Enfatiza Haesbaert (2004) que, no entrecruzamento contemporâneo de múltiplas vertentes teóricas, a perspectiva material/ideal é cada vez mais questionada, e o território é entendido como envolvendo, ao mesmo tempo, a dimensão espacial/material das relações sociais e o conjunto de representações sobre o espaço ou o “imaginário geográfico”.

De acordo com Raffestin (2008), o território não poderia ser nada mais que o produto dos atores sociais, pois são estes que produzem o território, partindo da realidade inicial dada, que é o espaço. Há, portanto, um “processo” do território, quando se manifestam todas as espécies de relações de poder. Neste sentido, o território é o resultado das ações dos atores sociais, distribuídas em redes interligadas em pontos ou nós. Raffestin (2008) tece uma crítica com relação à unidimensionalidade que a Geografia atribuiu ao território, visto que o limitou à sua expressão estatal. Essa concepção, segundo o autor, não considerou os conflitos e as divisões sociais.

Raffestin (2008) destaca-se no debate sobre território e poder, pois amplia a ideia de território para além do Estado-Nação. Ao debruçar-se sobre a problemática do poder e conceituar território e territorialidade, promove o entendimento acerca da ideia de espaço. Segundo esse autor, território e espaço não são termos equivalentes, nem sinônimos. Para ele, “o espaço está em posição que antecede ao território, porque este é gerado a partir do espaço, constituindo o resultado de uma ação conduzida por um ator que realiza um programa em qualquer nível” (RAFFESTIN, 2008, p. 26).

Haesbaert (2007) também remete ao poder a ideia de identificação e apropriação espacial via territórios construídos pela sociedade, que é imanente na construção de territórios. Decorre, portanto, que se deve distinguir os sujeitos que exercem o poder efetivamente e que controlam o(s) espaço(s), assim como os processos sociais que o(s) compõe(m) para compreender o território e os processos de (des)territorialização.

Foucault (2008) evidencia a relação de poder no território considerando os aspectos políticos e jurisprudenciais, e destaca a forma como estes são aplicados, tanto física quanto verbalmente. Para construir essa associação, o filósofo vincula poder à verdade, ao direito e à disciplina, já que é neste último caso que as relações de poder se tornam mais observáveis, visíveis.

Para Foucault (2008), a modernidade trouxe novidades na relação entre poder e território. Assim, esse autor atém-se ao que ele chama de sociedade estatal, que substitui o poder de soberania de Hobbes por uma sociedade disciplinar. Dessa forma, Estado, território e economia estão interligados.

Governar um Estado significará, portanto, estabelecer a economia ao nível geral do Estado, isto é, ter em relação aos habitantes, às riquezas, aos comportamentos individuais e coletivos, uma forma de vigilância, de controle tão atenta quanto à do pai de família. (FOUCAULT, 1979, p. 281)

Nesta perspectiva, o território configura-se em espaço temporal produzido pelas relações de poder engendradas por um determinado grupo social, em que as forças econômicas, políticas e culturais, relacionadas entre si, efetivam-no.

Existe, portanto, uma perspectiva territorial de dominação, com conotação mais material e funcional (política ou econômica), geralmente identificada com os grupos hegemônicos, e outra de apropriação, mais simbólica e pluralista, e que pode se identificar com grupos subalternos e suas lutas de resistência.

Para Haesbaert (2014, p. 59), a distinção dos territórios ocorre “[...] de acordo com aqueles que o constroem, sejam eles indivíduos, grupos sociais/culturais, o Estado, empresas e instituições como a Igreja”. Os objetivos de controle social que se dão em ações de territorializações variam conforme a sociedade e a cultura (renda, idade, gênero etc.). Dessa forma, a noção de território remete à ideia de um espaço delimitado por e a partir das relações de poder, as quais fomentam a identificação e a gestão de um grupo social por um dado espaço e envolvem as dimensões econômicas, políticas, culturais e naturais que permeiam a sociedade. Com base nessa compreensão, torna-se possível discutir a acessibilidade territorial no binômio i-mobilidade, e vislumbrar os processos de contenção existentes nos territórios (HAESBAERT, 2014).

Enfim, o território deve ser analisado “[...] num sentido relacional, isto é, através dos processos de des-reterritorialização, em toda a complexidade das relações de poder e i-mobilidades aí envolvidas” (HAESBAERT, 2014, p. 92). Compreende-se, desse modo, o território por e a partir das relações de poder, desde o “[...] poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural” (HAESBAERT, 2014, p. 79).

Percebe-se, portanto, que o conceito de território associa-se ao de poder e, muitas vezes, relaciona-se com o viés econômico. Essa perspectiva também é adotada no presente estudo, visto que entrelaça território e suas dinâmicas, poder e economia, ao abordar a relação entre o garimpo e a noção de desenvolvimento regional, por mais que esta última seja complexa, dado que a atividade mineradora envolve alto risco ambiental e predatório.

Essa ideia já se faz presente na realidade brasileira, desde o momento da invasão do território pelos europeus, no século XVI, que o veem como um espaço a ser explorado e usufruído, sempre aberto ao aumento da produção, com recursos naturais inesgotáveis. O português era, então, um aventureiro, desbravador de terras ricas de biomassa florestal. É dessa forma que o mineiro se apresenta ao explorar espaços ricos em minério no interior de Goiás. Por isso, a controvérsia de se falar em desenvolvimento regional em um contexto de terra degradada.

Importa mencionar que, ao lado do conceito de território, tem-se o conceito de espaço, que também dispõe de longa história epistemológica na Geografia; porém, a ideia desenvolvida acerca desse conceito é menos comprometida em termos políticos.

A análise de território, com base econômica mais desenvolvida, reconhece a complementaridade entre as dimensões econômica, política e cultural. Neste sentido, o espaço é o fundamento para a formulação do território. Esclarece Raffestin (2008) que antes do território vem o espaço, e que espaço e território não são termos equivalentes. A formação do território ocorre a partir do espaço.

Em sua análise, Haesbaert (2014) apresenta a síntese das várias noções de território, agrupando-as em três vertentes básicas, quais sejam:

1. Política, considerada a mais difundida e no âmbito da qual o território é visto como espaço delimitado e controlado, sendo que determinado poder é exercido sobre ela, geralmente o poder político do Estado;
2. Cultural, que ressalta a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é percebido, notadamente, como resultado do processo de apropriação/valorização simbólica atribuída por um grupo ao seu espaço vivido;
3. Econômica, tomada como a menos difundida, e que enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas. Nesta última vertente, o território é

percebido como fonte de recursos, estando inserido no confronto entre classes sociais e na relação capital-trabalho.

Haesbaert (2004) aponta uma quarta dimensão, a natural, que concebe o território com base nas relações entre sociedade e natureza, principalmente no que se refere ao comportamento natural dos seres humanos no seu ambiente físico (espaço).

Por sua vez, Bonnemaïson (2002) afirma que o território é dotado de significado biológico, econômico, social e político, e que na sua expressão mais humana é identificado como o lugar de mediação entre os homens e sua cultura. Desse modo, espaço e território não podem ser dissociados, visto que o espaço é necessário para demarcar a existência do território, e o território é a condição para que o espaço se humanize.

Raffestin (2008) entende que o território é produzido por diversas relações que o indivíduo ou grupos de indivíduos contraem entre si e com a natureza. Para o referido autor, o território é fruto dos atores sociais. São esses autores que produzem o território, partindo da realidade inicial dada, que é o espaço. Afinal, para ele o território forma-se a partir do espaço.

Território é, portanto, o espaço das experiências vividas, em que ocorrem as relações entre os atores e entre estes e a natureza. Essas relações são permeadas pelos sentimentos e pelos simbolismos atribuídos aos lugares. Como concebe Silva (2010, p. 109): “[...] são espaços apropriados por meio de práticas que lhes garantem certa identidade social/cultural”.

Percebe-se, pois, que o território corresponde a certo número de funções geográficas, sociais e políticas, que se inscrevem no universo da memória, das representações e dos valores, indo além das perspectivas materiais e do poder da categoria território; isto é, de sua dimensão simbólica.

Como asseveram Santos e Silveira (2001) e Saquet (2015), território é uma construção social; por conseguinte, tem historicidade. Nesse processo, ao apoderar-se do território, a ação social o “territorializa”, por meio de ações, práticas, comportamentos e relações de poder, produzindo, desse modo, uma territorialidade específica. Esse conceito reflete a multidimensionalidade do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade (RAFFESTIN, 2008).

De acordo com Raffestin (2008), a territorialidade refere-se a um sistema tridimensional composto por sociedade, espaço e tempo. Elementos esses que se interligam de forma dinâmica, representando, nessa junção, a “maneira pela qual as sociedades satisfazem, num determinado momento, para um local, uma carga demográfica e um conjunto de instrumentos também determinados, suas necessidades em energia e em informação” (RAFFESTIN, 2008, p. 161). Por isso, as territorialidades podem ser simétricas ou dissimétricas. No primeiro caso, sem mudanças sensíveis em longo prazo; no segundo, com mudanças sensíveis verificadas em todos os elementos.

De toda forma, territorialidade está, segundo Raffestin (2008), associada às relações estabelecidas entre os três elementos enunciados, numa situação de troca e comunicação que visa satisfazer as necessidades dos atores sociais envolvidos. Essas necessidades normalmente envolvem consumo de bens e criam seus sistemas territoriais, como produtos e meios de produção.

Argumentos similares aparecem em *O retorno do território (2001)*, em que Milton Santos considera que o uso do território – e não o território em si – é que faz dele objeto de análise social. Para Santos, o sujeito carrega ainda certa noção de território herdada da modernidade incompleta e do seu legado de conceitos puros. Todavia, ele defende que o território é uma forma impura e híbrida, e que merece constante revisão histórica, tendo de permanente o fato de ser sempre o quadro de vida humana. Segundo Santos (2006), os seres humanos passaram da antiga comunhão individual dos lugares ao Universo, à comunhão global: a nova realidade do território é a interdependência universal dos lugares.

Nesse processo, o Estado-Nação foi um marco na entronização da noção jurídico-política do território. O território era o fundamento do Estado-Nação que, ao mesmo tempo, o subordinava e o moldava. A antiga noção de Estado Territorial deu lugar à noção pós-moderna de transnacionalização do território. Ainda assim, deve-se considerar a mudança: o território era “estatizado” para a concepção de território estritamente “transnacionalizado”; logo, o retorno do território, tese defendida por Santos (2006). Assim, mesmo nos lugares mais atravessados pelos vetores de mundialização, o território habitado pode criar novas sinergias e impor revanche ao mundo. O território consiste em formas, mas o território usado, sinônimo de espaço humano e habitado, consiste em objetos e ações.

Conforme Santos (2006), essa nova realidade comporta também novos recortes e novos modos de funcionamento do território, chamados de horizontalidades e verticalidades, para além da velha categoria região. As horizontalidades constituem o domínio da contiguidade, dos lugares vizinhos reunidos por uma continuidade territorial. As verticalidades, por sua vez, são formadas por pontos distantes uns dos outros, ligados por todas as formas de processos sociais.

Contudo, para além da nova realidade das redes – uma parte do espaço –, Santos (2006) defende a retomada do conceito de espaço banal, de François Perroux: o espaço de todos, todo o espaço. Neste sentido, o território pode ser formado de lugares contíguos e de lugares em rede; porém, são sempre os mesmos lugares, contendo, simultaneamente, funcionalizações diferentes, até mesmo opostas. Trata-se da contraposição entre o espaço banal de todos e o espaço das redes de alguns.

O território, para Santos (2006), não é organizado somente pelo Estado, como também não está restrito à dimensão política do espaço, ou seja, não é apenas um espaço delimitado pelas relações de poder. Há também o uso e a apropriação do território por outros agentes.

O território engloba as relações de poder, bem como as relações econômicas e simbólicas. Em Santos (2006), a ideia de território é tomada, em grande parte, com base no conceito de território proposto por Raffestin. Esse geógrafo suíço foi influenciado pela Escola Francesa de Geografia, ancorada no estruturalismo e no materialismo histórico. Ele entende o território como um conjunto de sistemas de objetos e ações. Assim, o território é formado pelas diferentes territorialidades, pelo uso e pela apropriação do espaço por diferentes agentes; o território é formado também por superfícies (as estruturas econômicas, políticas e culturais), por linhas (as redes) e por pontos (os lugares) (RAFFESTIN, 2008).

A relação entre território, redes e lugares também é discutida por Milton Santos. Nesse contexto, não é o território em si a categoria de análise social, mas o território usado (SANTOS, 2006), sinônimo de espaço geográfico (SANTOS; SILVEIRA, 2001). Aqui, o território ganha status de escala geográfica. Neste sentido, o território usado é simultaneamente material e social, composto por uma dialética, como o espaço geográfico. O território-forma é o espaço material e o território usado é o espaço material mais o espaço social. O território usado é constituído pelo território forma – espaço geográfico do Estado – e seu uso, pela apropriação e produção, pelo

ordenamento, pela organização e pelos diversos agentes que o compõem: as firmas, as instituições – incluindo o próprio Estado – e as pessoas.

1.2 Território: da dimensão material à simbólica

Conforme Santos e Silveira (2001), o território pode ser entendido por meio de duas conotações diferentes: a da materialidade, em que o território está conjugado à legalidade e à política; nesse caso, à propriedade; e a do simbólico, ou seja, pela apropriação, relacionando-se com o vivido.

Haesbaert (2004) menciona que a dimensão simbólica destaca-se em detrimento da dimensão material, sendo esta última mais objetiva. Aponta o autor que a economia global torna os espaços mais fluidos e a cultura e a identidade ressitua os indivíduos em micro e até mesmo espaços (regiões, nações), em torno dos quais se agrupam.

Na dimensão simbólica, o território é considerado e valorizado como o produto coletivo, na relação que estabelece com seu espaço vivido. Nessa dimensão, o valor de uso, a vivência e a subjetividade determinam relações importantes, tanto quanto as relações de poder materializadas (ONUMA; MISOCZKY, 2012). Observa-se, portanto, com base na visão relacional de território, que este envolve simultaneamente uma dimensão simbólica/cultural e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar.

Ainda dentro da concepção simbólica, o território concebido com base na relação de dominação e apropriação sociedade-espaço configura-se ao longo de um singular processo contínuo, que abrange desde a dominação político-econômica mais concreta e funcional até a apropriação mais subjetiva e/ou cultural/simbólica.

Situações adversas, como a exclusão social, podem, contudo, levar à dissolução de laços territoriais e ao estabelecimento de outros espaços. Em outras palavras, a dificuldade de sobrevivência material faz com que muitos grupos aglutinem-se em torno de ideologias e até em espaços mais fechados, com a finalidade de assegurarem a identidade cultural (HAESBAERT, 2004).

As noções de território que não consideram a dimensão simbólica, mesmo aquelas que ressaltam seu caráter predominantemente político, correm o risco de se limitar a certa leitura materialista do território, como se este fosse passível de ser

localizado e objetivado, além de não permitirem a compreensão dos laços que se estabelecem entre espaço e poder em toda a sua complexidade (HAESBAERT, 2004). Na dimensão simbólica/cultural, o território é considerado e valorizado.

Por mais que pareça um equívoco distinguir essas duas esferas, não se pode ignorar o fato de que cada grupo social, classe ou instituição pode territorializar-se mediando processos de caráter mais funcional (econômico/político) ou mais simbólico (político-cultural), no âmbito da relação estabelecida com os espaços, conforme a dinâmica de poder e as estratégias envolvidas.

1.3 Territorialidade, desterritorialização e reterritorialização

Com base nas considerações feitas até o momento, entende-se que a compreensão da territorialidade é fundamental para o entendimento do conceito de território, visto que as relações sociais criam ações e estratégias políticas, materializando as relações de poder. Portanto, a territorialidade materializa o exercício do poder. Ressalta-se que a territorialidade manifestada tende à autonomia do território e combate formas de poder externas a ele. Por outro lado, o poder territorializado pode contrariar as territorialidades que visam à união na diferenciação, pois o poder também pode ser construído por meio de territorialidades externas às anteriormente exercidas. Esse processo traz à tona a multidimensionalidade do poder exercido sobre o território (RAFFESTIN, 2008). Desse modo, o território é relacional em função das relações sociais que nele se exprimem. Isso porque, contém relações complexas entre os processos sociais e o espaço geográfico.

Em Haesbaert (2004), a territorialidade incorpora uma dimensão política e diz respeito também às relações econômicas e culturais, haja vista que está intimamente ligada ao modo como as pessoas se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar. Nesta perspectiva, o território é funcional enquanto recurso; enquanto proteção ou abrigo, que varia em importância, de acordo com os modelos de sociedades vigentes.

Em sua obra *O mito da desterritorialização (2004)*, Haesbaert argumenta que não há uma definição conceitual clara de “território” nos debates acerca da desterritorialização, entendida sempre numa relação dicotômica em relação à (re)territorialização, e associada, sobretudo, à predominância das redes (como

opostas aos territórios). O referido autor defende que o que muitos chamam de desterritorialização corresponde, na verdade, à intensificação da territorialização no sentido da “multiterritorialidade”, observada como processo simultâneo de criação e destruição de territórios em diferentes modalidades (territórios-zona e territórios-rede), múltiplas escalas espaciais e novas formas de articulação territorial.

Dallabrida, Siedenberg e Fernández (2004) afirmam que territorialidade pode ser definida como um processo subjetivo de conscientização e sentimento da população de fazer parte do território, de integrar e criar certa confraternização entre elas. Neste sentido, destaca-se a desterritorialidade, como consequência do território e de uma nova unidade de gestão que modifica o espaço não conquistado, formando novas territorialidades ou reterritorialidades, o que sugere novas formas de concepção do uso e do processo de domínio do território.

É com base nessa perspectiva mais ampla acerca dos conceitos de território e desterritorialização que o presente estudo propõe desenvolver uma análise sobre o desenvolvimento local dos municípios de Santa Terezinha de Goiás e Campos Verdes mediante a exploração do garimpo. Entende-se que esses municípios estão imersos nas relações de “dominação ou de apropriação da sociedade-espaço, que ao longo de um *continuum* que vai da dominação político-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou ‘cultural-simbólica” (HAESBAERT, 2004, p. 95-96).

1.4 Desenvolvimento local sob o enfoque do Território

As abordagens acerca do desenvolvimento local, que têm como foco o território, apontam para os desafios da territorialização, o que reforça a importância da organização socioterritorial e da inovação coletiva territorial, com seus reflexos nos sistemas territoriais de produção.

Dallabrida, Siedenberg e Fernández (2004) afirmam que o maior desafio enfrentado quando se trata de estudos de desenvolvimento local é a referência aos âmbitos espaciais periféricos. Justificam os autores que essas investigações solicitam o esclarecimento de várias indagações, tais como:

1. Qual a possibilidade de desencadear movimentos de reação dos territórios ou regiões?

2. Quais características precisam estar presentes em territórios ou regiões para a criação de condições favoráveis a uma reação mais autônoma e protagonista com maior possibilidade de sucesso?
3. Como é possível perceber essas características na realidade de territórios ou regiões fora dos centros mais dinâmicos das economias nacional e mundial?

Essas questões remetem à discussão territorial sobre desenvolvimento localizado, o que, nesta dissertação, tem como foco cidades garimpeiras, especificamente Santa Terezinha de Goiás e Campos Verdes, com base na análise da trajetória de um âmbito espacial periférico.

Assim sendo, as principais abordagens teóricas que enfocam a temática do desenvolvimento, por meio perspectiva territorial, têm como base, neste estudo, as vertentes globalista e regionalista do chamado novo regionalismo. Além disso, esta dissertação ampara-se nas leituras de Dallabrida, Siedenberg e Fernández (2004), principalmente quando esses autores asseveram que é possível vislumbrar um cenário de respostas aos desafios da territorialização do desenvolvimento desde que sejam priorizados os enfoques das abordagens regionalistas que ratificam a relação entre os padrões de organização socioterritorial, inovação e desenvolvimento.

Portanto, este estudo ampara-se na concepção de território como espaços geográficos onde se desenvolvem economias de aglomeração – o caso do garimpo – , não se limitando, necessariamente, às divisões administrativas municipais. Esses espaços são caracterizados pelo conjunto de recursos materiais (a exploração do garimpo de esmeraldas) que formam as estruturas econômicas, sociais e políticas, e pelas relações estabelecidas entre poderes públicos, privados (empresas) e outras instituições que atuam nessas localidades.

Nessa perspectiva, o fomento às atividades produtivas é um dos objetivos do desenvolvimento local, o que exige certo processo de concentração, com o objetivo de articular e conciliar as políticas públicas específicas e adequadas aos sistemas locais (ZAPATA et al., 2001).

Para Cocco e Galvão (2001, p. 83), o desenvolvimento local deve “apostar seriamente na recomposição do econômico e do social, na construção material de uma sociedade civil que seja o fruto de um espaço público e comum”. Observa-se que os estudos sobre território possibilitam o entendimento das dinâmicas de

desenvolvimento local, orientando-se pelos pressupostos do espaço social e das relações de poder neles existentes. Neste sentido, pode-se afirmar que o território é o espaço do desenvolvimento local, com função normativa.

Ademais, pontua-se que o desenvolvimento ligado ao elemento região destaca-se, tornando-se objeto de análise, o que faz desse campo teórico essencial a esta dissertação.

Feitas essas considerações, pontua-se que, com base em uma vertente globalista, Dematteis (2008) destaca a ideia de que governos locais e comunidades não têm outra escolha senão oferecer todos os tipos de concessões para atrair investimentos. E ainda, caberia às cidades e regiões assumirem, cada vez mais, as tarefas de geração de renda e emprego por meio da elaboração e da adoção de comportamento empresarial, a fim de captar o escasso capital volátil.

Estudos sobre a globalização, com viés gerencial e administrativo, evidenciam o surgimento de uma ordem internacional sem fronteiras nacionais; por conseguinte, o esgotamento do papel do Estado Nacional e de suas políticas de regulação macroeconômica. Esses estudos fundamentam-se na concepção de Estado mínimo, em contraposição ao Estado do bem-estar. Essa vertente alinha-se às teorias neoliberais e suas críticas são dirigidas à intervenção do Estado na economia. Argumentam a favor da livre competição entre cidades ou regiões. Importa mencionar que, por Estado mínimo, “entenda-se o modelo estatal que visa instalar um capitalismo mais duro e livre de regras” (VIANA, 2014, p. 11).

A vertente regionalista ressalta, por sua vez, a perspectiva da territorialização do desenvolvimento local no contexto da nova economia internacional globalizada. Com base nessa perspectiva, a territorialização é entendida

[...] como um processo que garanta certas condições econômicas, políticas, sociais e culturais que se concentram espacialmente num determinado local. Essas condições proporcionam uma especificidade do local, que não pode ser substituída de imediato através de estratégias locacionais das empresas transnacionais, ao menos não sem substanciais custos transacionais. (KLINK, 2001, p. 22)

A perspectiva da territorialização do desenvolvimento aumentou consideravelmente a capacidade das cidades-regiões-territórios de atuarem sobre os fatores estruturais. Dessa forma, ocorre uma “maior capacidade de se utilizar e

aproveitar esses fatores globais em função das próprias especificidades do local” (KLINK, 2001, p. 23).

Esses estudos evidenciam o crescente interesse nos efeitos da economia em escala global sobre as regiões e ratificam a importância de compreender a forma como as forças locais articulam-se em torno de diferentes concepções para o desenvolvimento local.

De acordo com Dallabrida e Becker (2008), o desenvolvimento regional é um processo de territorialização, que contempla a dimensão de reterritorialização. Tem como capacidades: estimular as potencialidades para a superação de desafios locais; promover os atores regionais à condição de sujeitos; envolver os territorializados, os que estão em processo de desterritorialização e os que já estão desterritorializados. Para os referidos autores, as forças locais presentes nos territórios são fatores determinantes ao seu desenvolvimento e são manifestadas por meio dos sistemas econômicos, sociais, políticos e culturais, que se formaram ao longo de suas histórias.

Considerando a relação entre desenvolvimento e território, importa discorrer, no caso em análise, sobre as cidades mineradoras brasileiras, inserindo Santa Terezinha de Goiás e Campos Verdes nessa realidade.

1.5 Cidades mineradoras

A atividade garimpeira é centenária no Brasil. Dessa atividade vem se ocupando uma parcela significativa da população, visto que a exploração de minérios ainda tem expressiva representatividade na economia nacional (BRITO, 2012). A atividade mineradora corresponde aproximadamente a 3% do Produto Interno Bruto (PIB) e emprega diretamente cerca de 100 mil pessoas, além de outras 500 mil que estão ligadas indiretamente ao setor (VIEIRA, 2011).

No Brasil, a mineração desempenhou um importante papel econômico a partir do início do século XVIII, com a interiorização da ocupação territorial do domínio português. Os efeitos demográficos mais visíveis dessa interiorização estavam relacionados com a expressiva migração populacional da mão de obra escrava vinda do Nordeste e de imigrantes portugueses portadores de poucos recursos, pois, como o ouro extraído era de aluvião, exigia investimentos de pequena monta (FURTADO, 2005).

Em termos regionais, o transporte do ouro das áreas produtoras (Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso) até o litoral (Rio de Janeiro e Salvador) e o seu abastecimento de bens e mercadorias requeriam animais de carga, criados e comercializados em outras porções do território (Rio Grande do Sul, Paraná, sul do Mato Grosso, São Paulo e em estados do Nordeste).

A mineração, nas palavras de Costa e Scarlato (2009, p. 11), “foi a mola propulsora para a articulação de diferentes pontos da colônia, do Nordeste ao Centro-Sul”. Vários núcleos urbanos tiveram como base a mineração. Segundo esses autores,

[...] a mineração exigia que a implantação dos núcleos se desse em sítios estrategicamente escolhidos, formando um rosário de povoados pelos principais caminhos que ligavam o litoral às minas mais distantes de Goiás, Mato Grosso e do Planalto de Diamantina. (COSTA; SCARLATO, 2009, p. 12)

Essa atividade, no entanto, apresenta-se de forma contraditória. Se, por um lado, traz prosperidade, gerando desenvolvimento local, por outro, caracteriza-se como atividade incerta, de fluxo sazonal, acarretando consequências negativas ao local onde se dá. O caráter temporal das minas de exploração talvez seja o seu maior problema, uma vez que a mina possui tempo limite de exploração. Desse modo, uma região que vivencia esse processo passa por um período áureo e, em seguida, esvazia-se, tendo como consequências o desemprego e a subutilização da infraestrutura implantada, impactando de forma negativa a economia local (VIEIRA, 2011).

Observa-se que os trabalhadores nos garimpos são destituídos de vínculos estáveis com a terra e deslocam-se permanentemente na busca de oportunidades para a sobrevivência e a ascensão social. Para Macedo (2000, p. 31), “o homem se faz garimpeiro porque é uma profissão fascinante, que embriaga com a ilusão de torná-lo rico da noite para o dia”.

Muitos garimpos – como vários que se localizam na Amazônia – comportam trabalhadores que abandonaram a atividade agrícola ou que mantêm alternância entre esta e a garimpagem, deslocando-se periodicamente entre as duas, num ritmo cíclico que acompanha a sazonalidade de ambas (MACEDO, 2000). Em outras regiões, diferentemente do que ocorreu na Amazônia, os garimpos caminharam para maior

estabilização social e espacial. Neste sentido, verifica-se a participação dos garimpeiros vindos de outras regiões e da população local (SOUZA, 1986).

Póvoa-Neto (1997) afirma que muitos garimpos ou corrutelas – pequenos arraiais compostos por garimpeiros na entrada de terras virgens para onde se deslocam à procura de diamantes – evoluíram e se constituíram em núcleos consolidados, alcançando, por vezes, a condição de novos municípios. Essa é a realidade do garimpo de esmeraldas de Campos Verdes, que antes pertencia ao município de Santa Terezinha de Goiás. O “garimpo”, como era chamado, emancipou-se, tornando-se município.

Conforme Póvoa-Neto (1997), são exemplos de garimpos consolidados: os de diamante, localizados no Vale do Jequitinhonha (Minas Gerais), na Chapada Diamantina (Bahia) e no Alto Vale do Araguaia (Goiás e Mato Grosso); os de ouro, em Poconé (Mato Grosso), Crixás e Minaçu (Goiás); os de esmeralda, em Campos Verdes (Goiás), Nova Era (Minas Gerais) e Carnaíba (Bahia). O referido autor afirma ainda que os garimpos consolidados tiveram início nos anos 1980, e os que foram retomados apoiaram-se em novas bases.

Pois bem, percebe-se que ocorre nos garimpos um processo de desenvolvimento desordenado no momento áureo das minas. A população atraída pela possibilidade de enriquecimento desloca-se de várias partes do país. Essa população crescente e sem emprego acarreta, para a área do garimpo, uma ocupação irregular, com a construção de habitações precárias e, muitas vezes, sem serviços de água e esgoto, gerando áreas de risco social.

Vieira (2011) afirma que as cidades ocupadas pela atividade mineradora crescem sem um plano global e não têm como prever os problemas, passando a administração local apenas a tentar saná-los. Sendo assim, cabe ao município o desafio de criar estratégias para o enfrentamento da nova realidade, composta por uma população flutuante, com alta rotatividade e falta de vínculo local das pessoas.

Outra característica das cidades mineradoras é que, em sua maioria, não estão preparadas para enfrentar os danos ambientais. A atividade mineradora não possui planejamento na maioria das vezes, o que provoca danos ao meio ambiente. Verifica-se que é no decorrer do processo de extração mineral que se busca opções para enfrentar a problemática ambiental. Soma-se a isso, a poluição de córregos e solos, provocada pela lavagem do minério (BRITO, 2012).

Em 1989, diante do contexto da mineração no qual o país estava imerso, o Conselho Nacional de Meio Ambiente estabeleceu o Decreto n.º 97.632. Esse decreto dispõe especificamente sobre os empreendimentos que têm como finalidade a exploração de recursos minerais. Esses empreendimentos devem apresentar o Estudo de Impacto Ambiental, o Relatório de Impacto Ambiental e um plano de recuperação para a área degradada. Entende-se por degradação “Art. 2º [...] os processos resultantes dos danos ao meio ambiente, pelos quais se perdem ou se reduzem algumas de suas propriedades, tais como, a qualidade ou capacidade produtiva dos recursos ambientais” (BRASIL, 1989a, s. p.).

Ainda conforme o decreto supracitado, a área afetada pela atividade mineradora deve ser recuperada. Para tanto, deve-se ter como parâmetro “Art. 3º [...] o retorno do sítio degradado a uma forma de utilização, de acordo com um plano preestabelecido para o uso do solo, visando a obtenção de uma estabilidade do meio ambiente” (BRASIL, 1989a, s. p.).

Os locais elegidos por estudo pertencem ao que se conhece como “cidade mineradora”. Assim, indaga-se: embora ambos os centros urbanos estudados componham a área mineradora brasileira, como Goiás insere-se no cenário nacional?

Pois bem, Goiás entrou para a história da colonização graças à exploração do ouro, que começou no ano 1725. O atual território de Goiás fazia parte da capitania de São Paulo. Silva (2002, p. 37) escreve que “Goiás começou a se formar pelo lado de S. Paulo, isto é, confins das terras paulistas, então conhecidas, para o interior que a coragem dos bandeirantes ia descobrindo e percorrendo”. Desse modo, o território goiano foi sendo conhecido e desbravado mediante expedições, que eram denominadas de Bandeiras. Essas expedições eram de caráter oficial e coordenadas ou autorizadas pela Coroa. Nesse contexto, Franco (2007) afirma que a busca por escravos também se configurou como uma atividade econômica. No período das Bandeiras, a atividade econômica ou se confinava na busca de escravos ou na procura de jazidas minerais.

Tanto o comércio de escravos quanto a sondagem da terra para a grande era, que em breve se iniciaria, consistiam em atividades não estáveis. Nesse contexto, encontrava-se o estabelecimento de uma sociedade firmada nos mais altos padrões de vida ou o estabelecimento de uma verdadeira sociedade (FRANCO, 2007, p. 78).

Para Silva (2002, p. 111), a febre de ouro e a captura do gentio, cuja escravidão precedera naturalmente a dos africanos, despertaram, na capitania de São Paulo, uma cobiça imensa. A província de Goiás foi descoberta e povoada por aventureiros que só procuravam riquezas, sejam elas por meio de gentios ou pela descoberta de jazidas minerais.

Em Goiás, esse ciclo iniciou-se com a descoberta feita pela bandeira liderada por Bartolomeu Bueno da Silva, o “Anhanguera”, que encontrou córregos auríferos na região da Serra Dourada, onde foi fundado o arraial de Sant’Anna, depois chamado de Vila Boa, atual Cidade de Goiás.

De acordo com Palacín e Moraes (1994), o povoamento determinado pela mineração de ouro é o povoamento mais irregular e mais instável, sem nenhum planejamento, sem nenhuma ordem. Onde aparece ouro, ali surge uma povoação, e quando o ouro se esgota, os mineiros mudam-se para outro lugar, e a povoação definha ou desaparece.

A vinda de outros exploradores para a região de Goiás deu origem à criação de Meia Ponte (atual Pirenópolis), Crixás, São José do Tocantins (atual Niquelândia), Guarinos e Pilar de Goiás, que surgiram com a expansão das descobertas para o norte do atual território de Goiás, a partir da Serra dos Pirineus, no Rio das Almas, até alcançar os Rios Maranhão e Tocantins.

O crescimento contínuo da produção de ouro gerou a demanda por um aparato administrativo mais estruturado pela Coroa, o que a levou à decisão pela autonomia de Goiás em relação à Capitania de São Paulo. Assim, em 1749, instalou-se o primeiro governo da nova Capitania, época em que esta alcançou o apogeu da sua produção aurífera. A fase de decadência começou a partir de 1780, quando a agropecuária assumiu o protagonismo na economia goiana (SILVA, 2002).

Importa mencionar que o protagonismo da agropecuária ocorreu nas antigas áreas de mineração. Inicialmente, houve a produção de alimentos agrícolas e a criação de animais. Essas atividades estavam voltadas para a subsistência no entorno dos núcleos urbanos. Posteriormente, adquiriram certa relevância mercantil (SILVA, 2002).

A mineração continuou ao longo do século XIX, por meio de garimpos de ouro em diversos locais e da exploração de lavras diamantíferas no Rio Claro. Sua importância pode ser atestada pelo fato de o Governo Provincial ter promulgado uma

legislação específica para a concessão de minas, em 1892, e uma regulamentação que tratava da questão mineral, em 1898, que foi revisada em 1906 (FRANCO, 2007). De fato, no início do século XX, foram descobertas as primeiras minas de níquel no município de São José do Tocantins, depois denominado de Niquelândia.

Paralelamente, por volta dos anos 1890, o excedente agropecuário produzido nas fazendas do sul de Goiás passou a ser controlado pela atividade mercantil do Triângulo Mineiro, que estava incorporado à economia cafeeira paulista a partir da Estrada de Ferro Mogiana, o que gerou uma desigualdade regional dentro do território goiano (LEME, 2009).

A desigualdade regional entre o sul e as demais regiões de Goiás acentuou-se com a chegada dos trilhos da Mogiana, inicialmente até Roncador, em 1914, e depois até Anápolis, no centro do estado, em 1935. Enquanto isso, o norte do estado seguia com a sua estrutura produtiva imune às transformações que aconteciam no sul e no centro (LEME, 2009).

Essa situação começou a se modificar quando o Governo Federal lançou a Marcha para o Oeste, no final dos anos 1930, que teve como um de seus objetivos a criação de colônias agrícolas. A primeira delas, a Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG), foi instalada nas terras férteis de Ceres, atraindo lavradores e migrantes que almejavam possuir suas próprias terras. Esses migrantes foram incentivados a produzir grãos para abastecer a indústria da região Sudeste do país. O crescimento expressivo dessa produção valorizou as terras e gerou conflitos entre colonos, posseiros, grileiros e fazendeiros, o que resultou na expulsão dos colonos da CANG (LEME, 2009).

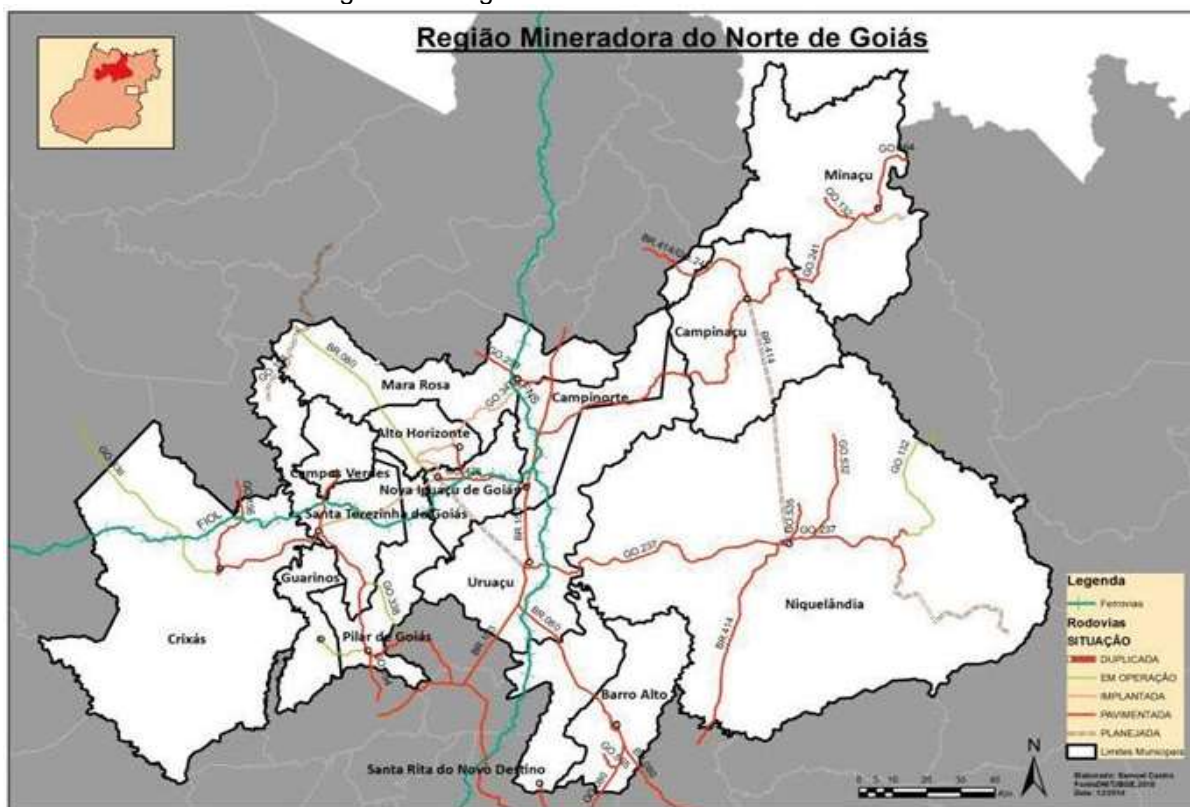
No final da década de 1940, a alternativa encontrada pelos colonos que saíam da CANG foi deslocar-se para o norte de Goiás, onde havia grande extensão de terras devolutas, consideradas “livres” para ocupação. No entanto, havia dificuldade em regularizar a posse da terra devido à presença de grileiros e ao conluio com os donos de cartório, o que acabou motivando novos conflitos (BORBA; MORAIS, 2014). Essas condições adversas provocaram a fixação dos colonos em núcleos urbanos, que originaram alguns dos atuais municípios do norte: Barro Alto, Campinaçu, Campinorte e Santa Terezinha de Goiás.

A abertura da Rodovia Belém-Brasília, durante os anos 1950, representou, em termos de acessibilidade, um marco importante para o norte de Goiás. Os municípios

de Mara Rosa, Campinorte, Nova Iguaçu de Goiás e Uruaçu foram beneficiados, pois se situam próximos à rodovia. Além disso, a construção de Brasília contribuiu para a inserção do norte do estado no mercado nacional.

Com base nesse histórico, nos critérios apresentados na descrição da pesquisa, nas ideias centrais de recortes sobre o conceito de região, delimitou-se uma nova região mineradora, com continuidade espacial, envolvendo quinze municípios no norte de Goiás: Alto Horizonte, Barro Alto, Campinaçu, Campinorte, Campos Verdes, Crixás, Guarinos, Mara Rosa, Minaçu, Niquelândia, Nova Iguaçu de Goiás, Pilar de Goiás, Santa Rita do Novo Destino, Santa Terezinha de Goiás e Uruaçu. Trata-se da Região Mineradora do Norte de Goiás, conforme Figura 1.

Figura 1 – Região Mineradora do Norte de Goiás



Fonte: Leite; Steinberger (2015, p. 317).

Conforme estudos desenvolvidos pelos Serviços Geológicos no Brasil/ DNPM, o minério que aparece em maior quantidade no estado de Goiás é o ouro, com predomínio da mineração na sua forma simples, datando algumas lavras de antes de 1722, ano da fundação da atual Cidade de Goiás. Os principais depósitos auríferos no estado estão localizados nos municípios de Crixás, Faina, Goiás, Guarinos, Pilar

de Goiás, Fazenda Nova, Iporá, Israelândia, Mara Rosa, Novo Horizonte, Cavalcante e Niquelândia, Monte Alegre de Goiás e Nova Roma (DNPM, 2014). Além disso, conforme pesquisa da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), há depósitos auríferos nos municípios de Anicuns, Aurilândia, Barro Alto, Hidrolina, Ipameri, Mairipotaba, Minaçu, Piranhas, Pirenópolis, Porangatu, Teresinha de Goiás, Santa Teresa e Uruaçu.

Com relação à extração de pedras preciosas, destaca-se o diamante, com principais ocorrências nas regiões sul e sudoeste do estado. Essa pedra está relacionada com os aluviões dos rios Paranaíba, Araguaia, Aporé, Veríssimo, São Marcos, Claro, Pilões, Caiapó, Verde, Bonito, Piranhas e Santo Maria. São conhecidas também ocorrências de diamante nos municípios de Cavalcanti, Niquelândia, Colinas, Posse e Cidade de Goiás (DNPM, 2014).

As principais ocorrências de esmeraldas são verificadas nos municípios de Campos Verdes, Itaberaí, Porangatu, Minaçu, Pirenópolis e Mara Rosa. A atividade de garimpagem no município de Campos Verdes foi iniciada em 1981. À época, esse município fazia parte do município de Santa Terezinha de Goiás.

Para o Grupo de Estudos sobre América Latina e o Caribe (GEAL, 2011), com relação à extração de recursos minerais, observou-se, nas últimas décadas do século passado, um novo impulso produtivo em escala mundial, a favor da nova ordem capitalista, em sua frente globalizadora e neoliberal.

1.5.1 O processo histórico da mineração em Santa Terezinha de Goiás

A partir dos anos 1980, a história da cidade de Santa Terezinha de Goiás vincula-se diretamente ao garimpo de esmeraldas. As primeiras esmeraldas foram descobertas na administração do Sr. Raimundo Fernandes da Silva, prefeito à época (BRITO, 2012). A jazida foi encontrada pelo patroleiro Diolino Gonçalves, ao preparar a terra para a construção de uma estrada vicinal, que dava acesso à Fazenda São João. Posteriormente, por meio de análises, ficou comprovado que “aquela descoberta era resultado de um afloramento natural de esmeraldas” (NASCIMENTO, 2009, p. 25). A figura 2 apresenta a vista aérea da cidade de Santa Terezinha de Goiás.

Figura 2 – Vista aérea de Santa Terezinha de Goiás



Fonte: Acervo do autor (2019).

Com a confirmação de que se tratava realmente de uma pedra de esmeralda, a notícia espalhou-se rapidamente e atraiu para a região um grande número de garimpeiros, que vinha de diferentes estados, principalmente do Maranhão, da Bahia, de Minas Gerais e de Tocantins, além de garimpeiros do próprio estado de Goiás (NASCIMENTO, 2009). Desse modo, a cidade de Santa Terezinha de Goiás passou a enfrentar as adversidades próprias das cidades mineradoras no Brasil.

Brito (2012) afirma que o povoado onde estavam localizadas as esmeraldas ficou conhecido como Garimpo, situado a 22 km da sede do município de Santa Terezinha de Goiás, na fazenda São João, terras que pertenciam ao Sr. Sebastião Gambira.

Assim, houve um superpovoamento, chegando o município a ter, no período áureo do garimpo, uma população de mais de 25 mil habitantes, tornando-se o maior produtor de esmeraldas do mundo, o que provocou uma verdadeira efervescência econômica, bem como a ampliação do comércio de abastecimento de alimentos, roupas e instrumentos utilizados no garimpo (BRITO, 2012).

No período de 1981 a 1984, a população flutuante era de aproximadamente 35.000 pessoas, entre mantenedores de serviços (patrocinadores de unidades produtivas), garimpeiros propriamente ditos, comerciantes de pedra e exploradores indiretos desse tipo de atividade (NASCIMENTO, 2009).

Esse processo refletiu, inclusive, nas cidades de Anápolis e Goiânia, que aumentaram a comercialização de alimentos, vestuários, calçados, móveis,

eletrodomésticos, bem como o comércio de produtos para a construção civil e a vendas de carros.

Na cidade de Santa Terezinha de Goiás, foram instaladas agências do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal, do Bradesco, do Bamerindus e do antigo Banco do Estado de Goiás (BEG) – extinto –, a fim de garantir os serviços bancários aos cidadãos (SILVA, 2006).

O mito do garimpo como o lugar para tentar a sorte, para enriquecer de repente, levava ao município centenas de pessoas. Macedo (2000, p. 29) afirma que “o mito do garimpo, como o lugar em que a sorte traz mudanças para melhorar, e a fantasia de uma vida mais tranquila justificavam os caminhos tortuosos e os esforços sobre-humanos”.

Santa Terezinha de Goiás retratou a realidade das cidades mineradoras no Brasil: não possuía estrutura física e social para tanta gente, foi perdendo seu traçado e estética, os garimpeiros acomodavam-se em qualquer lugar. O que eles buscavam era encontrar esmeraldas e fazer fortuna. “A cidade ficou superpovoada, todos os quartos de pensões e hotéis ficaram ocupados. Os becos serviam de moradas, pessoas construía quartos e mais quartos e alugavam, havia até barracas de lona e de plástico” (BRITO, 2012, p. 31).

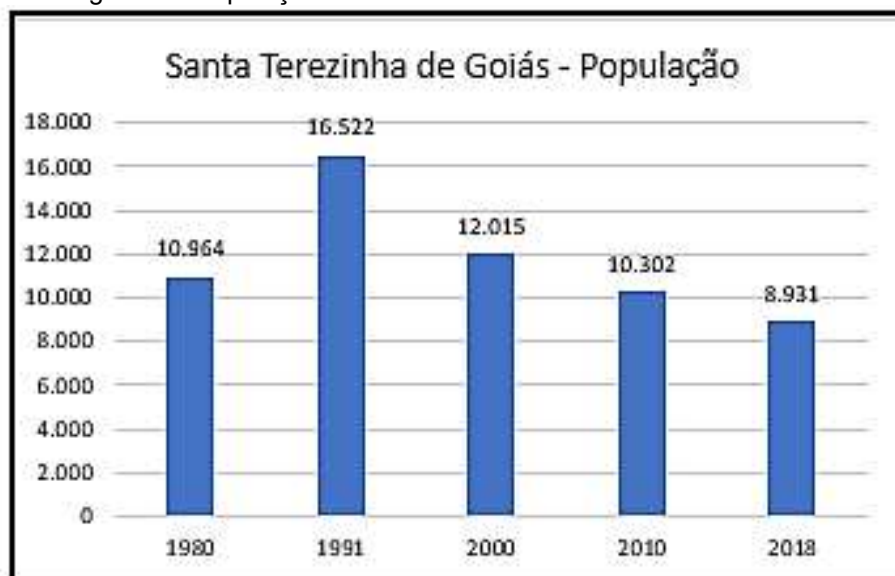
A cidade sofreu – e sofre – com a ausência de organização da mineração no município, e o poder público não deu respostas às demandas que foram surgindo. Isso possibilitou a entrada de atravessadores de outras localidades para dentro da área do garimpo, inclusive comprando as minas daqueles que não tinham como tocar os serviços por inúmeros problemas, sendo o mais comum o financeiro (SILVA, 2006).

Inicialmente, a atividade de extração de esmeraldas foi realizada por garimpeiros autônomos, que utilizavam técnicas rudes, na base da pá e da picareta. À medida que passou a ser conhecido, o Garimpo chamou a atenção de firmas que empregavam tecnologias mais eficientes na extração desse minério. Assim, essas firmas “[...] instalaram-se no local e passaram a ocupar o espaço do garimpeiro, e, nesse caso, o uso de dragas causou, em poucos meses de operação, uma assustadora degradação ambiental” (BRITO, 2012, p. 45).

Com a emancipação do Garimpo, em 1987, Santa Terezinha de Goiás viveu um processo de decadência e de esvaziamento. Essa realidade pode ser constatada pelo número de habitantes no município. No ano de 1980, eram 10.964 habitantes;

em 1991, a população já era de 16.522. Com a crise do garimpo, no ano de 2000, o número de habitantes passou para 12.015; em 2010, para 10.302; e, em 2018, a população estimada foi de 8.931, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018). A Figura 3 apresenta esses dados.

Figura 3 – População de Santa Terezinha de Goiás – 1980 a 2018



Fonte: IBGE (2018).

Santa Terezinha de Goiás tinha como fonte de renda principal o dinheiro que circulava no Garimpo, que movimentava toda a cidade. Assim, com crise demográfica, o município enfrentou uma crise econômica e social (SILVA, 2006).

1.5.2 O Garimpo: de povoado a município de Campos Verdes

A história de Campos Verdes está ligada à mineração e ao descobrimento de esmeraldas, com a formação de um povoado, naquela época no município de Santa Terezinha de Goiás. O Garimpo, como ficou conhecido esse povoado, contou com uma população flutuante de até 20.000 pessoas, que deu origem a uma população fixa de aproximadamente 17.000 pessoas (NASCIMENTO, 2009). Toda essa população dependia de Santa Terezinha de Goiás, e o capital oriundo da extração da esmeralda ficava para esse município.

A população numerosa, a alta renda do garimpo e a dependência de Santa Terezinha de Goiás de prestação de serviços foram motivos suficientes para justificar a emancipação da região do garimpo. Assim, em 1987, foi realizado um plebiscito para

a emancipação. O total de sim para a emancipação foi de 90%. Após o plebiscito, o Garimpo passou a ser chamado de Campos Verdes, tornando-se município pela Lei n.º 10.401, de 30 de dezembro de 1987 (SILVA, 2006). O nome Campos Verdes é uma alusão à grande quantidade de esmeraldas na região. A figura 4 apresenta a vista aérea da cidade de Campos Verdes de Goiás.

Figura 4 – Vista aérea de Campos Verdes de Goiás



Fonte: Cidades de Goiás (2018).

Essa região viveu um período áureo de extração de esmeraldas de dez anos. Contudo, seu crescimento ocorreu de forma desordenada, devido à onda de trabalhadores atraídos para o local. Esses trabalhadores eram, em sua maioria, aventureiros, sem qualquer qualificação (NASCIMENTO, 2009). As técnicas utilizadas na exploração de esmeraldas eram rudimentares, levando em consideração o baixo poder aquisitivo dos garimpeiros. As técnicas predatórias de garimpagem acabaram por reduzir, drasticamente, a exploração das esmeraldas (SILVA, 2006).

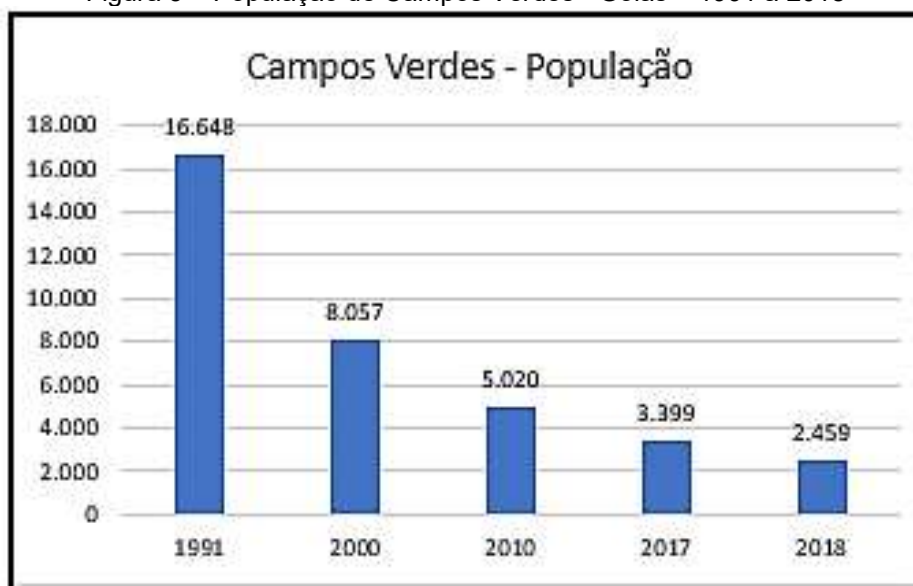
À medida que o garimpo tornou-se conhecido, despertou a atenção das grandes empresas de mineração, com tecnologias mais eficientes. Essas empresas passaram a ocupar o lugar do garimpeiro tradicional que ali tinha se estabelecido, provocando, conseqüentemente, desemprego e danos ambientais. Os garimpeiros, sem nenhuma chance de extrair esmeraldas com seus modos rudimentares, foram

obrigados a se empregarem nessas empresas, pois elas tinham condições tecnológicas e financeiras para extraírem pedras em grandes profundidades (NASCIMENTO, 2009). Contudo, nem todos os garimpeiros conseguiram empregos, sendo que boa parte deles migrou para outras localidades, com redução considerável da população no município.

As pedras, que tinham conferido o título de Capital das Esmeraldas para Campos Verdes, passaram a ser motivo de tristeza e desencanto aos moradores. Silva (2006) afirma que, após o período áureo (década de 1980), a cidade passou a viver a síndrome do “já teve”. Esse processo de decadência pode ser percebido por meio da redução da população do município. Na década de 1980, período áureo da exploração de esmeraldas, Campos Verdes possuía uma população de aproximadamente 30.000 habitantes. Desses, 25.000 concentravam-se na zona urbana, e 4.000, na zona rural. Esse número permaneceu até meados da década seguinte (SILVA, 2006).

O censo demográfico da população de Campos Verdes só foi realizado após uma década de instalação do garimpo na região. Os números apresentados no período de 1991 a 2018 evidenciam o decréscimo significativo na população, conforme Figura 5.

Figura 5 – População de Campos Verdes - Goiás – 1991 a 2018



Fonte: IBGE (2018).

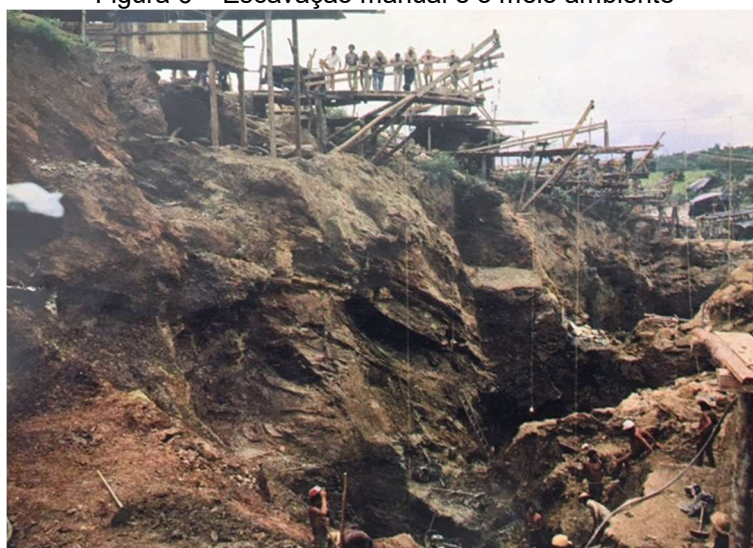
Em Campos Verdes, no período de 1991 a 2017, houve uma redução significativa da população. Isso ocorreu devido à redução de empregos, à falta de assistência técnica e social por parte do poder público e, até mesmo, à falta de opções em outras atividades econômicas na cidade.

Segundo Macedo (2000), as cidades que crescem devido à extração de garimpo estão sujeitas à decadência quando o minério diminui, pois este é finito, e o garimpeiro, transitório, pois não fixa morada onde não há nada para extrair. Assim, para essa autora, “a cidade que viveu em torno do diamante, à medida que ele se esgota se desfaz, com a mesma velocidade com que foi edificada, entra em decadência” (MACEDO, 2000, p. 50).

Nesse contexto, o meio ambiente também foi muito afetado. Naquela época os efeitos desastrosos que o garimpo poderia causar à região não eram considerados; o que importava era o grande volume de dinheiro que circulava no município. Na lavação do xisto (terra retirada do solo e lavada para se extrair as esmeraldas), produzia-se muita areia e terra. Era geralmente lavado próximo a um rio. Assim, descia e aterrava o leito dos córregos. Com isso, muitos córregos deixaram de existir.

Outro problema oriundo do período da mineração diz respeito às escavações profundas das minas, que hoje estão abandonadas dentro da cidade de Campos Verdes, e podem desabar a qualquer momento, levando a população que mora nas proximidades a temer pela própria vida. A figura 6 apresenta cenário de uma escavação manual e os efeitos desastrosos causados ao meio ambiente.

Figura 6 – Escavação manual e o meio ambiente



Fonte: Acervo da Biblioteca Municipal de Campos Verdes.

No tocante às questões sociais, faltou planejamento desde o início do Garimpo. A violência física aumentou bastante à época, tanto que a Polícia Federal proibiu qualquer tipo de bebida alcoólica e até mesmo a entrada de mulheres separadas dentro do Garimpo. A entrada de mulheres só era permitida com a presença dos maridos. A violência não se restringia somente ao Garimpo. Em Santa Terezinha, um dos locais de maior violência era o prostíbulo, conhecido como Malvinas – pelo fato de lá morrerem muitas pessoas, os garimpeiros deram esse nome ao prostíbulo em referência à guerra das Malvinas, conflito entre a Grã-Bretanha e a Argentina na década de 1980. Esse prostíbulo teve, nos tempos áureos, aproximadamente 500 mulheres atuando como prostitutas. Todas as noites saíam do local várias pessoas esfaqueadas, baleadas e mortas (BRITO, 2012).

Em termos sociais, Campos Verdes não fugiu à regra. A atividade garimpeira foi responsável pelo povoamento do município. No início, a cidade movimentou-se, vibrou em torno das esmeraldas, com a ampliação do consumo, a circulação de dinheiro, a construção do aeroporto, de escolas e hospitais. Com a decadência do garimpo, o município enfrentou a sua pior crise financeira e social. “O processo de empobrecimento dessa região reflete o empobrecimento de todas as atividades econômicas” (MACEDO, 2000, p. 50), o que evidencia o processo de desterritorialização ocorrido na região.

A atividade garimpeira contribuiu para o superpovoamento do Garimpo. Um grande número de comerciantes instalou-se no local. Isso contribuiu para a formação do município de Campos Verdes. Mesmo com o declínio dessa atividade e diante de dificuldades enfrentadas, muitas pessoas permaneceram no local “por acreditarem que ainda existem grandes filões de esmeraldas, os quais ainda estão a explorar” (SILVA, 2006, p. 60).

O Município de Campos Verdes possui 452 áreas destinadas à exploração de esmeraldas. Dessa quantidade, somente cinco estão em atividade normal atualmente, e quinze, em processo de pesquisa, situação esta que promove desemprego e dificuldade a uma população de 4.000 habitantes, que reside em uma das maiores jazidas de esmeraldas do mundo.

Com a intenção de minimizar os conflitos, ainda no início da atividade do garimpo, em Santa Terezinha de Goiás, o DNPM demarcou, em 1984, as áreas de garimpagem em trechos:

- Trecho Velho: onde estão localizadas as duas maiores minas da região (Itaobi e Veraobi); ficam na ponta norte do Trecho Velho e corta a parte leste da faixa mineralizada;
- Trecho Novo: corta a parte leste do Valentão (local de antigo afloramento de esmeralda), intensamente garimpado, e segue em direção à mineração Penery, do grupo EMSA. Situa-se à cabeceira do Valentão, adjacente ao famoso garimpo do afloramento. O lado leste é adjacente ao garimpo do Nego Velho (famoso pela imensa produção);
- Trecho do Netinho: situa-se do lado leste do garimpo, com grande possibilidade de concentração de esmeraldas. A última mina desse trecho foi a de São Geraldo, que produziu intensamente durante quase quatro anos e ainda continua produzindo;
- Trecho do Délio Braz: trecho de mineralização paralelo a outros trechos (Velho, Novo e do Netinho), situado a oeste, estando a uma profundidade de 450 metros. A descoberta desse trecho abre perspectiva para o sul de mineralização mais rasa e para o norte, rumo ao Trecho do Kley. No entanto, é uma área que exige grandes investimentos em sondagem e apresenta alto risco, por se tratar de uma região pouco conhecida;
- Trecho do Kley: foi descoberto em 2006. Encontram-se nesse trecho mineralizações nos níveis 48, 52 e 128 metros de profundidade, constatando-se na sondagem também outro corpo a 340 metros, ainda não alcançado. Supõe-se que esse nível é sequência da Itaobi e Veraobi, rumo sul/norte, e paralelo a Pereny Mineração, do grupo EMSA. O xisto (rocha matriz da esmeralda) é de excelente qualidade, sendo conhecido como “pedra da louça” (DNPM, 2014).

Importa mencionar que as áreas de 1.090 m² foram demarcadas pelo DNPM. Os Trechos Velho e Novo são áreas serviços de dimensões irregulares demarcadas pelos garimpeiros.

No contexto legal, no ano de 1989, as reservas garimpeiras passaram a ser regulamentadas pela Lei n.º 7.805, de 18 de julho de 1989, que regula o aproveitamento de jazidas minerais, cuja natureza, dimensão, localização e utilização econômica passaram a ser lavradas, independentemente de trabalhos prévios de pesquisa, segundo critérios fixados pelo DNPM (BRASIL, 1989b). Com a legalização, ocorreu um processo de intensificação nas escavações, o que atraiu um número elevado de pessoas para o local.

Conforme dados do DNPM (GO), entre 1990 e 1992, havia cerca de 15 a 20 serviços funcionando, a maioria deles nos trechos Velho e Novo, próximos à área urbana; durante este período, foram abertos vários poços (*shafts*), em diferentes níveis – o subsolo das áreas de garimpagem acabou por transformar-se em verdadeiros ‘queijos suíços’ - ou galerias subterrâneas, a ponto de uma escavação ir de encontro a outras, causando sérios conflitos (disputa por terra). À época, as atividades extrativistas chegavam a cerca de 80 metros do subsolo, aproximadamente. (NASCIMENTO, 2009, p. 34)

Por um período de dez anos, ocorreu um crescimento rápido e desordenado na região, acompanhado de uma onda de trabalhadores, constituída, em sua maioria, de retirantes e aventureiros, “[...] sem as devidas qualificações técnicas, e muito menos com equipamentos adequados. Até então, as esmeraldas se encontravam próximas à superfície” (NASCIMENTO, 2009, p. 33).

A figura 7 apresenta cenário no início do garimpo de esmeraldas no território da fazenda São João, quando ainda pertencia ao município de Santa Terezinha de Goiás.

Figura 7 – O Garimpo de esmeraldas e o território



Fonte: Acervo do autor (2019).

É importante destacar que, com a emancipação política de Campos Verdes, Santa Terezinha de Goiás perdeu seu território de esmeraldas e, conseqüentemente, toda arrecadação e controle para Campos Verdes. A figura 8 apresenta uma banca de vendas de esmeraldas que é praticada atualmente em Campos Verdes de Goiás.

Figura 8 – Vendas de esmeraldas na cidade em 2019



Fonte: Acervo do autor (2019).

Ao observar a história da mineração nesses dois municípios, fica clara a importância do conceito de territorialidade nesta discussão, a fim de verificar o uso que os indivíduos fazem do território ao longo do tempo. Neste sentido, a pesquisa de campo contribui para tomar a população desses locais como protagonista e construtora de seus municípios, que são vistos como sistemas territoriais, ou seja, como produtos e produtores de bens.

Tendo em vista essa importância, o próximo capítulo descreve a metodologia adotada neste estudo, que teve com intuito verificar e analisar a situação encontrada no campo de pesquisa.

CAPÍTULO II – METODOLOGIA

Este capítulo trata da metodologia adotada na elaboração deste estudo. Para tanto, aborda a caracterização da área alvo, os procedimentos metodológicos que orientaram a pesquisa, com foco na categoria de análise, no tipo de pesquisa, na população, no universo, na amostra, na coleta de dados e nas fases da pesquisa.

Para a construção deste estudo investigativo, foram adotados procedimentos metodológicos adequados para a obtenção de respostas que vissem ao encontro do objetivo geral, isto é: perceber a relação entre mobilidade espacial, territorialidade e desenvolvimento regional local nos municípios de Santa Terezinha de Goiás e Campos Verdes a partir do momento da descoberta das minas de esmeraldas, na década de 1980, e no início dos anos 1990, verificando a condição anterior à atividade mineradora e a condição posterior ao período áureo da mineração, tanto em relação ao contingente populacional quanto à condição territorial das localidades em análise.

Assevera-se, mais uma vez, que, embora a pesquisa trate do impacto da atividade mineradora no desenvolvimento desses municípios, detectou-se a necessidade de olhar essa realidade mesmo antes da descoberta das minas de esmeraldas, visto que o elemento essencial de discussão é o conceito de territorialidade. Entende-se que este só pode ser analisado em seu aspecto tridimensional: sociedade, espaço e tempo. Isso significa que, mesmo tendo o território como campo de análise, o ponto-chave da discussão diz respeito ao uso que os indivíduos fazem dele.

Neste estudo, o território é tomado como uma construção social, territorializado e reterritorializado pelos sujeitos, cabendo a este estudo propor ferramentas de pesquisas que possibilitem perceber como as comunidades podem atuar nesse processo. Por isso, optou-se por uma pesquisa de campo, com aplicação de questionários. Compreende-se que, por meio dessa metodologia, é possível perceber os usos atribuídos ao território antes, durante e após o período áureo da mineração.

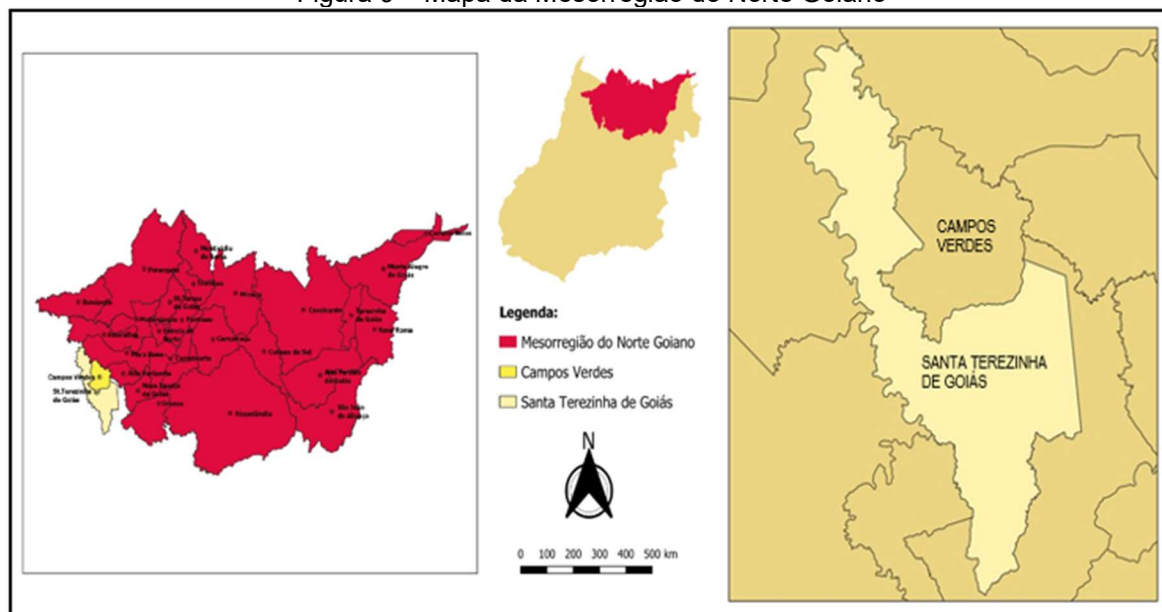
Compreende-se também que essa escolha possibilitou perceber a tridimensionalidade “sociedade, espaço e tempo” e, dessa forma, o impacto da atividade mineradora nos processos de territorialidade e desterritorialidade, ou seja, como o sistema territorial desses locais foi montado em nome da mineração e, posteriormente, desmontado, com a decadência dessa atividade, caminhando do

aparente desenvolvimento ao cenário de degradação e abandono a que foi relegada a região.

2.1 Caracterização da área de estudo: Santa Terezinha de Goiás e Campos Verdes

Para esta dissertação, foram tomados como objetos de estudo as cidades de Santa Terezinha de Goiás e Campos Verdes, representadas em mapas, conforme Figura 9, com foco nos conceitos de territorialidade e desterritorialidade, no contexto de desenvolvimento regional local, com a descoberta do garimpo de esmeraldas. Assim, foi analisado o contexto da década de 1980, período áureo do garimpo, e a década de 1990, período referente à crise e ao processo de desterritorialização nesses municípios.

Figura 9 – Mapa da Mesorregião do Norte Goiano



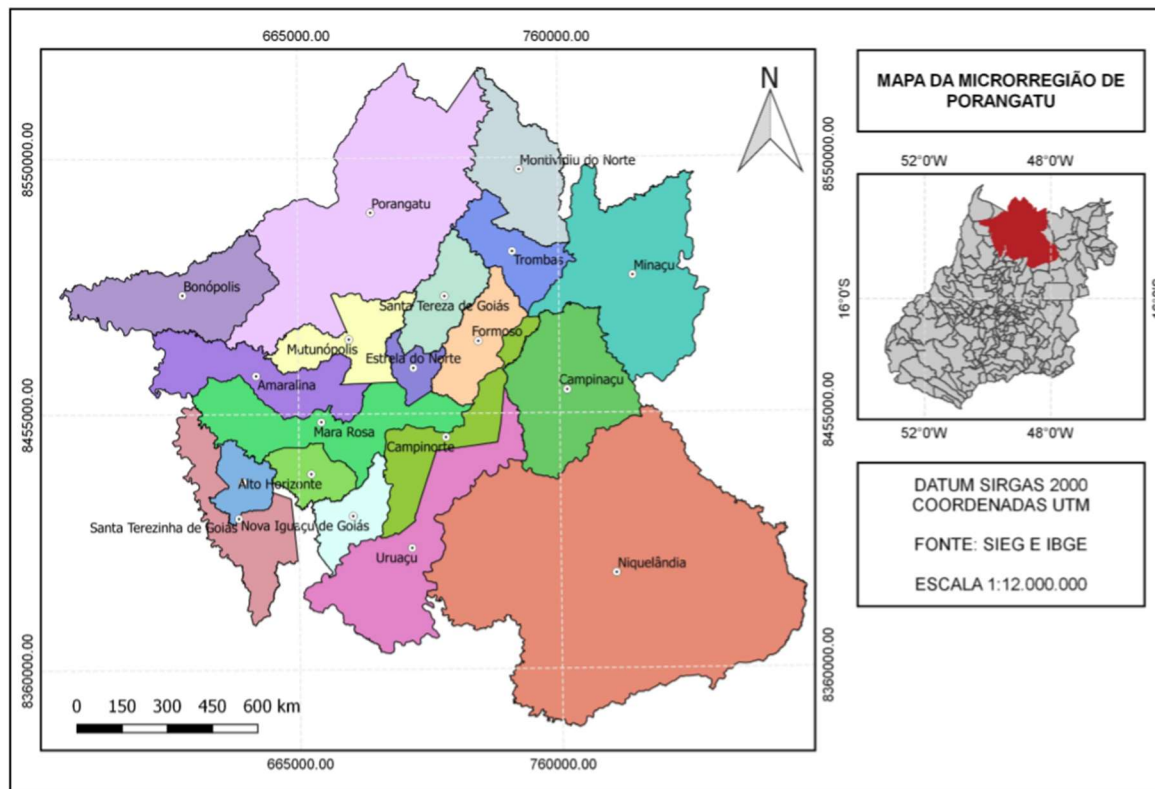
Fonte: Adaptado de SIGEAP; IBGE (2018).

2.1.1 Santa Terezinha de Goiás

A Microrregião de Porangatu é composta por 19 municípios, a saber: Alto Horizonte, Amaralina, Bonópolis, Campinaçu, Campinorte, Campos Verdes, Estrela do Norte, Formoso, Mara Rosa, Minaçu, Montividiu do Norte, Mutunópolis, Niquelândia, Nova Iguaçu de Goiás, Porangatu, Santa Tereza de Goiás, Santa

Terezinha de Goiás, Trombas e Uruaçu (IBGE, 2013). A Figura 10 apresenta o mapa dessa Microrregião.

Figura 10 – Microrregião de Porangatu



Fonte: Elaborada pelo autor (2019).

Santa Terezinha de Goiás pertence à Mesorregião Norte do estado de Goiás, na Microrregião de Porangatu, a 300 km da capital, Goiânia, sendo o quinto maior município em extensão de sua microrregião (IBGE, 2018).

Enquanto Distrito, Santa Terezinha de Goiás foi criado em 1963, pela Lei Municipal n.º 19, de 22 de julho de 1963, aprovada pela Câmara Municipal de Pilar de Goiás. A Lei Estadual que emancipou o Município foi a de n.º 4705, de 23 de outubro de 1963. A posse do primeiro prefeito ocorreu no dia 1º de janeiro de 1964 (IBGE, 2018). O Quadro 1 apresenta os dados técnicos desse município.

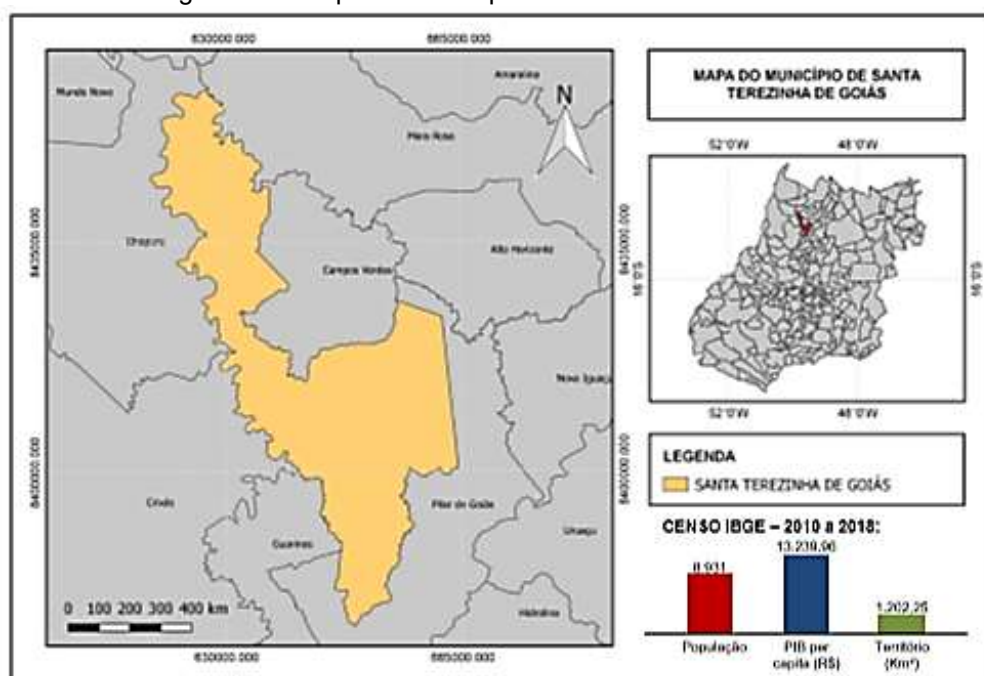
Quadro 1 – Município de Santa Terezinha de Goiás (dados técnicos)

Cidade	Santa Terezinha de Goiás
Lei estadual de criação	Lei n.º 4.705, de 23/10/1963
Localização	Mesorregião Norte Goiano
Área territorial (2017)	1.202,245 km ²
População estimada (2018)	8.931 pessoas
Distância da Capital	300 km

Fonte: IBGE (2018).

A Figura 11 destaca, no mapa do estado de Goiás, o município de Santa Terezinha de Goiás.

Figura 11 – Mapa do município de Santa Terezinha de Goiás



Fonte: Elaborada pelo autor (2019).

2.1.2 Campos Verdes

Campos Verdes possui uma área de 441,645 km²; localiza-se no Vale do Rio São Patrício, no Planalto Central, Mesorregião Norte de Goiás, Microrregião de Porangatu. O município fica entre duas bacias hidrográficas: a bacia do Rio dos Bois e a bacia do Rio do Peixe, sendo esta última a mais próxima da área garimpeira.

A história de Campos Verdes está ligada à mineração e ao garimpo de esmeraldas – grande invasão de garimpeiros na fazenda São João, cuja sede

encontrava-se a 22 km da cidade de Santa Terezinha de Goiás. Com a intensa atividade de extração de esmeraldas em Santa Terezinha, fundou-se o povoado do Garimpo, em meados de 1981, que, posteriormente, foi emancipado, elevando-se à categoria de Município, com o nome de Campos Verdes, conforme a Lei Estadual n.º 10.407, de 30 de dezembro de 1987 (BRASIL, 1987b). O Quadro 2 apresenta os dados técnicos desse município.

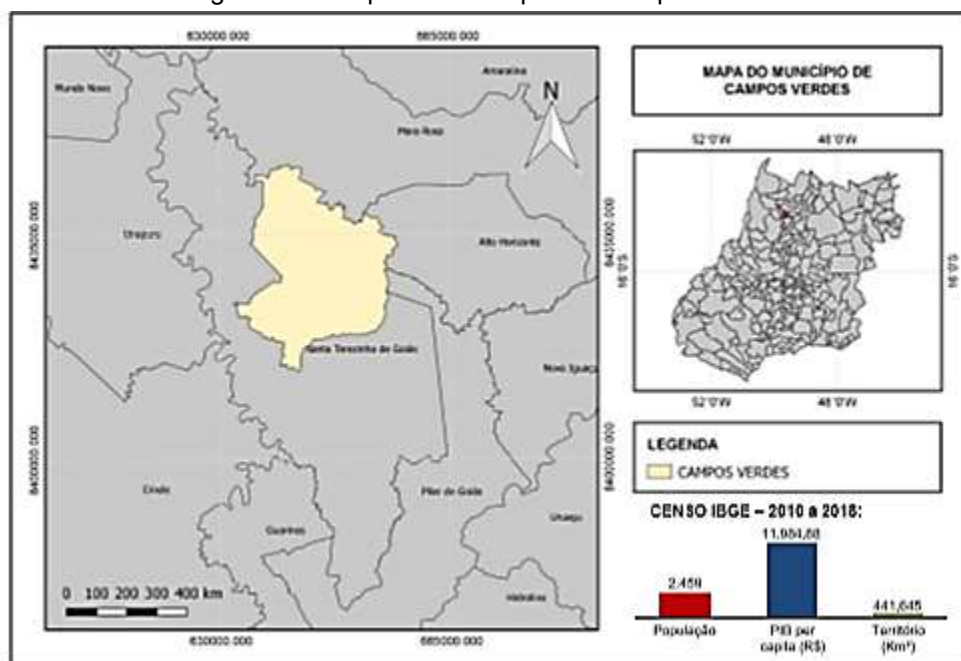
Quadro 2 – Município de Campos Verdes de Goiás (dados técnicos)

Cidade	Campos Verdes de Goiás
Lei estadual de criação	Lei n.º 10.407/87, de 30/12/1987
Localização	Mesorregião Norte Goiano
Área territorial (2017)	441,645 km ²
População estimada (2018)	2.459 pessoas
Distância da Capital	320 km

Fonte: IBGE (2018).

A figura 12 apresenta o mapa do município de Campos Verdes de Goiás.

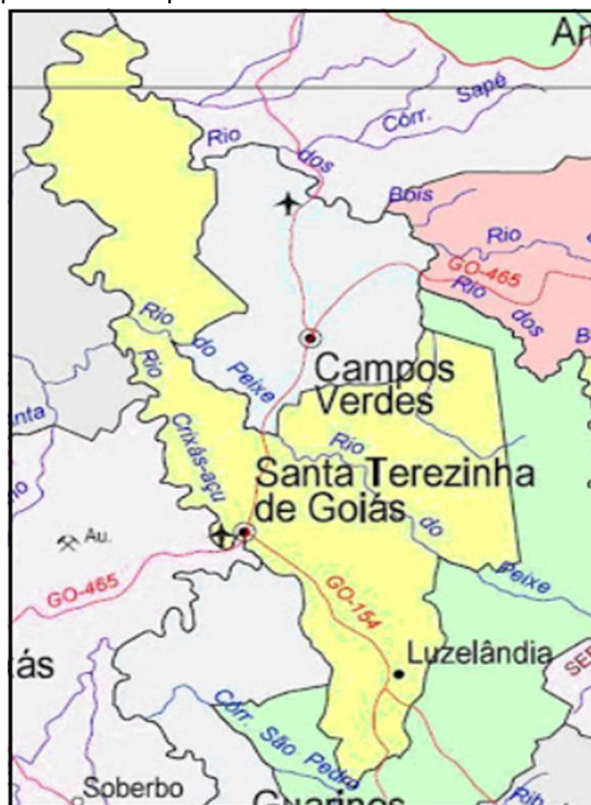
Figura 12 – Mapa do município de Campos Verdes



Fonte: Elaborada pelo autor (2019).

A Figura 13 apresenta os mapas dos municípios de Santa Terezinha de Goiás e Campos Verdes.

Figura 13 – Mapa dos municípios de Santa Terezinha de Goiás e Campos Verdes



Fonte: I9 Parque Hotel (2010).

2.2 Etapas da Pesquisa

A presente estudo desenvolveu-se em 4 (quatro) fases, que se completam. A seguir é apresentada cada uma delas.

a) Fase 1 – Revisão da literatura e levantamento dos dados

A revisão da literatura abordou a temática com referências na Sociologia, na História, na Antropologia e na Geografia. A discussão proposta baseou-se nas noções de território, territorialidade e desterritorialidade. As publicações acadêmicas sobre a temática (Dissertações e Teses) contribuíram para as análises com diferentes abordagens sobre o objeto.

A leitura das obras de estudiosos, que analisam a temática no âmbito da Geografia e de outras áreas, possibilitou a compreensão do processo de mediação entre a teoria e a realidade local.

A cognição do objeto consiste no exercício de situá-lo historicamente em suas relações reais e nas mediações por ele apresentadas, nos processos de territorialização e desterritorialização, que se configuram, não de forma autônoma, mas entremeados e inseridos no contexto da exploração de esmeraldas nos municípios estudados, ressaltando a singularidade e os significados assumidos.

b) Fase II – Levantamento de campo e mapeamento da área

Nessa fase foram levantados dados secundários, em fontes oficiais, que possibilitaram o entendimento sobre a constituição dos municípios, a descoberta do garimpo, a migração das pessoas e o modo como se constituíram as respectivas territorialidades, conferindo uma perspectiva particular de desenvolvimento, majoritariamente integrativa e fomentadora das especificidades locais.

A pesquisa documental foi realizada com base em dados fornecidos pelas Prefeituras de Santa Terezinha de Goiás e Campos Verdes, com estudos que abordam o contexto histórico de fundação de Santa Terezinha e Campos Verdes, a lei de criação desses municípios, entre outros documentos oficiais, que possibilitaram a identificação do campo de estudo.

c) Fase III – Pesquisa de campo

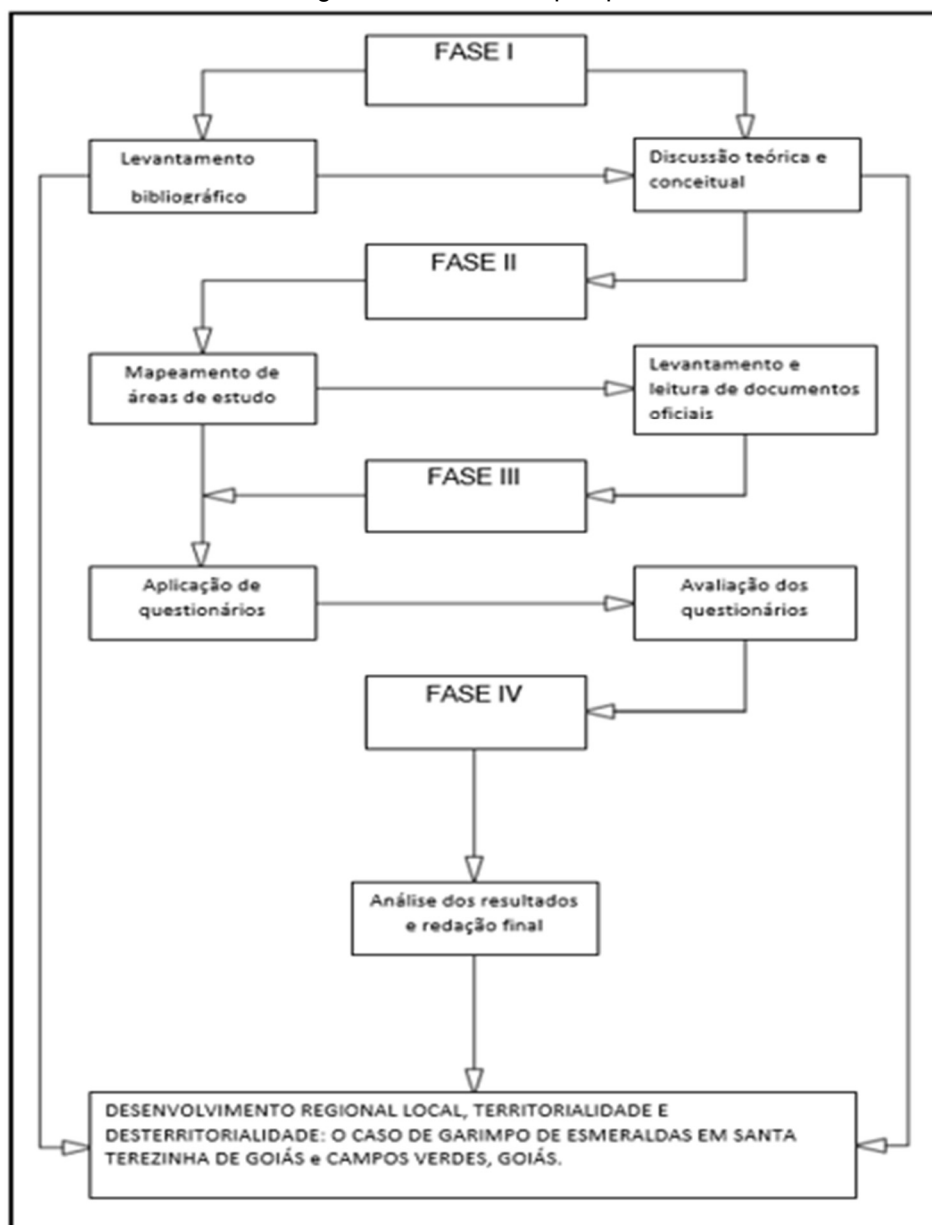
A problemática em questão apontou a necessidade de desenvolver a pesquisa de campo mediante a aplicação de questionários e a observação *in loco*, em amostra definida previamente. A pesquisa de campo caracteriza-se pela realização da investigação empírica.

Importa mencionar que, para essa fase, foi elaborado um questionário piloto, com o objetivo de avaliar o questionário elaborado e proceder às alterações necessárias. Após a avaliação e validação do questionário piloto, realizou-se a pesquisa na amostra definida, conforme procedimento descrito neste estudo.

d) Fase IV – Análise e discussão dos questionários e das entrevistas

Por fim, na fase IV, apresenta-se a análise e a discussão dos resultados em consonância com as dimensões pesquisadas. A figura 14 apresenta um resumo das fases da pesquisa.

Figura 14 – Fases da pesquisa



Fonte: Elaborada pelo autor (2019).

2.3 Finalidade, natureza e estratégia da pesquisa

Quanto à finalidade, uma pesquisa pode ser classificada em exploratória, explicativa e descritiva (GIL, 2009; 2010; ZANATTA; COSTA, 2012). A tipologia adotada neste estudo foi a descritiva, uma vez que foram realizadas observações, registros e análises de fatos e fenômenos (variáveis) sem manipulá-los, expondo características da população (TRIVIÑOS, 2007; VERGARA, 2007).

Além disso, é explicativa, caracterizada, segundo Gil (2010), por esclarecer os fatores que contribuem para ocorrências de determinado fenômeno. Há um viés

explicativo no presente estudo, haja vista que se buscou evidenciar os elementos que delineiam o processo de territorialização e desterritorialização dos dois municípios estudados, a fim de verificar os fatores que contribuíram para a ocorrência desse processo.

Quanto à natureza, este estudo é qualitativo, apesar da liberdade para tratá-lo também com indicadores quantitativos, como se fez necessário. Zanatta e Costa (2012) afirmam que a pesquisa qualitativa remete a um contato direto entre o pesquisador e os sujeitos participantes, e tem como objetivo compreender as particularidades influenciadas pelo contexto no qual os participantes estão inseridos. Neste sentido, o presente estudo, ao definir uma abordagem qualitativa, busca atentar-se às circunstâncias em que os sujeitos da pesquisa estão inseridos no contexto regional local. Ressalta-se que o material da pesquisa qualitativa é rico na descrição das pessoas, das situações e dos acontecimentos.

A investigação conduziu, pois, aos chamados estudos de caso, pois se trata de uma investigação com objeto de estudo bem definido. Segundo Yin (2009), o estudo de caso visa responder a questões do tipo “como” e “por que” ocorrem tais fenômenos, considerando suas singularidades. E ainda, como estratégia de pesquisa, utiliza-se o estudo de caso em muitas situações, nas quais se incluem pesquisas em política, pesquisa em administração pública, sociologia, estudos organizacionais e gerenciais, entre outros.

Lüdke e André (2013) esclarecem que o estudo de caso, como estratégia de investigação qualitativa, destaca-se no âmbito das ciências humanas, visto que realiza diagnósticos extremamente detalhados sobre determinado problema social, sendo utilizado para investigar unidades – únicas ou múltiplas –, seja em um indivíduo, um grupo, seja em uma organização. Todavia, pode ser algo menos definido e com plano mais abstrato no que diz respeito a decisões, programas, políticas, processos de implementação ou mudanças organizacionais e institucionais.

Para Gil (2009), o estudo de caso analisa um objeto bem definido, buscando conhecer em profundidade uma determinada situação, que supõe ser única em diversos aspectos, e tem a preocupação em identificar o que existe de essencial e característico.

Conforme preconizado por Furlan (2017), a investigação empírica aborda um fenômeno dentro de seu contexto real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos.

Diante dessas considerações, cabe aqui descrever o universo ou a população em voga, objeto de análise, bem como a coleta, o tratamento e a análise dos dados.

2.4 Seleção da amostra, da coleta, do tratamento e análise dos dados

O universo ou a população diz respeito ao conjunto de elementos que possuem as características que foram objeto do estudo; e a amostra ou a população amostral é parte do universo escolhido, sendo selecionada com base no critério de representatividade (VERGARA, 2007).

Neste estudo, o universo de pesquisa refere-se a pessoas ainda residentes nos municípios estudados, que tenham vivido as realidades mineiras, objeto de análise. Assim, foram entrevistadas 116 pessoas residentes em Santa Terezinha de Goiás e 55, em Campos Verdes. Considerou-se para a definição da amostra da pesquisa o número de habitantes dos municípios. Em 2018, Santa Terezinha de Goiás possuía uma população estimada em 8.931, conforme o IBGE (2018). A amostra para este estudo compreendeu cerca de 1,3% da população total do município. Em Campos Verdes, essa estimativa foi de 2.459 habitantes, também de acordo com o IBGE (2018); portanto, a amostra correspondeu a um percentual de aproximadamente 2,2%.

No que se refere à coleta de dados, Zanatta e Costa (2012) ensinam que é nessa fase que o pesquisador utiliza todos os instrumentos e técnicas selecionados entre vários procedimentos, variando conforme a circunstância e o tipo de investigação. Nesta investigação, a coleta de dados foi feita por meio de aplicação de questionários semiestruturados (ver Apêndice A e Apêndice B), em consonância com os métodos propostos.

Vergara (2007) afirma que há vantagens e desvantagens em cada um dos procedimentos que se escolhe durante uma pesquisa. Neste sentido, é importante que os procedimentos de coleta de dados estejam em consonância com os objetivos da pesquisa. Nesse ponto, a atenção às categorias de análise selecionadas ou construídas é fundamental.

Para Zanatta e Costa (2012), a categoria de análise consiste na construção que ocorre na relação entre a problematização definida na pesquisa e o delineamento do trabalho de elucidação sobre o campo de análise, objeto da pesquisa. Assim, as categorias de análise desenhadas nesta investigação amparam-se na seguinte hipótese: O Garimpo de Esmeralda em Santa Terezinha de Goiás e Campos Verdes estabeleceu um processo de territorialização nos dois municípios, promovendo o desenvolvimento territorial local.

Por fim, cada dimensão completou-se e subdividiu-se em variáveis, que orientaram a elaboração dos questionários de pesquisa e a suas aplicações, para melhor responder aos objetivos da investigação e à pertinência das técnicas de coleta de dados com relação à problemática apontada. Neste sentido, foram definidas três dimensões, a saber: 1. O Território antes do garimpo; 2. O desenvolvimento local: o Território com o garimpo; 3. A desterritorialidade local: a decadência do garimpo.

Os quadros (de 3 a 8), a seguir foram elaborados pelo autor com base no referencial teórico, apresentando os objetivos específicos, os questionários a serem aplicados e as respectivas variáveis que serviram de referências junto aos respondentes que participaram do desenvolvimento local nas duas cidades.

Quadro 3 – Santa Terezinha de Goiás – O território antes do garimpo

ESTUDO DE CASO DE SANTA TEREZINHA DE GOIÁS REFERÊNCIAS DAS DIMENSÕES E VARIÁVEIS PESQUISADAS. DIMENSÃO 1 - O TERRITÓRIO ANTES DO GARIMPO.		
Objetivos específicos:		
– Análise da territorialidade na cidade antes da descoberta de esmeraldas.		
– Cidade pacata e tranquila, base da economia na agropecuária e comércio modesto.		
Questionários aplicados.	Variáveis.	Respondentes.
1- A cidade possuía quantos habitantes?	Habitante	_ Garimpeiro. _ Morador. _ Comerciante. _ Servidor Público. _ Outros.
2- Como era o comércio na cidade?	Comércio	
3- Como era a segurança na cidade?	Segurança	
4- A quantidade de escola na cidade?	Educação	
5- Existia quantos bancos?	Banco	
6- Quanto ao número de empregos na cidade?	Emprego	
7- Quanto às festas comemorativas na cidade?	Cultura	
8- A cidade contava com atendimento em posto de saúde?	Saúde	
9- A cidade possuía hotel?	Hotel	
10- Qual a principal economia da cidade?	Economia	

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Quadro 4 – Santa Terezinha de Goiás – Desenvolvimento local: o território com o garimpo

ESTUDO DE CASO DE SANTA TEREZINHA DE GOIÁS REFERÊNCIAS DAS DIMENSÕES E VARIÁVEIS PESQUISADAS. DIMENSÃO 2 - DESENVOLVIMENTO LOCAL: O TERRITÓRIO COM O GARIMPO.		
Objetivos específicos: _ A descoberta de esmeraldas provocou uma grande ocupação de pessoas na cidade; _ A cidade serviu como ponto de apoio para hospedagem, alimentação, negócios, moradia; _ Com a grande aglomeração de pessoas houve impactos na sua infraestrutura sócio-econômica e o rápido desenvolvimento local.		
Questionários aplicados.	Variáveis.	Respondentes.
1- Em que ano chegou os garimpeiros na cidade?	Invasão	_ Garimpeiro. _ Morador. _ Comerciante. _ Servidor Público. _ Outros.
2- Os imóveis na cidade?	Imóvel	
3- Houve grande ocupação de pessoas na cidade?	Ocupação	
4- A quantidade de hotéis na cidade?	Hotel	
5- A quantidade de comércio na cidade?	Comércio	
6- A quantidade de bancos na cidade?	Banco	
7- O índice de violência na cidade?	Violência	
8- A Prefeitura construiu escolas, postos de saúde e hospital?	Saúde	
9- O movimento no aeroporto na cidade?	Aeroporto	
10- Qual a principal economia da cidade?	Economia	

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Quadro 5 – Santa Terezinha de Goiás – Desterritorialidade local: a decadência do garimpo

ESTUDO DE CASO DE SANTA TEREZINHA DE GOIÁS REFERÊNCIAS DAS DIMENSÕES E VARIÁVEIS PESQUISADAS. DIMENSÃO 3 - DESTERRITORIALIDADE LOCAL: A DECADÊNCIA DO GARIMPO.		
Objetivos específicos: _ A crise na extração de esmeraldas provocou uma grande evasão de pessoas na cidade; _ A desterritorialização local com a decadência dos índices das variáveis pesquisadas.		
Questionários aplicados.	Variáveis.	Respondentes.
1- Quando iniciou a saída dos garimpeiros na cidade?	Desocupação	_ Garimpeiro. _ Morador. _ Comerciante. _ Servidor Público. _ Outros.
2- A evasão de pessoas na cidade?	Evasão	
3- O movimento de pessoas na cidade?	Pessoa	
4- O número de comércio na cidade?	Comércio	
5- Os imóveis na cidade?	Imóvel	
6- O número de bancos na cidade?	Banco	
7- O número de hotéis na cidade?	Hotel	
8- O comércio de esmeraldas?	Esmeralda	
9- O movimento no aeroporto na cidade?	Aeroporto	
10- A cidade passou a ter quantos habitantes?	Habitante	

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Quadro 6 – Campos Verdes: a ocupação da fazenda

ESTUDO DE CASO DE CAMPOS VERDES DE GOIÁS REFERÊNCIAS DAS DIMENSÕES E VARIÁVEIS PESQUISADAS. DIMENSÃO 1 - O TERRITORIALIDADE: A OCUPAÇÃO DA FAZENDA.		
Objetivos específicos: _ Descrição do processo de ocupação da fazenda São João pelos garimpeiros; _ Aglomeração de pessoas, habitação, infraestrutura e extração.		
Questionários aplicados.	Variáveis.	Respondentes.
1- Em que ano iniciou a chegada de garimpeiros na zona rural?	Ano ocupação	_ Garimpeiro. _ Morador. _ Comerciante. _ Servidor Público. _ Outros.
2- Como ocorreu a chegada dos garimpeiros na fazenda?	Invasão	
3- De onde vieram os garimpeiros?	Garimpeiro	
4- Como foi o processo de ocupação da fazenda?	Ocupação	
5- Houve grande ocupação de pessoas na fazenda?	Aglomeração	
6- A área do garimpo foi loteada?	Loteamento	
7- Como era a casa do garimpeiro?	Habitação	
8- No local havia serviço de água, luz e esgoto?	Infraestrutura	
9- No local havia violência?	Violência	
10- Como era feita a extração de esmeraldas?	Extração	

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Quadro 7 – Campos Verdes – Desenvolvimento local: o território com o garimpo

ESTUDO DE CASO DE CAMPOS VERDES DE GOIÁS REFERÊNCIAS DAS DIMENSÕES E VARIÁVEIS PESQUISADAS. DIMENSÃO 2 - DESENVOLVIMENTO LOCAL: CAMPOS VERDES.		
Objetivos específicos: _ Descrição da intensa atividade de extração de esmeraldas; _ O rápido crescimento econômico local; _ A relação entre a mobilidade espacial, territorialidade e desenvolvimento regional local.		
Questionários aplicados.	Variáveis.	Respondentes.
1- A quantidade de hotéis na cidade?	Hotel	_ Garimpeiro. _ Morador. _ Comerciante. _ Servidor Público. _ Outros.
2- A quantidade de comércio na cidade?	Comércio	
3- a quantidade de bancos na cidade?	Banco	
4- A quantidade de imóveis para alugar na cidade?	Imóvel	
5- A quantidade de empregos na cidade?	Emprego	
6- A Prefeitura construiu escolas, postos de saúde e hospital?	Saúde	
7- O movimento do aeroporto na cidade?	Aeroporto	
8- Como era feito o comércio de esmeraldas na cidade?	Esmeralda	
9- Qual a principal economia na cidade?	Economia	
10- A cidade chegou a ter quantos habitantes?	Habitante	

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Quadro 8 – Campos Verdes – Desterritorialidade local: a decadência do garimpo

ESTUDO DE CASO DE CAMPOS VERDES DE GOIÁS REFERÊNCIAS DAS DIMENSÕES E VARIÁVEIS PESQUISADAS. DIMENSÃO 3 - DESTERRITORIALIDADE LOCAL: A DECADÊNCIA DO GARIMPO.		
Objetivos específicos: _ A crise na extração de esmeraldas provocou uma grande evasão de pessoas na cidade; _ A desterritorialização local com a decadência dos índices das variáveis pesquisadas.		
Questionários aplicados.	Variáveis.	Respondentes.
1- Quando iniciou a saída dos garimpeiros na cidade?	Desocupação	_ Garimpeiro. _ Morador. _ Comerciante. _ Servidor Público. _ Outros.
2- A evasão de pessoas na cidade foi?	Evasão	
3- O movimento de pessoas na cidade?	Pessoa	
4- O número de comércio na cidade?	Comércio	
5- O número de bancos na cidade?	Banco	
6- O número de hotéis na cidade?	Hotel	
7- O comércio de esmeraldas na cidade?	Esmeralda	
8- O movimento no aeroporto na cidade?	Aeroporto	
9- A violência na cidade?	Violência	
10- A cidade passou a ter quantos habitantes?	Habitante	

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Alguns critérios foram adotados na aplicação dos questionários para obtenção de resultados mais eficientes e confiáveis: contato com pessoas conhecidas, como comerciantes, servidores públicos, moradores com residência na cidade de, no mínimo, 10 anos, com idade superior a 35 anos, que conheçam a história do garimpo de esmeraldas e que de livre e espontânea vontade optaram em responder aos questionários. Esses contatos viabilizaram outros, por meio de indicações, chegando à quantidade de sujeitos necessária para responder aos questionários.

Foram realizadas dez visitas (*in loco*) às cidades de Santa Terezinha de Goiás e Campos Verdes, a fim de buscar detalhes importantes para a pesquisa. Foram feitas visitas às minas ativas e desativadas, ao cenário histórico das escavações profundas abandonadas ao tempo, aos montes de xistos espalhados em várias áreas de antigos garimpos, inclusive com casas abandonadas e em ruínas, cenas impactantes devido ao estrago provocado no meio ambiente. Além disso, foram feitas pesquisas em bibliotecas municipais, em buscas de mais informações sobre a história, a cultura – bem como a busca por comidas típicas e festas tradicionais – e a economia do garimpo e dos garimpeiros. O pesquisador participou de eventos esportivos (torneio de futebol dos garimpeiros), da VI Feira de Esmeraldas, na cidade de Campos Verdes;

da 3ª Caminhada Ecológica, da 3ª Ecobike – passeio de bicicleta –, voltadas para a conscientização à preservação do meio ambiente, e da tradicional Festa Agrojunina, em Santa Terezinha de Goiás. Durante a participação nesses eventos, o pesquisador observou uma participação intensa e animada da população local. Todos esses eventos fazem parte dos calendários oficiais dos municípios.

Finalizada a aplicação dos questionários, o processo de análise de dados envolveu as etapas de leitura dos dados qualitativos, observando cada dimensão proposta no questionário, e, também, a realização da análise de conteúdo, a fim de conferir significado aos dados coletados.

De acordo com Zanatta e Costa (2012), a análise de conteúdo consiste na análise de informações sobre o comportamento humano, possibilitando aplicação bastante variada. Ao mesmo tempo, esse procedimento tem duas funções: verificação das questões propostas e descoberta do que está por trás dos conteúdos manifestos. Analisar os dados significa interpretá-los.

As análises qualitativas apresentam variados graus de transparência, abstração e sistematização. Quando um pesquisador lê uma frase ou vê uma ação, a interpretação é mediada pela linguagem e pela experiência. Os resultados de uma cena observada, uma entrevista realizada ou um documento lido podem não aparecer de imediato, mas se materializarão no decorrer da pesquisa.

Ainda conforme Zanatta e Costa (2012), analisar os dados qualitativos significa “trabalhar” todo o material obtido durante a pesquisa; no caso específico deste estudo, as transcrições de entrevista, as análises de documentos e as demais informações disponíveis. Para as autoras supracitadas, a análise do material significa organizá-lo todo, identificar as tendências e os padrões relevantes e, posteriormente, buscar as relações e interferências existentes. Foi com base nessa perspectiva que se realizou a análise dos dados obtidos nas entrevistas, o que aparece mais detalhadamente no próximo capítulo.

CAPÍTULO III – RESULTADOS E DISCUSSÕES

Este capítulo apresenta o resultado da pesquisa realizada nos dois municípios. Na cidade de Santa Terezinha de Goiás, foram aplicados 116 questionários e, em Campos Verdes, 55.

3.1 Respostas obtidas em Santa Terezinha de Goiás

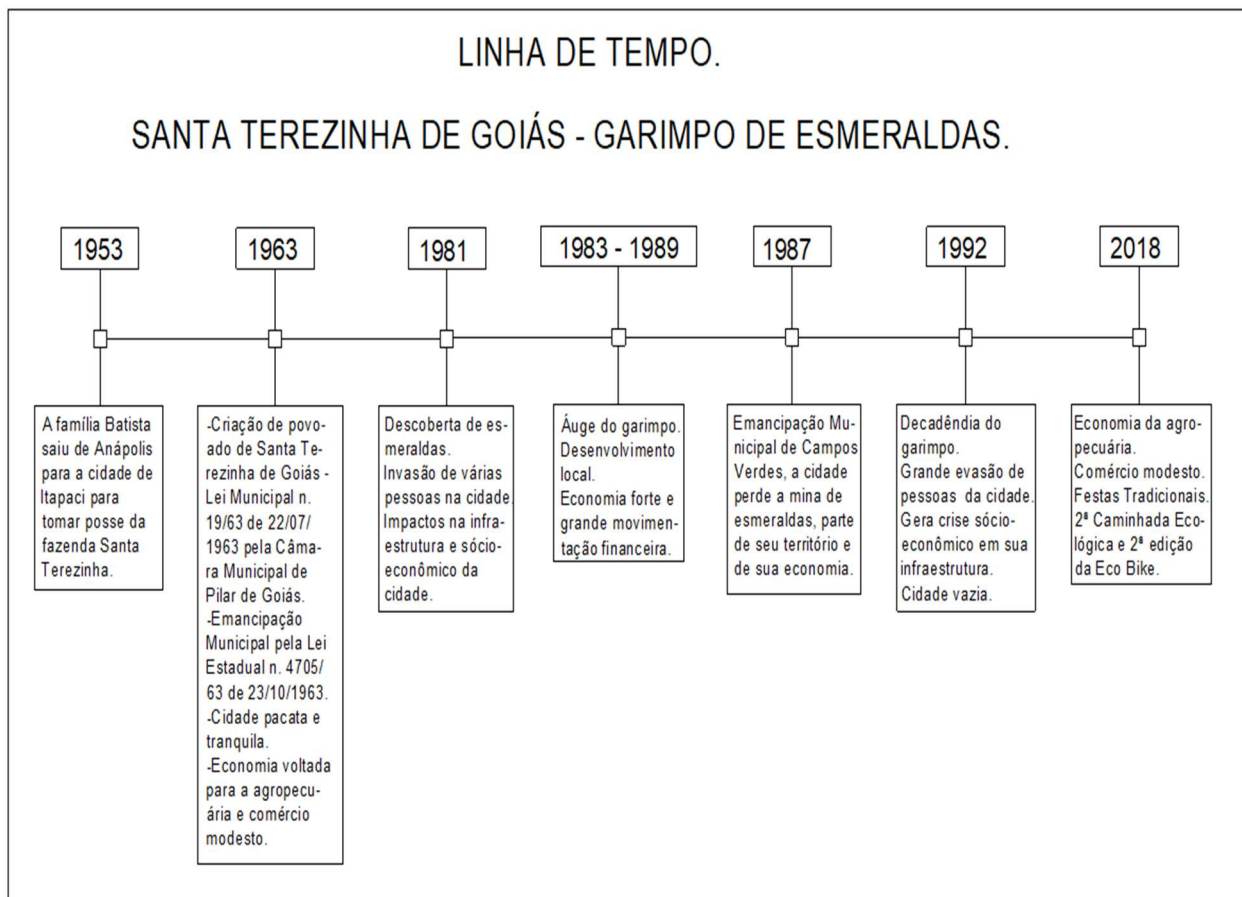
Em Santa Terezinha de Goiás, os questionários foram aplicados a 116 pessoas: 73 moradores do município; 24 comerciantes; 1 garimpeiro; 11 funcionários públicos e 7 outros sujeitos que se enquadram na categoria outros.

Para a aplicação dos questionários, considerou-se o período histórico entre a criação do povoado de Santa Terezinha de Goiás e a sua emancipação, entre os anos de 1950 e 1960, chegando à década de 1990, com a decadência do garimpo e os seus impactos locais.

Com base em uma linha temporal de Santa Terezinha de Goiás (Figura 15), procura-se reforçar as noções de territorialidade, desterritorialidade e de uso do espaço com base em questões concernentes às Ciências Sociais, como defendido pela perspectiva teórica adotada neste estudo, e que tem como aporte teórico intelectuais como Rogério Haesbaert, Claude Raffestin, entre outros.

Ressalta-se que os gráficos foram elaborados com base nos resultados dos questionários aplicados em julho e agosto de 2019.

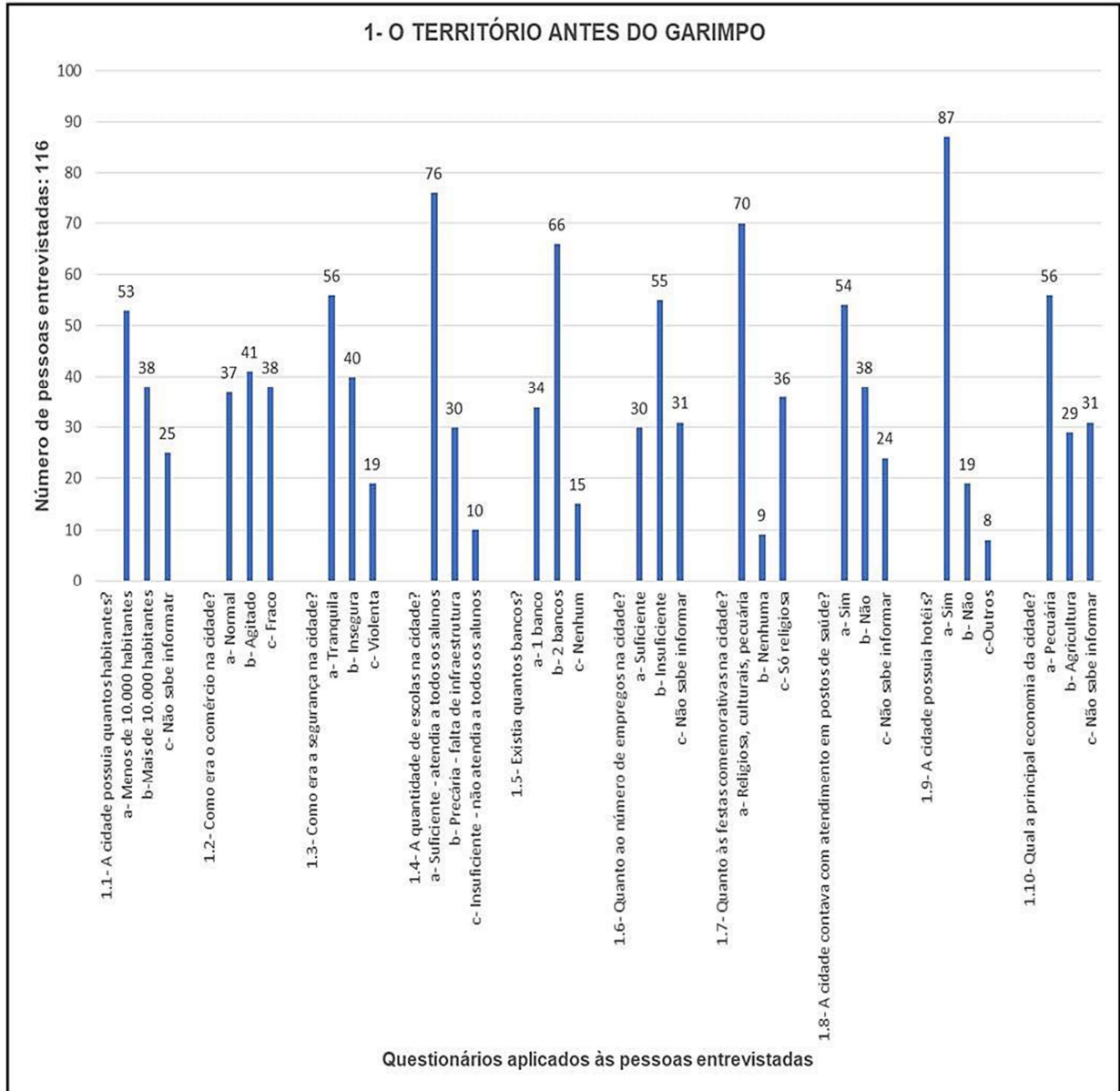
Figura 15 – Linha de Tempo: Santa Terezinha de Goiás.



Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

A figura 16 apresenta o gráfico com base dos resultados dos questionários da Dimensão 1 aplicados em julho e agosto de 2019.

Figura 16 – Dimensão 1: A territorialidade antes do garimpo.



Fonte: Elaborada pelo autor (2019).

3.1.1 A dimensão 1 – A territorialidade antes do garimpo

Com base nos gráficos referentes aos questionários respondidos e na interpretação e análise das colunas das variáveis questionadas, seguem os comentários técnicos referentes a cada item.

Para 45,69% dos entrevistados, a população existente em Santa Terezinha de Goiás, antes da descoberta de esmeraldas, era menor que 10.000 habitantes; para 32,76%, representava mais de 10.000; e 21,55% não souberam informar.

Com base na leitura do gráfico representado pela Figura 16, nota-se que, em 1980, a população estimada no município era de 10.964 habitantes, segundo dados do IBGE (2018). Na década de 1970, Santa Terezinha de Goiás era simplesmente mais um município do estado, com uma economia voltada para a agropecuária e um pequeno e modesto comércio local. Observa-se que a relação entre o número de habitantes encontrado no questionário e o apresentado pelo gráfico são compatíveis. Ressalta-se que o município foi fundado em 23 de outubro de 1963.

De acordo com os dados levantados, o movimento do comércio na cidade apresentou um resultado equilibrado. Para 31,90%, o comércio era normal; para 35,34%, agitado (grande movimento); e para 32,76%, fraco.

Nota-se um equilíbrio no resultado quanto ao movimento, pois, na época, não havia parâmetros diferenciados na economia que motivassem uma movimentação marcante e atraente.

Com relação ao item segurança, os resultados mostraram que, para 48,28%, a cidade aparentava ser tranquila; para 24,48%, insegura; e para 16,38%, violenta.

Por apresentar um fator de tranquilidade considerável, os dados evidenciam que a cidade era moderada em sua economia, moradia e rotina de vida da população.

Acerca do item escolas, 65,52% consideraram a quantidade de estabelecimentos de ensino suficientes; para 25,86%, as condições das escolas eram precárias; e para 8,62%, o número de escolas era insuficiente.

Esse resultado demonstra que a cidade possuía uma boa estrutura na área da educação, oferecendo escola de qualidade aos seus alunos. A Prefeitura tem atendido com eficiência o setor da educação.

Com relação à quantidade de bancos, para 56,90% duas unidades ofereciam esse tipo de serviço; para 29,31%, apenas uma unidade; e para 12,93%, nenhuma unidade bancária existia no município antes do garimpo.

Como a cidade tinha uma economia voltada para a agropecuária e um modesto comércio local, dois bancos atendiam satisfatoriamente a movimentação econômica da cidade.

No que se refere à quantidade de empregos, os índices mostraram-se mais preocupantes. Para 47,41%, a quantidade era insuficiente; para 25,86%, satisfatório; e 26,72% não souberam informar.

Pois bem, como pontuado anteriormente, a economia voltada para a agropecuária e o modesto comércio local não ofereciam oportunidade de empregos que viessem atender a toda a necessidade da população.

Com relação às festas comemorativas, as festas religiosas, culturais e vinculadas à pecuária apresentaram o índice de 60,34%; somente religiosa, 31,03%; e nenhum tipo de festa, 7,76%.

As manifestações populares faziam-se presentes no município antes do garimpo por meio de duas tradições católicas – idas para as cidades de Guarinos (Festa do Divino Pai Eterno) e Muquém (Festa de Nossa Senhora da Abadia). O tradicional evento folclórico das Festas Juninas, com alusão a São João, Santo Antônio e São Paulo, ocorria na segunda quinzena do mês de junho (BRITO, 2012).

O atendimento em postos de saúde apresentou números interessantes: 45,55% responderam que o município de Santa Terezinha de Goiás já possuía esse tipo de serviço; 32,76% responderam que não possuía; 20,69% não souberam informar.

Esse resultado demonstra que a cidade possuía uma boa estrutura na área da saúde, oferecendo atendimento de qualidade à sua população. A Prefeitura tem atendido com satisfação ao setor da saúde.

Com relação à existência de hotéis na cidade antes do garimpo, as respostas corroboram a ideia de que o município tenha sido “invadido” por muitos aventureiros com a notícia da descoberta das esmeraldas. Os hotéis existentes foram tomados por esses novos trabalhadores. Para 75%, esses locais já existiam; para 16,38%, não existiam; e 6,90% afirmaram existir locais similares a hotéis para a hospedagem de pessoas.

A pecuária foi considerada por 48,28% dos entrevistados como a principal atividade econômica do município antes do garimpo; para 25%, a principal atividade econômica era a agricultura; e 26,72% não souberam responder.

Verifica-se que, em Santa Terezinha de Goiás, as principais atividades econômicas antes do garimpo eram a pecuária e a agricultura. O município não possuía outro vetor econômico mais expressivo.

Com base na análise dos resultados obtidos mediante aplicação dos questionários, observa-se que o território de Santa Terezinha de Goiás é percebido como fonte de recursos, estando inserido no confronto entre classes sociais e na relação capital-trabalho. Haesbaert (2004) aponta outra dimensão, a natural, que concebe o território com base nas relações entre sociedade e natureza, principalmente no que se refere ao comportamento natural dos seres humanos no seu ambiente físico (espaço).

Para Raffestin (2008), o território não poderia ser nada mais que o produto dos atores sociais, pois são eles que produzem o território, partindo da realidade inicial dada, que é o espaço. Há, portanto, um “processo” do território, quando se manifestam todas as espécies de relações de poder. Neste sentido, o território é resultante das ações dos atores sociais, distribuídas em redes interligadas em pontos ou nós.

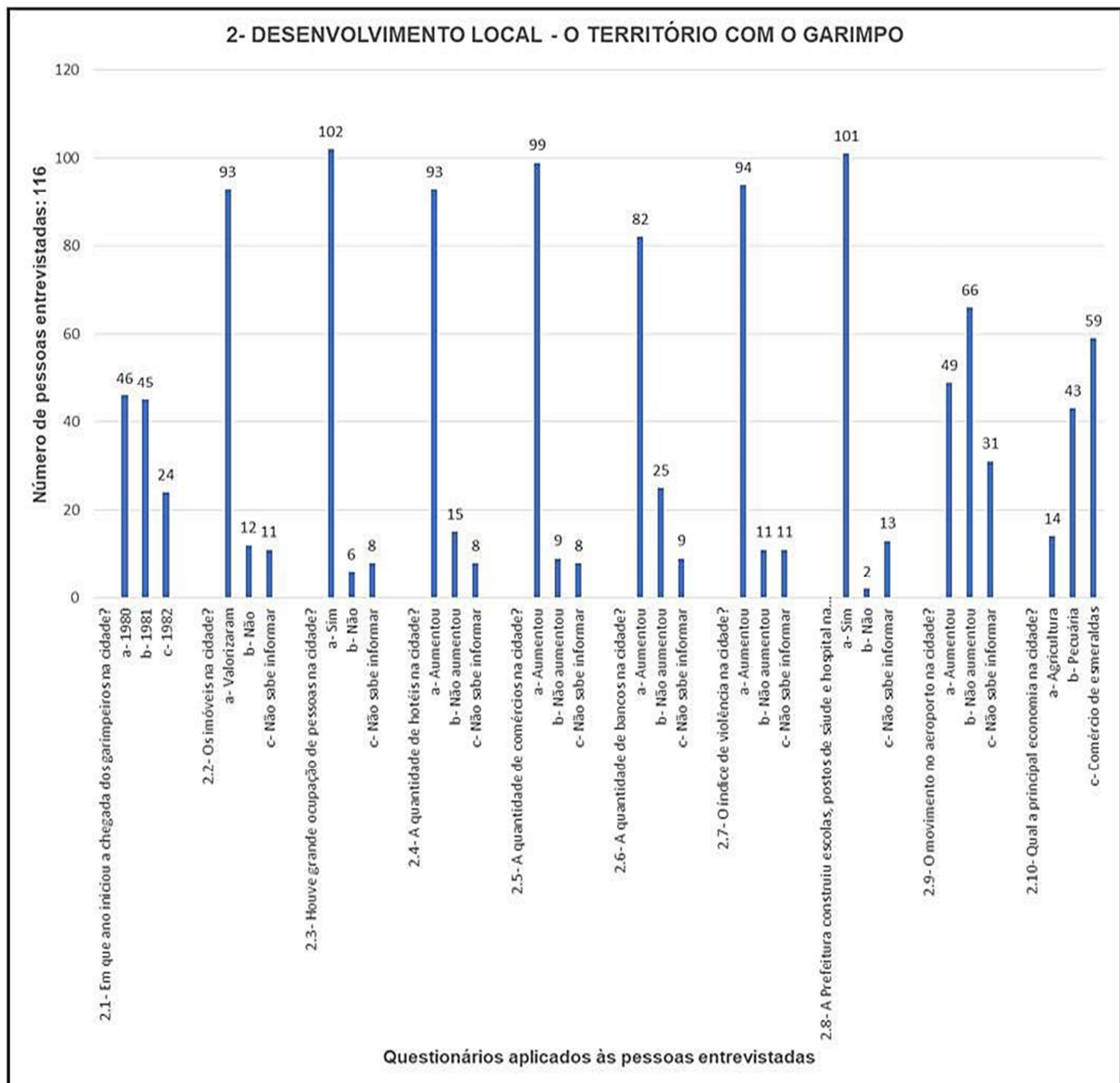
Os dados levantados apontam para algumas questões pertinentes para este estudo. No que se refere ao desenvolvimento local, percebe-se que, ao associá-lo à qualidade de vida e à prestação de serviços, como saúde e educação, a comunidade mostra-se, em sua maioria, satisfeita, mesmo antes da mineração. Apenas dois itens, emprego e comércio, apresentaram baixos índices no período antes do garimpo. A maioria pontuou a oferta de empregos como insuficiente, tendo, portanto, dificuldade em perceber o comércio como uma atividade relevante.

Neste sentido, a ideia de desenvolvimento associada ao uso econômico do território urbano mostrou-se inconsistente para aquele período. O seu uso era mais cultural, o que representa a estruturação de um sistema territorial afastado da cidade e vinculado à área rural, posto que as atividades econômicas mais comuns eram a pecuária e a agricultura.

3.1.2 A dimensão 2 – Desenvolvimento local: a territorialidade com o garimpo

Acerca da leitura da realidade do município após a descoberta da área de mineração, dados interessantes foram verificados, confirmando as ideias apresentadas ao longo desta dissertação, cujos resultados são apresentados no gráfico da figura 17.

Figura 17 – Dimensão 2: Desenvolvimento local: o território com o garimpo.



Fonte: Elaborada pelo autor (2019).

Entre os entrevistados, para 39,66% os garimpeiros chegaram a partir de 1980; para 38,79%, em meados de 1981; e para 20,69%, apenas em 1982. Esses números confirmam a ideia de “invasão” da cidade de Santa Terezinha de Goiás no início da década de 1980.

Conforme Haesbaert (2014, p. 59), a distinção dos territórios se dá “[...] de acordo com aqueles que o constroem, sejam eles indivíduos, grupos sociais/culturais, o Estado, empresas e instituições como a Igreja”. Os objetivos de controle social que se dão em ações de territorializações variam conforme a sociedade e a cultura (renda, idade, gênero etc.).

Para 80,17%, com a chegada de pessoas no garimpo, houve uma valorização dos imóveis; para 10,34%, não houve valorização; e 9,48% não souberam informar.

Esses índices foram ratificados pela percepção dos entrevistados quanto ao número de hotéis na cidade durante o período do garimpo: para 80,17%, o número de hotéis aumentou; para 12,93%, o número desses estabelecimentos não aumentou; e 6,90% não souberam informar.

Na esteira desses acontecimentos, houve uma grande ocupação da cidade na percepção de 87,93% dos entrevistados; fato esse não percebido por apenas 5,17% dos entrevistados; já 6,90% não souberam informar.

Dados similares foram encontrados com relação ao aumento do número de comércios. Para 85,34%, essa atividade teve um aumento considerável; fato esse não percebido por 7,76% dos entrevistados; já 6,90% não souberam informar.

Observa-se que houve um superpovoamento em Santa Terezinha de Goiás, chegando o município a ter, no período áureo do garimpo, uma população de mais de 25 mil habitantes, tornando-se o maior produtor de esmeraldas do mundo, o que provocou uma verdadeira efervescência econômica, bem como a ampliação do comércio de abastecimento de alimentos, roupas e instrumentos utilizados no garimpo (BRITO, 2012).

O crescimento do município ocorreu em diferentes áreas (agências bancárias, construção de escolas, postos de saúde e hospitais, aumento de movimento no aeroporto da cidade). No caso das atividades bancárias, o aumento do número de agências foi percebido por 70,69% dos entrevistados; para 21,55%, não houve aumento; e 7,76% não souberam informar.

Na cidade de Santa Terezinha de Goiás, foram instaladas agências do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal, do Bradesco, do Bamerindus e do antigo

Banco do Estado de Goiás (BEG) – extinto –, a fim de garantir os serviços bancários aos cidadãos (SILVA, 2006).

Com relação ao aumento do número de escolas, postos de saúde e hospitais durante o período do garimpo, 87,07% afirmaram que houve sim um aumento no número desses estabelecimentos; na percepção de 1,72%, não houve aumento; e 11,21% não souberam informar.

Acerca da movimentação no aeroporto da cidade, 42,24% afirmaram que o movimento aumentou durante o período do garimpo; já 56,90% não perceberam aumento no movimento; e 26,72% não souberam informar.

Como consequência do aumento do número de pessoas circulando em Santa Terezinha de Goiás, os índices de violência, segundo 81,03% dos entrevistados, aumentaram; fato não percebido por 9,48%; e 9,48% não souberam informar.

Para 50,86%, durante esse período, houve uma alteração na realidade econômica do município, sendo que o comércio das esmeraldas passou a ser a principal atividade econômica, em detrimento da pecuária. Para 37,07%, a pecuária ainda era a principal atividade econômica; para 12,07%, era a agricultura.

A violência física aumentou bastante à época, tanto que a Polícia Federal proibiu qualquer tipo de bebida alcoólica e até mesmo a entrada de mulheres separadas dentro do Garimpo. A entrada de mulheres só era permitida com a presença dos maridos. A violência não se restringia somente ao Garimpo. Em Santa Terezinha, um dos locais de maior violência na cidade era o prostíbulo, conhecido como Malvinas – pelo fato de lá morrerem muitas pessoas, os garimpeiros deram esse nome ao prostíbulo em referência à guerra das Malvinas, conflito entre a Grã-Bretanha e a Argentina na década de 1980. Esse prostíbulo teve, nos tempos áureos, aproximadamente 500 mulheres atuando como prostitutas. Todas as noites saíam do local várias pessoas esfaqueadas, baleadas e mortas (BRITO, 2012).

Os dados apresentados conduzem a reflexões importantes. Primeiro, o aumento da oferta de serviços, o que poderia significar uma melhoria da qualidade de vida, ratificando a noção de desenvolvimento. Todavia, o aumento da violência põe em dúvida essa primeira observação.

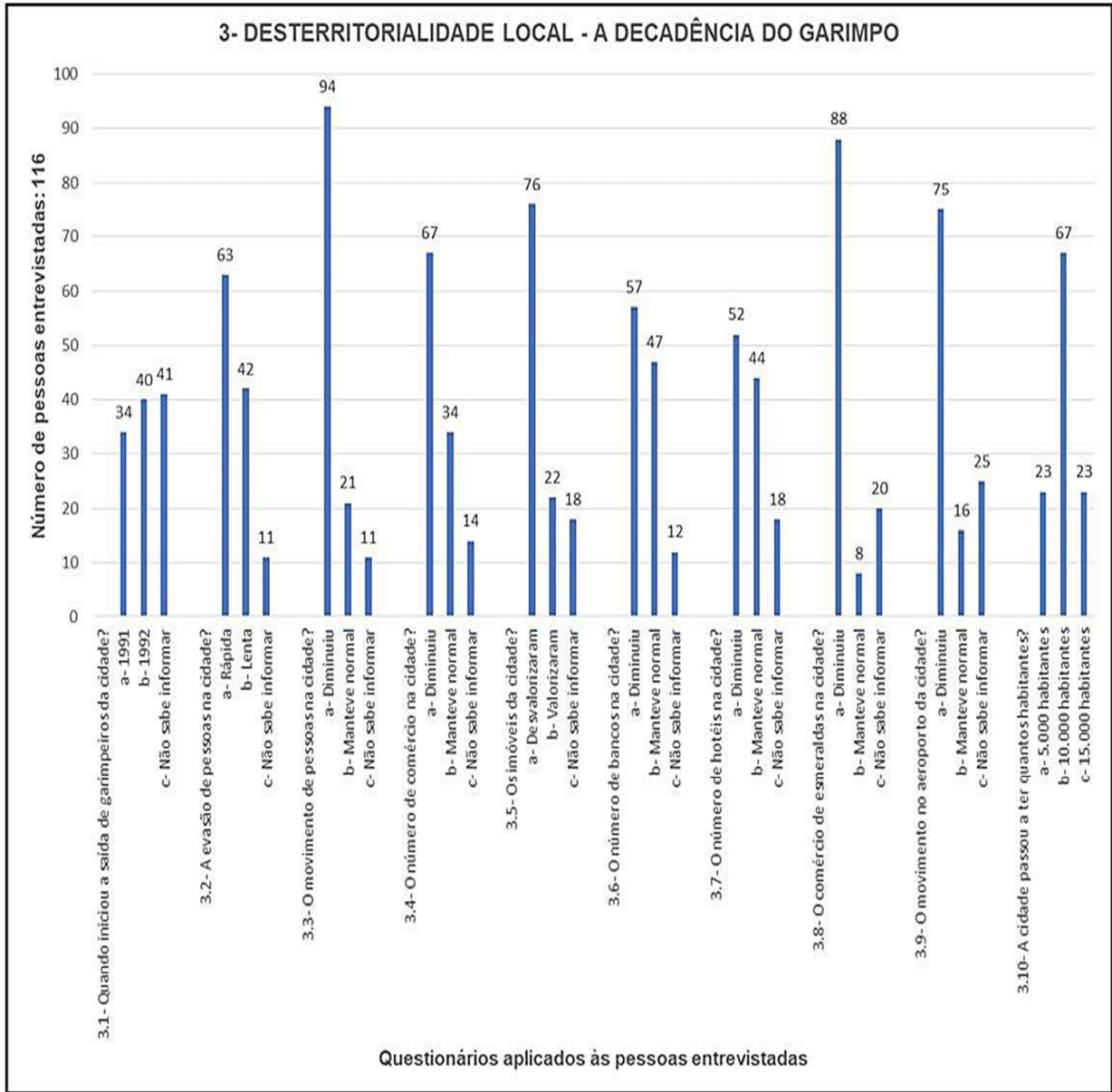
Outro aspecto importante é a mudança da territorialização, ou seja, o garimpo trouxe uma mudança significativa na apropriação social sobre o território dessa localidade, o que provocou uma nova territorialidade, já que o uso social que se fez do espaço no decorrer do tempo alterou-se substancialmente. A esse aspecto soma-

se a estruturação de um sistema territorial urbano, fato não observado pela população antes do garimpo, e que se tornou perceptível a partir de então, pois o comércio passou a ser a principal atividade econômica e transformou o território da cidade em meio de produção e produto dessa realidade.

A figura 18 apresenta o gráfico com base dos resultados dos questionários da Dimensão 3 aplicados em julho e agosto de 2019.

3.1.3 A dimensão 3 – Desterritorialidade local: a decadência do garimpo

Figura 18 – Dimensão 3: Desterritorialidade local: a decadência do garimpo.



Fonte: Elaborada pelo autor (2019).

Com relação à saída dos garimpeiros, 29,31% dos entrevistados disseram que isso ocorreu em 1991; 34,48%, em 1992; e 35,34% não souberam informar. Verifica-se um equilíbrio nas informações. Para 54,31%, essa retirada ocorreu de forma rápida; para 36,21%, a retirada se deu de forma lenta; apenas 9,48% não souberam responder.

Nota-se que, com a evasão dos garimpeiros, houve a decadência da área, evidenciada pela diminuição no número de pessoas, de estabelecimentos comerciais, de bancos e hotéis. Houve também uma desvalorização dos imóveis e do comércio de esmeraldas, bem como a redução de movimento no aeroporto.

Para 81,03% dos entrevistados, o movimento de pessoas diminuiu na cidade; para 18,10%, manteve-se normal; somente 9,48% não souberam informar. Já para 57,76%, a cidade reduziu sua população para 10.000 habitantes; para 19,83%, a população foi reduzida para 5.000 habitantes; e para 19,83%, para 15.000.

Acerca do comércio, 57,76% dos entrevistados constataram a diminuição no número de estabelecimentos comerciais; para 29,31%, esse número manteve-se normal; e 12,07% não souberam informar.

No tocante à desvalorização de imóveis, 65,52% responderam que estes desvalorizaram; para 18,97%, não desvalorizaram; e 15,52% não souberam responder.

Sobre o número de hotéis na cidade, 44,83% responderam que o número desses estabelecimentos diminuiu; 37,93% responderam que o número se manteve como antes; e 15,52% não souberam responder.

A Tabela 1 apresenta índices não satisfatórios com relação a empregados e desempregados em várias atividades econômicas no município, no período de 1998 a 2018.

Tabela 1 – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados em Santa Terezinha de Goiás

	Santa Terezinha de Goiás - economia - empregos - saldo						
	1998	2000	2005	2010	2015	2017	2018
1-Administração Pública	2	0	0	0	0	0	0
2-Extratividade Mineral	0	0	0	0	0	-1	1
3-Comércio	11	11	7	38	-28	-5	28
4-Construção Civil	0	1	1	2	15	-8	13
5-Indústria de Transformação	-2	-5	-6	24	-3	8	6
6-Serviços	8	9	-2	18	-7	-21	21

Fonte: IMB (2018).

No que diz respeito ao comércio de esmeraldas, para 75,86% houve diminuição no comércio desse minério após a época áurea; para 6,90%, não houve diminuição; e 17,24% não souberam responder.

Esses dados são corroborados pela percepção dos participantes acerca do movimento no aeroporto após esse período. Conforme 64,66%, o movimento de pessoas diminuiu; para 13,79%, manteve-se como estava; e 21,55% não souberam responder.

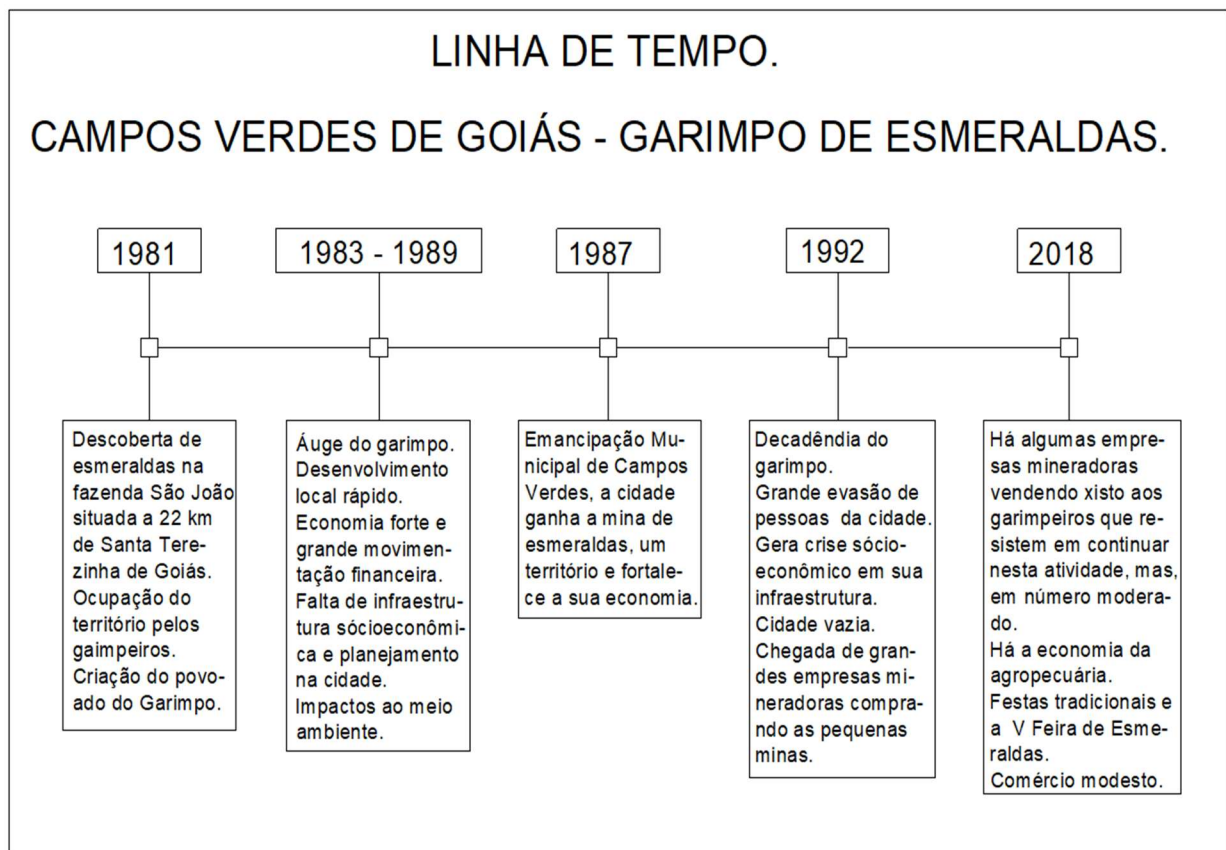
Com base nesses dados, alguns aspectos importantes podem ser evidenciados. Primeiro, verifica-se uma incompatibilidade entre a percepção social e os dados populacionais do IBGE, que apresentam um pico demográfico em 1991, com 16.522 habitantes, drasticamente reduzido nove anos depois, para 12.015. Ademais, percebe-se uma reestruturação do uso do território, marcada pela desterritorialidade e desmontagem do sistema territorial baseado no comércio de esmeraldas. É importante destacar que, com a emancipação política de Campos Verdes, a cidade de Santa Terezinha de Goiás perdeu seu território de esmeraldas e, conseqüentemente, arrecadação e controle sobre o comércio desse minério.

3.2 Respostas obtidas em Campos Verdes

Em Campos Verdes, os questionários foram aplicados a 55 pessoas: 24 moradores do município, 6 comerciantes, 3 garimpeiros, 19 funcionários públicos, e 3 que se enquadraram na categoria outros. Na aplicação dos questionários, considerou-se o período histórico entre a descoberta das esmeraldas, na Fazenda São João, a 22 km do município de Santa Terezinha de Goiás, e a criação do povoado do garimpo, chegando à década de 1990, com a decadência do garimpo e seus impactos locais, já no século XXI.

Com base na composição de uma linha temporal de Campos Verdes (Figura 19), os conceitos de territorialidade e desterritorialidade são reforçados, bem como é reforçada a noção de uso do espaço; ideias essas discutidas ao longo desta dissertação e que estão associadas à noção de desenvolvimento local.

Figura 19 – Linha de Tempo: Campos Verdes.

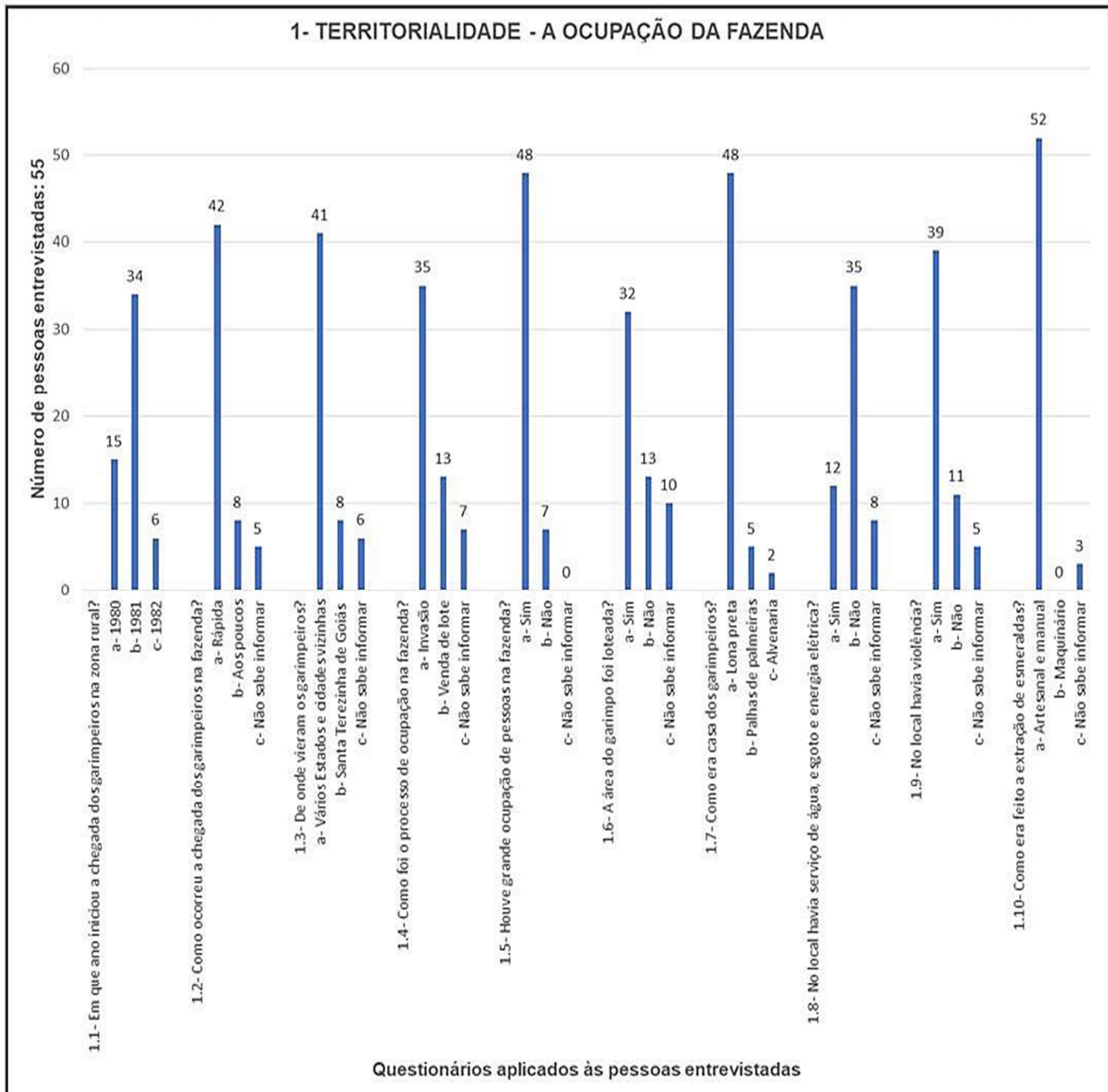


Fonte: Acervo do autor (2019).

A figura 20 apresenta o gráfico com base dos resultados dos questionários da Dimensão 1 aplicados em julho e agosto de 2019 na cidade de Campos Verdes.

3.2.1 A dimensão 1 – A territorialidade: ocupação da fazenda

Figura 20 – Dimensão 1 – Territorialidade: a ocupação da fazenda.



Fonte: Elaborada pelo autor (2019).

Quando questionados sobre a chegada dos garimpeiros, para a maioria dos entrevistados essa chegada ocorreu majoritariamente entre 1980 e 1981, com índices de 27,27% e 61,82%, respectivamente, ratificando os dados encontrados entre os entrevistados em Santa Terezinha de Goiás. Apenas 10,91 % responderam que essa chegada ocorreu, principalmente, em 1982. E, também, para a maioria dos sujeitos participantes da pesquisa, 76,36%, essa vinda de garimpeiros para a região ocorreu de forma rápida; para 14,55%, de forma lenta; e 9,09% não souberam responder.

Com relação ao processo de imigração, para a maioria dos entrevistados, 74,55%, pessoas de diversas regiões foram para o local do garimpo; para 14,55%, a maioria das pessoas no garimpo era de Santa Terezinha de Goiás, e 10,91% não souberam responder.

Ainda na visão de mais da metade dos entrevistados, 63,64%, tal contingente teria invadido a fazenda; já para 23,64% a ocupação da fazenda ocorreu por meio da venda de lotes; e 12,73% não souberam responder. Assim, para a grande maioria dos pesquisados, 87,27%, o terreno da fazenda foi invadido; já para 12,73% isso não ocorreu.

Ainda sobre essa questão da ocupação da Fazenda São João, 58,18% apontaram que o local foi loteado; ideia essa não compartilhada por 23,64%; 18,18% não souberam opinar.

Esses números ratificam a perspectiva de que o território é uma construção social e, como tal, é territorializado pelas populações que o ocupam. Ao mesmo tempo, percebe-se a reterritorialidade, ou seja, a mudança na apropriação social que se fez desse espaço, o que foi confirmado por dados levantados junto ao IBGE, que mostram um pico populacional na década seguinte, com um contingente de 16.648 habitantes em 1991.

Verifica-se que, por um período de dez anos, ocorreu um crescimento rápido e desordenado na região, acompanhado de uma onda de trabalhadores, constituída, em sua maioria, de retirantes e aventureiros, “sem as devidas qualificações técnicas, e muito menos com equipamentos adequados. Até então, as esmeraldas se encontravam próximas à superfície” (NASCIMENTO, 2009, p. 33).

Acerca da qualidade de vida dos garimpeiros, os dados apontam para a precariedade em termos de moradia: 87,27% afirmaram que eles viviam em casas de lona preta; 9,09%, em residências de palhas de palmeiras; e 3,64%, em casas de alvenaria.

Os baixos índices de qualidade de vida durante o período do garimpo fazem-se ainda mais presentes quando são abordados aspectos relacionados com o fornecimento de serviços de água, esgoto e energia elétrica: 63,64% afirmaram que esses serviços não existiam; 21,82% declararam que existiam; e 14,55% não souberam informar.

Acerca da violência, 70,91% dos entrevistados declararam que, no local, havia violência; 20% disseram que não existia violência; e 9,09% não souberam informar.

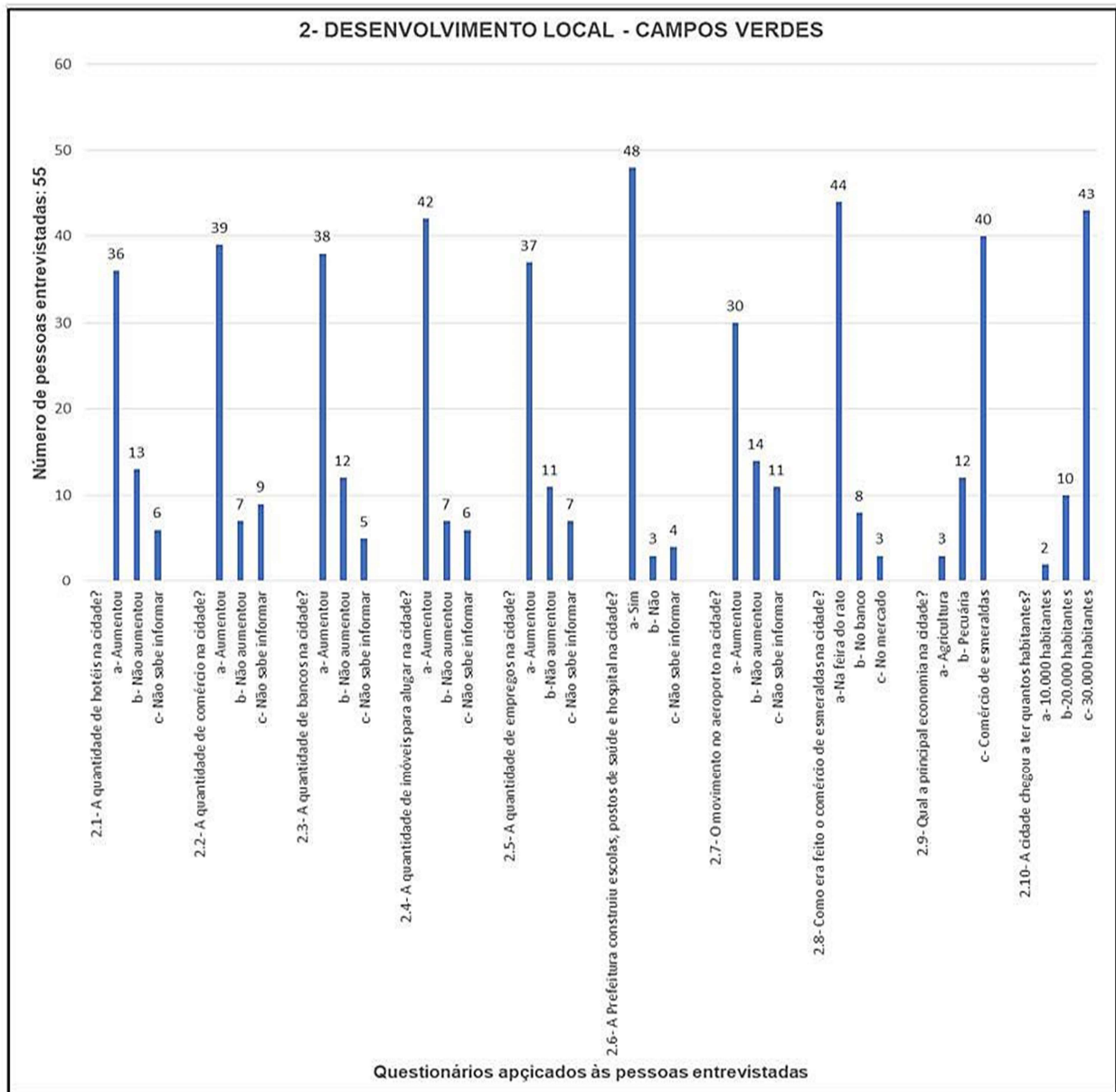
A essas baixas condições sociais pode-se acrescentar a precariedade na extração das esmeraldas, que era realizada de forma manual, o que pode ser constatado mediante as entrevistas, sendo que 94,55% dos entrevistados apontaram essa precariedade; apenas 5,45% não souberam responder como era realizada a atividade de extração das esmeraldas.

Os dados até aqui apresentados põem em dúvida a relação entre desenvolvimento local e montagem do garimpo, pois evidenciam uma baixa qualidade de vida entre os moradores do garimpo bem como o fornecimento precário de serviços básicos.

3.2.2 A dimensão 2 – Desenvolvimento local: Campos Verdes

Em Campos Verdes, a relação entre desenvolvimento local e a instalação do garimpo apresentou números próximos aos encontrados em Santa Terezinha de Goiás. Conforme a maioria dos entrevistados, o número de hotéis aumentou, assim como o número de comércios e agências bancárias, a quantidade de imóveis para alugar, os empregos, a construção de escolas, postos de saúde e hospital, o movimento no aeroporto, o comércio de esmeraldas e a população do município, como demonstra o gráfico da Dimensão 2 na Figura 21.

Figura 21 – Dimensão 2 – Desenvolvimento local: Campos Verdes.



Fonte: Elaborada pelo autor (2019).

Para 65,45% a quantidade de hotéis aumentou; para 23,64%, não houve alteração no número desses estabelecimentos na cidade; e 10,91% não souberam responder.

Esses dados aproximam dos encontrados referentes ao comércio: para 70,91%, o comércio na cidade ampliou-se; 12,73% não perceberam mudança nesse setor; e 16,36% não souberam informar.

Com relação às agências bancárias, 69,09% disseram que o número de agências aumentou; 21,82% disseram que não houve aumento; e 9,09% não souberam responder.

No tocante à quantidade de imóveis para alugar, 76,36% dos entrevistados afirmaram que houve aumento; para 12,73%, isso não ocorreu; e 10,91% não souberam responder.

Números semelhantes foram encontrados com relação ao aumento de empregos: 67,27% perceberam que houve aumento; 20% não perceberam; e 12,73% não souberam informar.

Para 87,27% dos sujeitos pesquisados, durante o período do garimpo a Prefeitura construiu escolas, postos de saúde e hospitais na cidade; para 5,45%, isso não ocorreu; e 7,27% não souberam informar.

O crescimento em diversos setores aumentou o número de pessoas circulando em Campos Verdes. Assim, para 54,55% a circulação de pessoas no aeroporto da cidade aumentou; para 25,45%, não aumento; e 20% não souberam responder.

Acerca do movimento no comércio de esmeraldas, 80% respondera que essa comercialização ocorria na Feira do Rato; para 14,55%, ocorria por meio dos bancos; e para 5,45%, no mercado.

Nesse período, o comércio de esmeraldas consistiu na principal atividade econômica da cidade de Campos Verdes, fato esse confirmado por 72,73%; para 21,82%, a principal atividade ainda era a pecuária; e para 5,45%, a agricultura.

Para a maioria dos sujeitos pesquisados, 78,78%, no período áureo da mineração, o número de habitantes no município chegou a 30.000; para 18,18%, a 20.000; e para 3,64%, a 10.000.

Ratificando: o presente estudo ampara-se na concepção de território como espaços geográficos onde se desenvolvem economias de aglomeração – como exemplo, o garimpo –, não se limitando, necessariamente, às divisões administrativas municipais. Esses espaços são caracterizados pelo conjunto de recursos materiais (a

exploração do garimpo de esmeraldas) que formam as estruturas econômicas, sociais e políticas, e pelas relações estabelecidas entre poderes públicos, privados (empresas) e outras instituições que atuam nessas localidades.

Nessa perspectiva, o fomento às atividades produtivas é um dos objetivos do desenvolvimento local, o que exige certo processo de concentração, com o objetivo de articular e conciliar as políticas públicas específicas e adequadas aos sistemas locais (ZAPATA et al., 2001).

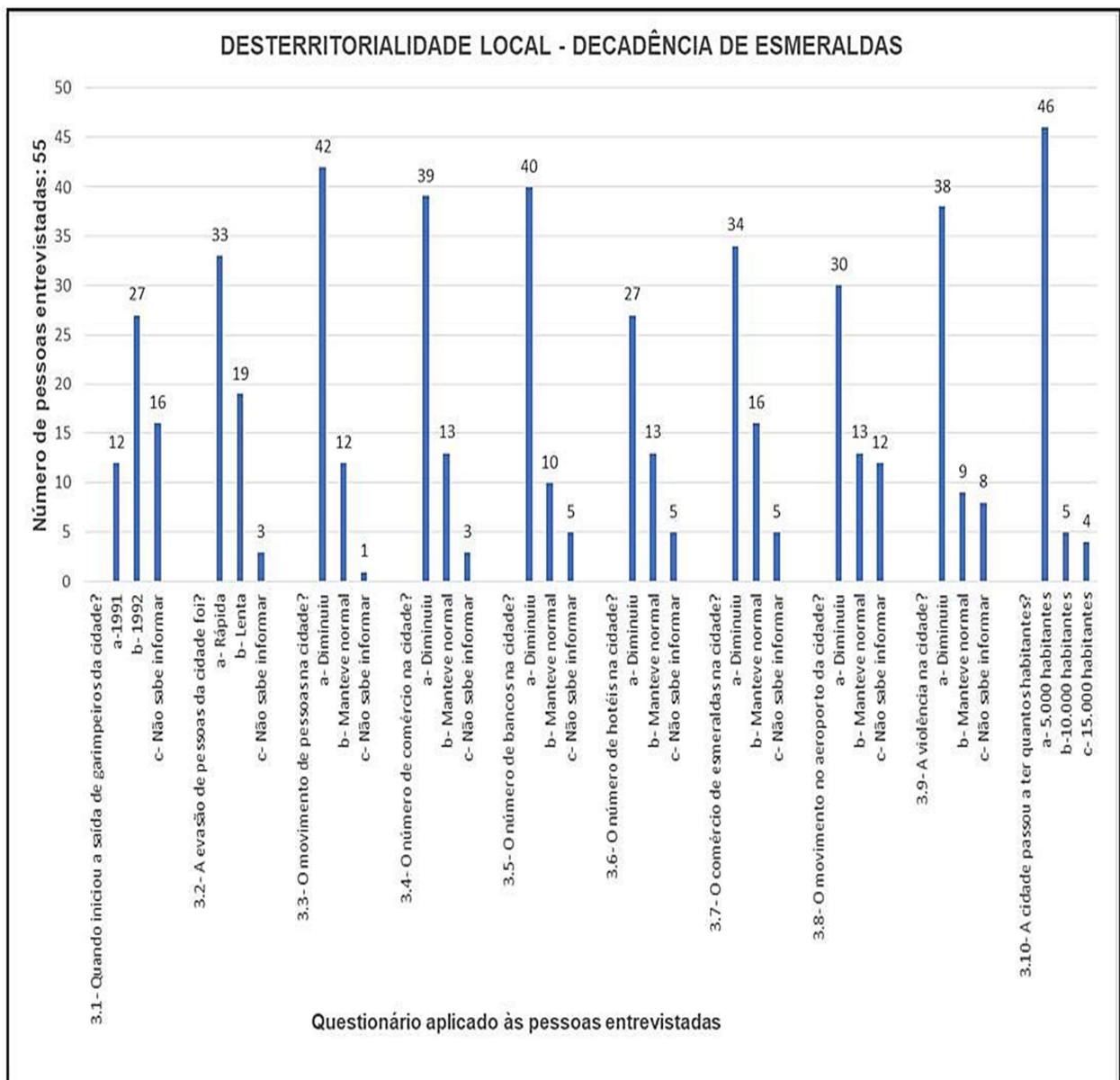
Os dados apresentados remetem a importantes reflexões. O aumento da oferta de serviços poderia significar, assim como no caso de Santa Terezinha de Goiás, uma melhoria da qualidade de vida, aproximando-se novamente da noção de desenvolvimento, ainda que essa situação fosse negada no momento de ocupação da Fazenda São João e a consequente montagem do garimpo, como mostrado nas entrevistas.

Conforme Vieira (2011), as cidades ocupadas pela atividade mineradora crescem sem um plano global e não têm como prever os problemas, passando a administração local apenas a tentar saná-los. Sendo assim, cabe ao município o desafio de criar estratégias para o enfrentamento da nova realidade, composta por uma população flutuante, com alta rotatividade e falta de vínculo local das pessoas.

3.2.3 A dimensão 3 – (Des) e (re)territorialidade local: a decadência do garimpo

Com a saída da maioria dos garimpeiros, houve, conseqüentemente, diminuição no movimento de pessoas em Campos Verdes, no comércio – tanto de esmeraldas quanto no comércio em geral –, no número de agências bancárias e hotéis e na movimentação no aeroporto; houve, também, diminuição no número de habitantes e redução nos índices de violência, como demonstrado no gráfico da Dimensão 3 na figura 22.

Figura 22 – Dimensão 3: Desterritorialidade local: A decadência de esmeraldas.



Fonte: Elaborada pelo autor (2019).

Conforme o gráfico da Figura 22, para 49,09% a saída dos garimpeiros ocorreu em 1992; para 21,82%, essa saída iniciou-se no ano de 1991; e 29,09% não souberam informar. Essa evasão teria ocorrido de forma rápida para 60% dos entrevistados; para 34,55%, ocorreu de forma lenta; e 5,45% não souberam responder. Esses números são similares aos encontrados em Santa Terezinha de Goiás.

O caráter temporal das minas de exploração talvez seja o seu maior problema, uma vez que a mina possui tempo limite de exploração. Desse modo, uma região que vivencia esse processo passa por um período áureo e, em seguida, esvazia-se, tendo como consequências o desemprego e a subutilização da infraestrutura implantada, impactando de forma negativa a economia local (VIEIRA, 2011).

Os trabalhadores nos garimpos são destituídos de vínculos estáveis com a terra e deslocam-se permanentemente na busca de oportunidades para a sobrevivência e ascensão social. Para Macedo (2000, p. 31), “o homem se faz garimpeiro porque é uma profissão fascinante, que embriaga com a ilusão de torná-lo rico da noite para o dia”.

Para 76,36% pesquisados, o movimento das pessoas na cidade diminuiu no período de decadência do garimpo; para 21,82%, manteve-se normal; e 1,82% não soube informar.

Acerca do comércio, para 70,91%, esse setor diminuiu; para 23,64%, não houve alteração; e 5,45% não souberam informar.

Com relação ao item agências bancárias, para 72,73%, o número desses estabelecimentos na cidade diminuiu; para 18,18%, não houve alteração; e 9,09% não souberam informar.

No que se refere ao comércio de esmeraldas, na percepção de 61,82% dos entrevistados, houve diminuição durante a decadência desse minério; para 29,09%, não houve diminuição; e 9,09% não souberam informar.

À medida que o garimpo tornou-se conhecido, despertou a atenção das grandes empresas de mineração, com tecnologias mais eficientes. Essas empresas passaram a ocupar o lugar do garimpeiro tradicional que ali tinha se estabelecido, provocando, conseqüentemente, desemprego e danos ambientais. Os garimpeiros, sem nenhuma chance de extrair esmeraldas com seus modos rudimentares, foram obrigados a se empregarem nas grandes empresas, pois elas tinham condições tecnológicas e financeiras para extraírem pedras em grandes profundidades (NASCIMENTO, 2009). Contudo, nem todos os garimpeiros conseguiram emprego,

sendo que boa parte deles migrou para outras localidades, com redução considerável da população no município.

De lá para cá, vivem o tempo ruim, o tempo do já teve, segundo eles, o tempo do blefo, das dificuldades e das lembranças dos amigos que se foram em busca de novos garimpos (SILVA, 2018, p. 108).

Hoje há várias minas fechadas pelo DPNM até que se cumpram todas as normas de segurança e de preservação ambiental para que se possam receber o certificado oficial de funcionamento da mina de esmeraldas.

A Tabela 2 apresenta índices não satisfatórios com relação a empregados e desempregados em várias atividades econômicas em Campos Verdes, no período de 1998 a 2018.

Tabela 2 – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – Campos Verdes

	Campos Verdes - economia - empregos - saldo						
	1998	2000	2005	2010	2015	2017	2018
1-Administração Pública	0	0	0	0	0	0	0
2-Extratividade Mineral	2	0	5	-11	2	0	-6
3-Comércio	-2	14	0	0	0	5	8
4-Construção Civil	-22	0	0	0	0	1	-1
5-Indústria de Transformação	0	0	3	0	11	-2	-11
6-Serviços	-14	1	-1	-1	1	-4	0

Fonte: IMB (2018).

Sobre a movimentação no aeroporto de Campos Verdes, no período de decadência do garimpo, 54,55% afirmaram que essa movimentação apresentou queda; 23,64% afirmaram que se manteve normal; e 21,82% não souberam informar.

No tocante ao número de hotéis na cidade, para 49,09% houve queda no número desse tipo de estabelecimento; para 23,64%, o número de hotéis manteve-se o mesmo; e 9,09% não souberam responder.

Ainda sobre esse período, constatou-se, por meio das entrevistas, que a maioria dos pesquisados perceberam redução nos índices de violência, o que foi confirmado por 69,09% deles; já para 16,36%, os índices não apresentaram queda; e 14,55% não souberam responder.

Importa mencionar que o número de habitantes também diminuiu no período de decadência de esmeraldas. Na percepção de 83,64%, o número de habitantes reduziu para, aproximadamente, 5.000 pessoas; na visão de 9,09%, para 10.000; e para 7,27%, Campos Verdes passou a ter aproximadamente 15.000 habitantes.

Os dados levantados em Campos Verdes foram similares ao levantados em Santa Terezinha de Goiás, e apontam para algumas questões importantes. Primeiro, verifica-se uma incompatibilidade entre a percepção social e os dados populacionais do IBGE, que apresentam uma redução populacional drástica em Campos Verdes: em 1991, a população era de 16.648 habitantes; em 2018, o número de habitantes registrados foi de 2.459, como mostra a Figura 5, apresentado no Capítulo 1. Observa-se que esse decréscimo populacional é maior do que o percebido pela comunidade. Nota-se, ademais, uma reestruturação no uso do território, seja por uma desterritorialidade marcada pela diminuição na oferta de serviços e no movimento de pessoas, seja pela desmontagem do sistema territorial baseado no comércio de esmeraldas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo trouxe para reflexão a problemática envolvendo a relação desenvolvimento local e processos de territorialidade, desterritorialidade e reterritorialidade nos municípios de Santa Terezinha de Goiás e Campos Verdes, tendo como foco o garimpo de esmeraldas à luz da lógica que prevalece nas cidades mineradoras brasileiras.

A pesquisa mostrou que o garimpeiro, devido ao caráter temporal das minas de exploração e ao desenvolvimento desordenado das cidades e regiões de garimpos, rompe com a lógica de fixação no território, o que leva ao esvaziamento das cidades e regiões garimpeiras quando o garimpo entra em crise.

A relação entre mobilidade espacial e territorialidade, com a descoberta das minas de esmeralda, ficou evidente no processo histórico do garimpo em Santa Terezinha de Goiás e Campos Verdes. Esses dois municípios seguiram a lógica das cidades mineradoras brasileiras, qual seja: a vulnerabilidade de ocupação do território e a presença de problemas ambientais, sociais, econômicos e institucionais.

Identificou-se a marca de profundas mudanças na região, que afetaram o conjunto da sociedade e provocaram alterações no estilo de vida de seus habitantes, visto que um grande número de pessoas deslocou-se para o garimpo. Com isso, houve, inicialmente, uma efervescência econômica na região, e o comércio de abastecimento de alimentos, roupas e instrumentos utilizados no garimpo ampliou-se.

Verificou, pois, um processo de territorialidade nos dois municípios. Processo esse encabeçado pela atividade do garimpo, como forma de tornar o território meio de produção da atividade econômica e produto de tal realidade, a qual levou à formação de um sistema territorial, a fim de satisfazer interesses sociais momentâneos. Esse processo promoveu condições de vida que vão de encontro à ideia de desenvolvimento, o que ficou evidenciado nas respostas dos entrevistados, sobretudo naquelas referentes ao modo como viviam os garimpeiros e aos níveis de violência.

A pesquisa também mostrou que o garimpo de esmeraldas em Santa Terezinha de Goiás e Campos Verdes consistiu em centro de atração para migrantes dos mais diversos pontos do território nacional. O estudo sobre os movimentos desses trabalhadores permitiu constatar a existência de situações complexas na relação entre mobilidade espacial e territorialidade, uma vez que existem indivíduos que estão

apenas de passagem, os que são garimpeiros sazonalmente e os que permanecem no lugar mesmo na ausência de melhores perspectivas.

As discussões teóricas empreendidas e os dados apresentados durante este estudo ratificam o uso dos conceitos de desterritorialidade e reterritorialidade, visto que o uso e a ocupação instável desses locais mostram que o território só pode ser entendido como elemento dinâmico da vida humana, apropriado e reapropriado pelo indivíduo, que busca satisfazer seus interesses relacionados com o consumo de bens. Dessa forma, é possível associar território e economia, em que o primeiro torna-se essencial para repensar a noção de desenvolvimento econômico local.

Assim, esta dissertação procurou analisar a noção e desenvolvimento econômico local por meio da montagem de uma linha de tempo para cada um dos municípios estudados. Essa linha tem como início o momento anterior à descoberta de esmeraldas, passa pelo período áureo desse minério e chega até a sua decadência, isto é, a crise do garimpo, quando ocorreu a migração dos garimpeiros e moradores para outras regiões, em busca de trabalho, uma vez que o garimpo já não lhes permitia sustentarem as famílias.

Ratifica-se, portanto, a ideia de que os municípios de Santa Terezinha de Goiás e Campos Verdes seguiram a lógica das cidades mineradoras no Brasil. Em ambos os municípios, houve um crescimento rápido e sem planejamento. Assim, a economia ficou dependente da mineração, surgiram novas demandas na sociedade, existiu uma população flutuante e um esvaziamento com a crise do garimpo. Além desses fatores, é importante ressaltar os impactos ambientais promovidos pela atividade mineradora na região.

Diante disso, deve-se pôr em questão a relação entre a atividade econômica da mineração e o desenvolvimento local. Para alguns estudiosos, esses dois elementos são incompatíveis. Neste estudo, a realidade apresentada pode sugerir, para muitos, que a relação mineração e desenvolvimento local seja incongruente, desde que se considere que desenvolvimento significa, entre outras coisas, melhoria da qualidade de vida da sociedade.

Com base no que foi apresentado, entende-se que esta dissertação aponta para a possibilidade de análises futuras acerca da temática abordada, sobretudo no que se refere aos garimpeiros e a seus destinos quando o garimpo entra em declínio; ou ainda, sobre as problemáticas ambientais envolvidas nesse processo. Assuntos relevantes esses que foram mencionados ao longo deste estudo e que merecem um

olhar especial em pesquisas nas áreas da Geografia, História, Sociologia e Meio Ambiente.

REFERÊNCIAS

- BONNEMAISON, J. Viagem em torno do território. In: CORREA, R. L.; ROSENDAHL, Z. **Geografia cultural: um século**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002.
- BORBA, C. A. V.; MORAIS, S. P. O teatro do poder e o contrateatro dos posseiros: estratégias e resistências na luta pela terra do norte de Goiás 1950/1964. **Revista História e Perspectivas**, Uberlândia, n. Especial, p. 353-392, 2014. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/download/27936/15398>. Acesso em: 14 out. 2019.
- BRASIL. Decreto n.º 97.632, de 10 de abril de 1989. Dispõe sobre a regulamentação do Artigo 2º, inciso VIII, da Lei n.º 6.938, de 31 de agosto de 1981, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 abr. 1989a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D97632.htm. Acesso em: 25 out. 2019.
- BRASIL. Lei n.º 7.805, de 18 de julho de 1989. Altera o Decreto-Lei n.º 227, de 28 de fevereiro de 1967, cria o regime de permissão de lavra garimpeira, extingue o regime de matrícula, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 jul. 1989b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7805.htm. Acesso em: 25 out. 2019.
- BRITO, I. B. de. **Políticas Públicas de apoio às famílias impactadas pela crise mineradora em Santa Terezinha de Goiás**. 2012. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Faculdade Alves Farias, Goiânia, 2012.
- CANDIOTTO, L. Z.; SANTOS, R. A. dos. Experiências geográficas em torno de uma abordagem territorial. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Orgs.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- CIDADES DE GOIÁS. **Campos Verdes**. 2018. Disponível em: <http://cidadesdegoias.com.br/cidades-2/campos-verdes/>. Acesso em: 11 nov. 2019.
- COCCO, G.; GALVÃO, A. P. Sobre a “tropicalização” do desenvolvimento local: algumas reflexões a respeito do modelo italiano. In: SILVEIRA, C. M.; REIS, L. da C. (Orgs.). **Desenvolvimento local: dinâmicas e estratégias**. Rio de Janeiro: RITS, 2001.
- COSTA, E. B. da; SCARLATO, F. C. A dialética da construção destrutiva na consagração do patrimônio mundial: o caso de Diamantina (MG). **GEOUSP - Espaço e Tempo**, n. 25, 2009. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001785595>. Acesso em: 05 nov. 2019.
- DALLABRIDA, V. R.; BECKER, D. F. Dinâmica territorial do desenvolvimento. In: BECKER, D.; WITTMANN, M. (Orgs.). **Desenvolvimento regional: abordagens interdisciplinares**. Santa Cruz do Sul, RS: Edunisc, 2008.

DALLABRIDA, V. R.; SIEDENBERG, D. R.; FERNÁNDEZ, V. R. O desenvolvimento a partir da perspectiva territorial. **Desenvolvimento em Questão**. Ano 2, n. 4, p. 33-62, jul./dez. 2004.

DEMATTEIS, G. Sistema local territorial: um instrumento para representar, ler e transformar o território. In: ALVES, A. F.; CORRIJO, B. R.; CANDIONOTTO, L. Z. P. (Orgs.). **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL – DNPM. **Desempenho do setor mineral**. 2014. Goiânia: DNPM GO/DF. Disponível em: http://www.dnpm.gov.br/dnpm/publicacoes-economia-mineral/arquivos/desempenho_mineral_go_df_2014.pdf. Acesso em: 15 set. 2019.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramallete. 35. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

FRANCO, A. A. M. **Rosa de ouro**. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

FUINI, L. L. O território como História da Geografia, ou Geografia da História? **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, n. 37, v. 1, p. 124-130, jan./jul. 2015.

FURLAN, R. Reflexões sobre o método nas ciências humanas: quantitativo ou qualitativo, teorias e ideologias. **Psicol. USP [online]**, v. 28, n. 1, p. 83-92, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-65642017000100083&script=sci_abstract&lng=pt. Acesso em: 03 nov. 2019.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. 32. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOIÁS. Lei n.º 10.401, de 30 de dezembro de 1987. Dispõe sobre a criação do Município de Campos Verdes e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado de Goiás**, Goiânia, GO, 30 dez. 1987a. Disponível em: http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/leis_ordinarias/1987/lei_10401.htm. Acesso em: 27 out. 2019.

GOIÁS. Lei n.º 10.407, de 30 de dezembro de 1987. Dispõe sobre a criação do Município de Divinópolis de Goiás e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado de Goiás**, Goiânia, GO, 30 dez. 1987b. Disponível em: http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/leis_ordinarias/1987/lei_10407.htm. Acesso em: 27 out. 2019.

GRUPO DE ESTUDOS SOBRE AMERICA LATINA E O CARIBE – GEAL.

Mineração transnacional e resistências sociais na África e na América Latina: experiências de resistência e de mobilização social frente às estratégias corporativas das companhias Vale (Brasil) e AngloGold Ashanti (África do Sul) na Argentina, Colômbia, Peru, Angola e Moçambique. IBASE, 2011. Disponível em: https://www.flacsoandes.edu.ec/sites/default/files/agora/files/1316466179.dtfacso_2011_taddei.pdf. Acesso em: 20 set. 2019.

HAESBAERT, R. C. **O Mito da Desterritorialização:** do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, R. C. Definindo território para entender desterritorialização. In: SANTOS, M. **Território, territórios:** ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

HAESBAERT, R. C. **Viver no limite:** território e multi/ transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço.** Tradução de Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005.

I9 PARQUE HOTEL. **Histórico de Santa Terezinha de Goiás.** 2010. Disponível em: <https://i9parquehotel.blogspot.com>. Acesso em: 11 nov. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Estudos microrregionais.** 2013. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/outubro/2018>. Acesso em: 24 out. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Campos Verdes de Goiás.** 2018. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/camposverdes/panorama>. Acesso em: 19 out. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Santa Terezinha de Goiás.** 2018. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/santaterezinhadegoias/panorama>. Acesso em: 19 out. 2019.

INSTITUTO MAURO BORGES – IMB. Campos Verdes de Goiás. 2018. Disponível em: www.imb.go.gov.com.br/estatisticasmunicipais/camposverdes. Acesso em 19 out. 2019.

INSTITUTO MAURO BORGES – IMB. Santa Terezinha de Goiás. 2018. Disponível em: www.imb.go.gov.com.br/estatisticasmunicipais/santaterezinhadegoias. Acesso em 19 out. 2019.

KLINK, J. J. **A cidade-região – regionalismo e reestruturação no grande ABC paulista**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LEITE, U. B.; STEINBERGER, M. A nova região mineradora de Goiás: uma proposta de delimitação. **Bol. Goia. Geogr. [Online]**, Goiânia, v. 35, n. 2, p. 305-320, maio/ago. 2015.

LEME, H. J. C. Evocações do Brasil central: convivência de temporalidades. In: STEINBERGER, M. (Org.). **Territórios turísticos no Brasil central**. Brasília: LGE, 2009.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. 2. ed. Rio de Janeiro: E.P.U., 2013.

MACEDO, M. **Os garimpos de diamante do Araguaia: Baliza 1922-1960**. Goiânia, GO: UCG, 2000.

NASCIMENTO, I. B. do. **Problemáticas socioambientais e implicações à saúde do trabalhador: o caso do garimpo de esmeraldas em Campos Verdes-GO – elementos para análise do garimpo e seus efeitos ambientais e saúde do trabalhador**. 2009. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília-UnB, Brasília, 2009.

ONUMA, F. M. S.; MISOCZKY, M. C. A. Uma reflexão sobre a noção de desterritorialização identitária e suas implicações para políticas de acolhida de refugiados. Encontro da ANPAD, 36. **Anais...** Rio de Janeiro – RJ, 22 a 26 de setembro de 2012.

PALACÍN, L.; MORAES, M. A. S. **História de Goiás**. 6. ed. Goiânia, GO: UCG, 1994.

PÓVOA-NETO, H. Migrantes, Garimpeiros e seu “Lugar” no Território Nacional: Itinerância e Mobilidade Espacial do Trabalho. **Centro de Estudos Migratórios (CEM)**, n. 2, dez. 1997. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/viewFile/21761/15768>. Acesso em: 20 out. 2019.

RAFFESTIN, C. A produção das estruturas territoriais e sua representação. In: SAQUET, M. A. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

RATZEL, F. Sobre a interpretação da natureza. Tradução de Marcos Bernardino de Carvalho. **Geographia**, v. 12, n. 23, p. 157-176, 2010.

SANTOS, M. O dinheiro e o território. In: SANTOS, M. et al. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SAQUET, M. A. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Orgs.). **Territórios e territorialidades**. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

SILVA, A. C. da. **O pensamento geográfico brasileiro na travessia do século XX para o XXI: o território nas tramas das significações imaginárias**. 2010. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2010. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/105068/silva_ac_dr_prud.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 24 out. 2019.

SILVA, C. N. **História de Goiás**. Goiânia, GO: AGEPEL, 2002.

SILVA, S. A. de F. **Campos Verdes: Memória, História e Saberes**. 2006. Dissertação (Mestrado em Gestão do Patrimônio Cultural) – Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2006. Disponível em: <http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/bitstream/tede/2308/1/SONILDA%20APARECIDA%20DE%20FATIMA%20SILVA.pdf>. Acesso em: 23 out. 2019.

SILVA, S. A. de F. **Campos Verdes: Memória, história e saberes**. Ed Kelps. 2018.

SOUZA, L. de M. **Desclassificados do ouro: a pobreza mineira do século XVIII**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

TRIVIÑOS, A. N. da S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 2007.

VERGARA, S. C. **Método de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2007.

VIANA, N. O capitalismo está em crise? **Revista Posição**, Goiânia, v. 1, n. 3, p. 7-11, 2014. Disponível em: <https://redelp.net/revistas/index.php/rpo/article/view/2viana3/83>. Acesso em: 03 nov. 2019.

VIEIRA, C. Cidades Mineradoras. **Revista do IETEC**, Belo Horizonte, 2011.

YIN, R. K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. Tradução de Daniel Grassi. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

ZANATTA, J. A.; COSTA, M. L. Algumas reflexões sobre a pesquisa qualitativa nas ciências sociais. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, São Paulo, v.12, n. 2, p. 344-359, 2012. Disponível em: www.epublicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/download/8266/602. Acesso em: 20 jun. 2019.

ZAPATA, T. et al. Desenvolvimento local: estratégias e fundamentos metodológicos. In: SILVEIRA, C. M.; REIS, L. da C. (Orgs.). **Desenvolvimento local: dinâmicas e estratégias**. Rio de Janeiro: RITS, 2001.

APÊNDICE A – Questionário aplicado em Santa Terezinha de Goiás

IDENTIFICAÇÃO – PESSOAS ENTREVISTADAS	
a- Morador	73
b- Comerciante	24
c- Garimpeiro	1
d- Funcionário Público	11
e- Outros	7
1 – O TERRITÓRIO ANTES DO GARIMPO	
1.1- A cidade possuía quantos habitantes?	
a- Menos de 10.000 habitantes	53
b- Mais de 10.000 habitantes	38
c- Não sabe informar	25
1.2- Como era o comércio na cidade?	
a- Normal	37
b- Agitado	41
c- Fraco	38
1.3- Como era a segurança na cidade?	
a- Tranquila	56
b- Insegura	40
c- Violenta	19
1.4- A quantidade de escolas na cidade?	
a- Suficiente - atendia a todos os alunos	76
b- Precária - falta de infraestrutura	30
c- Insuficiente - não atendia a todos os alunos	10
1.5- Existia quantos bancos?	
a- 1 banco	34
b- 2 bancos	66
c- Nenhum	15
1.6- Quanto ao número de empregos na cidade?	
a- Suficiente	30
b- Insuficiente	55
c- Não sabe informar	31

1.7- Quanto às festas comemorativas na cidade?	
a- Religiosa, culturais, pecuária	70
b- Nenhuma	9
c- Só religiosa	36

1.8- A cidade contava com atendimento em postos de saúde?	
a- Sim	54
b- Não	38
c- Não sabe informar	24

1.9- A cidade possuía hotéis?	
a- Sim	87
b- Não	19
c- Outros	8

1.10- Qual a principal economia da cidade?	
a- Pecuária	56
b- Agricultura	29
c- Não sabe informar	31

2 – DESENVOLVIMENTO LOCAL – O TERRITÓRIO COM O GARIMPO

2.1- Em que ano iniciou a chegada dos garimpeiros na cidade?	
a- 1980	46
b- 1981	45
c- 1982	24

2.2- Os imóveis na cidade?	
a- Valorizaram	93
b- Não	12
c- Não sabe informar	11

2.3- Houve grande ocupação de pessoas na cidade?	
a- Sim	102
b- Não	6
c- Não sabe informar	8

2.4- A quantidade de hotéis na cidade?	
a- Aumentou	93
b- Não aumentou	15

c- Não sabe informar	8
----------------------	---

2.5- A quantidade de comércios na cidade?

a- Aumentou	99
b- Não aumentou	9
c- Não sabe informar	8

2.6- A quantidade de bancos na cidade?

a- Aumentou	82
b- Não aumentou	25
c- Não sabe informar	9

2.7- O índice de violência na cidade?

a- Aumentou	94
b- Não aumentou	11
c- Não sabe informar	11

2.8- A Prefeitura construiu escolas, postos de saúde e hospital na cidade?

a- Sim	101
b- Não	2
c- Não sabe informar	13

2.9- O movimento no aeroporto na cidade?

a- Aumentou	49
b- Não aumentou	66
c- Não sabe informar	31

2.10- Qual a principal economia na cidade?

a- Agricultura	14
b- Pecuária	43
c- Comércio de esmeraldas	59

3 – DESTERRITORIALIDADE LOCAL – A DECADÊNCIA DO GARIMPO

3.1- Quando iniciou a saída de garimpeiros da cidade?

a- 1991	34
b- 1992	40
c- Não sabe informar	41

3.2- A evasão de pessoas na cidade?

a- Rápida	63
-----------	----

b- Lenta	42
c- Não sabe informar	11
<hr/>	
3.3- O movimento de pessoas na cidade?	
a- Diminuiu	94
b- Manteve normal	21
c- Não sabe informar	11
<hr/>	
3.4- O número de comércio na cidade?	
a- Diminuiu	67
b- Manteve normal	34
c- Não sabe informar	14
<hr/>	
3.5- Os imóveis da cidade?	
a- Desvalorizaram	76
b- Valorizaram	22
c- Não sabe informar	18
<hr/>	
3.6- O número de bancos na cidade?	
a- Diminuiu	57
b- Manteve normal	47
c- Não sabe informar	12
<hr/>	
3.7- O número de hotéis na cidade?	
a- Diminuiu	52
b- Manteve normal	44
c- Não sabe informar	18
<hr/>	
3.8- O comércio de esmeraldas na cidade?	
a- Diminuiu	88
b- Manteve normal	8
c- Não sabe informar	20
<hr/>	
3.9- O movimento no aeroporto da cidade?	
a- Diminuiu	75
b- Manteve normal	16
c- Não sabe informar	25
<hr/>	
3.10- A cidade passou a ter quantos habitantes?	
a- 5.000 habitantes	23
b- 10.000 habitantes	67
c- 15.000 habitantes	23

APÊNDICE B – Questionário aplicado em Campos Verdes – Goiás

IDENTIFICAÇÃO – PESSOAS ENTREVISTADAS	
a- Morador	24
b- Comerciante	6
c- Garimpeiro	3
d- Funcionário Público	19
e- Outros	3
Total entrevistados	55
1 – TERRITORIALIDADE – A OCUPAÇÃO DA FAZENDA	
1.1- Em que ano iniciou a chegada dos garimpeiros na zona rural?	
a- 1980	15
b- 1981	34
c- 1982	6
1.2- Como ocorreu a chegada dos garimpeiros na fazenda?	
a- Rápida	42
b- Aos poucos	8
c- Não sabe informar	5
1.3- De onde vieram os garimpeiros?	
a- Vários Estados e cidades vizinhas	41
b- Santa Terezinha de Goiás	8
c- Não sabe informar	6
1.4- Como foi o processo de ocupação na fazenda?	
a- Invasão	35
b- Venda de lote	13
c- Não sabe informar	7
1.5- Houve grande ocupação de pessoas na fazenda?	
a- Sim	48
b- Não	7
c- Não sabe informar	0
1.6- A área do garimpo foi loteada?	
a- Sim	32
b- Não	13
c- Não sabe informar	10

1.7- Como era casa dos garimpeiros?	
a- Lona preta	48
b- Palhas de palmeiras	5
c- Alvenaria	2
1.8- No local havia serviço de água, esgoto e energia elétrica?	
a- Sim	12
b- Não	35
c- Não sabe informar	8
1.9- No local havia violência?	
a- Sim	39
b- Não	11
c- Não sabe informar	5
1.10- No local havia prostituição?	
a- Sim	36
b- Não	9
c- Não sabe informar	10
1.11- Como era feito a extração de esmeraldas?	
a- Artesanal e manual	52
b- Maquinário	0
c- Não sabe informar	3
2 – DESENVOLVIMENTO LOCAL – CAMPOS VERDES	
2.1- A quantidade de hotéis na cidade?	
a- Aumentou	36
b- Não aumentou	13
c- Não sabe informar	6
2.2- A quantidade de comércio na cidade?	
a- Aumentou	39
b- Não aumentou	7
c- Não sabe informar	9
2.3- A quantidade de bancos na cidade?	
a- Aumentou	38
b- Não aumentou	12
c- Não sabe informar	5

2.4- A quantidade de imóveis para alugar na cidade?	
a- Aumentou	42
b- Não aumentou	7
c- Não sabe informar	6

2.5- A quantidade de empregos na cidade?	
a- Aumentou	37
b- Não aumentou	11
c- Não sabe informar	7

2.6- A Prefeitura construiu escolas, postos de saúde e hospital na cidade?	
a- Sim	48
b- Não	3
c- Não sabe informar	4

2.7- O movimento no aeroporto na cidade?	
a- Aumentou	30
b- Não aumentou	14
c- Não sabe informar	11

2.8- Como era feito o comércio de esmeraldas na cidade?	
a- Na feira do rato	44
b- No banco	8
c- No mercado	3

2.9- Qual a principal economia na cidade?	
a- Agricultura	3
b- Pecuária	12
c- Comércio de esmeraldas	40

2.10- A cidade chegou a ter quantos habitantes?	
a- 10.000 habitantes	2
b- 20.000 habitantes	10
c- 30.000 habitantes	43

3 – DESTERRITORIALIZAÇÃO LOCAL – DECADÊNCIA DE ESMERALDAS

3.1- Quando iniciou a saída de garimpeiros da cidade?	
a- 1991	12
b- 1992	27
c- Não sabe informar	16

3.2- A evasão de pessoas da cidade foi?	
a- Rápida	33
b- Lenta	19
c- Não sabe informar	3
3.3- O movimento de pessoas na cidade?	
a- Diminuiu	42
b- Manteve normal	12
c- Não sabe informar	1
3.4- O número de comércio na cidade?	
a- Diminuiu	39
b- Manteve normal	13
c- Não sabe informar	3
3.5- O número de bancos na cidade?	
a- Diminuiu	40
b- Manteve normal	10
c- Não sabe informar	5
3.6- O número de hotéis na cidade?	
a- Diminuiu	27
b- Manteve normal	13
c- Não sabe informar	5
3.7- O comércio de esmeraldas na cidade?	
a- Diminuiu	34
b- Manteve normal	16
c- Não sabe informar	5
3.8- O movimento no aeroporto da cidade?	
a- Diminuiu	30
b- Manteve normal	13
c- Não sabe informar	12
3.9- A quantidade de prostíbulos na cidade?	
a- Diminuiu	31
b- Manteve normal	9
c- Não sabe informar	15
3.10- A violência na cidade?	
a- Diminuiu	38
b- Manteve normal	9
c- Não sabe informar	8

3.11- A cidade passou a ter quantos habitantes?	
a- 5.000 habitantes	46
b-10.000 habitantes	5
c- 15.000 habitantes	4